

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA INTERDEPARTAMENTAL DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM ARTES URBANIDADES E SUSTENTABILIDADE - PIPAUS

Sarah Cavanelas Xavier

**PEDAGOGIA DOS PÉS DESCALÇOS: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO,
COLONIALIDADE E POLÍTICA PÚBLICA**

São João del-Rei
2023

Sarah Cavanelas Xavier

**PEDAGOGIA DOS PÉS DESCALÇOS: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO,
COLONIALIDADE E POLÍTICA PÚBLICA**

Dissertação apresentada como parte do requisito à obtenção do grau de mestre, pelo Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade - PIPAUS da Universidade Federal de São João del-Rei

Orientador: Dr. Leandro Garcez Targa

São João del-Rei
2023

XAVIER, Sarah Cavanelas. Pedagogia dos pés descalços: um estudo sobre educação, colonialidade e política pública. Dissertação apresentada ao Programa Interdepartamental de Pós Graduação Interdisciplinar em Artes Urbanidades e Sustentabilidade. Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Filomena Maria Avelina Bomfim

Prof. Wallace Faustino da Rocha

Prof. Dr. Leandro Garcez Targa (Orientador/PIPAUS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas filhas pela paciência de esperar durante a escrita deste trabalho.

Aos meus pais pelo apoio.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ e, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Leandro Targa, pela atenção e direcionamento que se fez necessário na pesquisa e na escrita dessa dissertação.

Agradeço também, à professora Filomena Bomfim por todo incentivo e ensinamento compartilhado.

A liberdade real virá quando nós nos libertarmos da dominação da educação ocidental, da cultura ocidental, e do modo de vida ocidental
(Mahatma Gandhi)

RESUMO

O trabalho propõe a análise da relação das escolas públicas da cidade de São João del-Rei/MG com a problemática do lixo urbano, dando atenção especial a ausência de um programa de coleta seletiva na cidade. Trata-se de uma pesquisa-ação que explora as relações entre o vivido no interior das instituições de ensino e seus desdobramentos na cidade que a envolve. Se por um lado, as instituições escolares, historicamente, reproduziram uma cultura de distanciamento do ser humano com a natureza e estimulam a lógica de produção e descarte cada vez mais acelerada, o que agrava a problemática dos resíduos sólidos; por outro, a escola também é um espaço privilegiado de reelaboração cultural, com um papel importante na formação para a cidadania e responsabilidade ambiental, através da aplicação da Lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Constatou-se, através da aplicação de questionários, realização de entrevistas e da observação participante em audiências públicas relacionadas a gestão dos resíduos urbanos sanjoanenses a sobrecarga de responsabilidades atribuídas ao sistema educacional contrastadas com o silêncio de ações propositivas do poder público local para com fazer valer a e a Lei 12.305/10. Que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil. A dissertação inspira, alinhada ao grupo “Modernidade Colonialidade”, a pensar “pedagogias outras” que considere o corpo e os espaços nos processos de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Política Nacional de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, Educação Ambiental, Colonialidade, Educação decolonial, São João del-Rei.

ABSTRACT

The work proposes an analysis of the relationship between public schools in the city of São João del-Rei/MG and the problem of urban waste, giving special attention to the absence of a selective collection program in the city. This is an action-research that explores the relationships between what is experienced within educational institutions and its consequences in the surrounding city. If, on the one hand, educational institutions, historically, have reproduced a culture of distance between human beings and nature and stimulate the logic of increasingly accelerated production and disposal, which aggravates the problem of solid waste, ; on the other hand, the school is also a privileged space for cultural re-elaboration, with an important role in training for citizenship and environmental responsibility, through the application of the law: Law 9795/99, which establishes the National Environmental Education Policy (PNEA). It was verified, through the application of questionnaires, interviews and participant observation in public hearings related to the management of urban waste in Sanjoan, the overload of responsibilities attributed to the educational system contrasted with the silence of propositional actions of the local public power to make enforce and Law 12.305/10. Establishing the National Solid Waste Policy (PNRS) in Brazil. The dissertation inspires, aligned with the “ModernidadeColonialidade” group, to think about “other pedagogies” that consider the body and spaces in the teaching-learning processes.

Keywords: National Solid Waste Policy, Selective Collection, Environmental Education, Coloniality, Decolonial Education, São João del-Rei.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Progresso Americano (1872), de John Gat.....	41
Gráfico 1. Distribuição dos formulários aplicados por escola.....	58
Gráfico 2. Percepção em relação a limpeza do espaço urbano sanjoanense	60
Gráfico 3. Percepção em relação a limpeza do espaço urbano sanjoanense comparado entre as escolas	68
Gráfico 4. Incomodo em relação a limpeza urbana comparado entre as escolas	69
Gráfico 5. Com o que o estudante está mais preocupado no momento	70
Gráfico 6. Percepção sobre o que mais falta na cidade de São João del-Rei (MG) comparado entre as escolas	75
Gráfico 7. Participação em projetos e atividades de educação ambiental relacionadas a coleta seletiva na escola	77
Gráfico 8. Modificação de habitosem relação a coleta seletiva entre os estudantes que disseram ter participado de projetos e atividades de educação ambiental relacionadas a coleta seletiva na escola	78
Gráfico 9. Separação dos resíduos domésticos entre o grupo total de informantes.....	80
Gráfico 10. Justificativa apresentada pelos estudantes que não realizam a separação dos resíduos residenciais	81

LISTA DE SIGLAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ASBs - Auxiliares de Serviços Básicos

ASCAS - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis

DEA - Departamento de Educação Ambiental

EA - Educação Ambiental

ECA/USP - Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo

EEDGL - Escola Estadual Dr. Garcia de Lima

EEPIP - Escola Estadual Professor Iago Pimentel

FUNSEC - Fundação São Joanense de Educação e Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas

ISE - Índice Socioeconômico da Escola

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MINTER - Ministério do Interior

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PNRS - Política Nacional de resíduos Sólidos

PPP - Projetos Políticos Pedagógicos

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública

UNESC - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
SITUANDO O CAMPO DA PESQUISA: ESCOLA ESTADUAL DR. GARCIA DE LIMA E ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR IAGO	19
Escola Estadual Dr. Garcia de Lima	19
Escola Estadual Professor Iago Pimentel.....	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 Escolarização e o projeto colonial: quando a educação e a crise ambiental se encontram	25
2.1.1 Sobre a educação.....	27
2.1.2 Escolarização e poder.....	35
2.1.3 Escolarização e colonialidade do poder	39
2.2 A escola como potência transformadora	43
2.2.1 Educação Ambiental.....	43
2.2.2 Educomunicação	47
2.3 Educação e Política Pública encontros e divergências: A Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	51
2.3.2 A Coleta Seletiva em São João del-Rei.....	52
3 MÉTODO DE PESQUISA	56
3.1 Da coleta de dados	57
3.1.1 Dos questionários	57
3.1.1 Das entrevistas	58
3.1.2 Da observação participante.....	58
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	60
4.1 Corpo espaço e percepção	60
4.2 O chão aterrar.....	67
4.3 Escola e Educação Ambiental.....	75
4.5 Dos limites das instituições escolares e da omissão do poder público	83
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE	97

1 INTRODUÇÃO

“A cabeça pensa onde os pés pisam”

(Paulo Freire)

Comecei a frequentar a escola com seis meses de idade, e lá estou até hoje. Perpassando por diferentes papéis, horas como aluna e horas como professora, me dei conta de como a escola constrói um tipo de subjetividade, um tipo de ser humano. A forma como penso, como escrevo, as minhas preocupações, como vivo, o que como, a hora que durmo, a hora que acordo, quando produzo e quando saio de férias, meu salário, a roupa que visto todas as manhãs, são de alguma forma, definidas pela escola.

E para variar um pouco, este é mais um trabalho de escola!

Como boa aluna que sou, poderia estar agora curtindo o carnaval, mas estou aqui, escrevendo essa dissertação. Não é por prazer! É porque depois de alguns anos de escola, entendi que esse trabalho poderia me dar algum ganho salarial, e não sei porquê...Aprendi a gostar dos números! Quanto mais altos, melhores; sejam nas avaliações escolares ou nos contracheques.

Em mundos escolarizados como o nosso, os números são o que nos dividem entre os que tomam Dolly e os que tomam Guaraná Antártica, é a métrica dos números que separa os que comem Nutella, e os que devem se contentar com o bombom moranguete da Bell. São os números que segregam os que tomam Nescau, dos que tomam Xocopinho. E é a regua dos 60 por cento, que classifica os escolarizados entre aprovados e reprovados.

E, após tantas palavras bonitas escritas, enquanto o Brasil se joga nos prazeres do carnaval, eu mantenho a austeridade tão valorizada no sistema escolar, só espero garantir minha aprovação!

Se escrever uma dissertação é, de alguma forma, escrever a própria história da observação, investigação e pesquisa sobre determinado objeto, aqui pretendo escrever um pouco da minha observação do cotidiano escolar. Ao longo da vida, passei por diferentes escolas: públicas e privadas, escolas estigmatizadas pela pobreza e também pela riqueza, as escolas chamadas “ruins” e as ditas de “excelência”, escolas do campo, escolas urbanas e escolas periféricas. Talvez, depois de tanto tempo pisando nesse chão, eu tenha algo a dizer.

A escola é um lugar do coletivo, cada escola tem uma cultura própria daquele espaço. Mesmo pertencendo a mesma rede e, de alguma forma, obedecendo ou driblando as mesmas resoluções, cada uma tem uma forma própria de lidar com cada coisa.

Mas, é na vivência e observação desse coletivo que me instiga uma questão clássica da sociologia: O indivíduo faz a sociedade ou a sociedade faz o indivíduo? A reflexão que já foi desenvolvida pelos clássicos do pensamento social, não se esgota e ela parece pulsar na observação da vida escolar. Sabe-se da importância da escola no processo de socialização dos indivíduos, existem sociólogos que defendem que a escolarização marca o início da socialização secundária na nossa sociedade, é o momento em que o indivíduo sai do “ninho familiar”, característico da socialização primária, na qual, as relações são carregadas de afeto, sentimentos e intimidade, para se adentrar ao mundo institucional, onde a regra prevalece sobre afetos e a intimidade¹. É evidente a força que o sistema educacional exerce sobre os indivíduos. A instituição escolar cria um sistema de crenças e um tipo de subjetividade em relação ao tempo, ao corpo e ao espaço.

A questão do indivíduo e sociedade se transpõe a questão escolar, indivíduos fazem a escola ou a escola faz os indivíduos? Existem aqueles que questionam a força do poder escolar para criar, moldar e, até mesmo, educar os indivíduos e talvez, eles estejam certos, afinal, em uma sociedade complexa como a nossa: urbana, moderna, desigual, são muitos os agentes socializadores que atuam sobre os indivíduos e escapam ao controle do sistema escolar. Além das famílias, tem-se a grande influência dos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, a presença de *youtubers*, *tiktokers*, *gamers* e influenciadores digitais na vida do jovem.

Ainda assim, é inegável a força que a escolarização exerce sobre a subjetividade daqueles que frequentam uma escola. Quanto maior o tempo que a pessoa fica submetida ao cotidiano escolar, maior a influência dessa instituição sobre o indivíduo. Atualmente, vemos escolas recebendo bebês com meses de vida em seus berçários, os cuidados básicos desde a troca de fraldas, a introdução alimentar, o desenvolvimento da fala e dos primeiros passos ocorrem nesse espaço.

Em uma das escolas em que trabalho, existe o programa de educação integral, em que os estudantes chegam na escola às 7h30min e saem às 16h30min, vivenciando uma jornada de nove horas diárias na escola, de segunda-feira a sexta-feira, totalizando 45 horas semanais. Ali, formam hábitos que irão carregar por boa parte de suas vidas. Em contexto como esses, não há como escapar a responsabilidade da escola em educar seus educandos, o que se vivencia ali é muito maior do que conteúdos e teorias, vai além da alfabetização formal da preparação para os vestibulares. Nas entrelinhas da longa vida da educação básica, que se dá

¹ Sobre isso ver os estudos de Pierre Bourdieu sobre habitus e os processos de socialização.

em média 12 anos, período que vai do 1º ano do fundamental ao 3º ano do ensino médio, os indivíduos tem que se adequar a muitas regras.

Regras de controle do próprio corpo, o que Foucault (1999) chamou de biopoder. A hora de acordar e hora dormir, afinal, não se pode dormir na escola, controlam-se os corpos que permanecem a maior parte do tempo sentados. A hora certa de falar reduzida em relação ao tempo que o estudante deve se manter em silêncio. A hora de ir ao banheiro que existe, por exemplo, nas duas escolas que se desenvolve essa pesquisa (o banheiro é permitido no segundo, terceiro e quinto horário sendo restrito no primeiro e quarto horário). A saída da sala de aula é submetida a autorização do professor.

A organização do tempo é previamente calculada, contar segundos, minutos e horas, dividir com precisão o que se deve aprender a cada cinquenta minutos, a pressa, a ansiedade, a produtividade e o olhar torto para a preguiça e o ócio também estão no não dito do sistema escolar.

A escola atua sobre os nossos corpos também na alimentação que oferece, com o tempo, passa a regular a hora em que seus frequentadores sentem fome, o tipo de alimento pelo qual se nutrem e o tempo que se desenvolve essa alimentação. Nas escolas em que se realizou essa pesquisa, a alimentação ocorre em um período de 15 minutos das 9h30min às 9h45min, e é somente nesses 15 minutos que se tem a liberdade de falar, movimentar livremente na escola, é nele também, que deve realizar suas necessidades fisiológicas e a higiene pessoal como, por exemplo, lavar as mãos para comer ou escovar os dentes após a refeição. O que, obviamente, não ocorre, uma vez que o tempo é pouco para enfrentarem a fila da merenda, se alimentarem e interagirem entre si. Evidenciando a lógica produtivista do tempo escolar, a austeridade tão propícia ao capitalismo já anunciada por Weber (2004), em seu estudo sobre a formação da subjetividade protestante calvinista e o desenvolvimento do sistema capitalista, poderia ser pensada também no sistema escolar, cujo um dos grandes objetivos é formar mão de obra para o mercado de trabalho capitalizado.

Existe a valorização da austeridade nas instituições de ensino. O controle do prazer, o controle da atenção e até mesmo do que os estudantes devem estudar naquele instante e, por consequência, em que eles devem pensar durante o período de cada aula. Nem mesmo o pensamento é livre em uma instituição escolar. Os que não pensam sobre o proposto, não aprendem o conteúdo e, então, são coagidos ou medicados. Atualmente vemos crescer a medicalização² para aqueles que não adaptam a regra com remédios como Venvanse e

²Sobre isso ver: MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização da educação. Psicologia Escolar e Educacional, 2012. Disponível em:

Ritalina, para que os estudantes não se dispersem dos conteúdos propostos nas grades curriculares da instituição. Quando não medicalizados, a instituição pode exercer seu poder coercitivo, seja com a reprovação, onde se mantém o indivíduo na escola até que ele se adeque, seja pela exclusão, transferindo o indivíduo para outra escola. Além da existência de outras medidas disciplinares, como: ocorrências, advertências, suspensões, etc.

A escola é um fato social, o objeto de estudo da sociologia proposto por Durkheim (2001), ela é externa aos indivíduos e suas vontades, ela é geral, pois, se impõe a todos os indivíduos de uma geração em determinado contexto social e é coercitiva, pois, aqueles que não se submetem a ela, sofrem coações.

Desta forma, essa instituição define sobre o que os estudantes vão pensar durante a aula, durante a realização das tarefas escolares e, posteriormente, para preparação para as provas. Ao observar as disciplinas escolares da educação básica, vê-se o conhecimento eurocentrado. O português, a matemática, a geografia, a física, a química, a filosofia, a sociologia como conhecemos, todas essas matérias tem suas origens na Europa.

Esse caráter eurocêntrico se desdobra também para a corporalidade construída pelas instituições escolares. O que se observa na valorização da cabeça sobre o resto do corpo. O corpo fica parado enquanto movimenta-se as mãos e exercita-se o cérebro. Uma herança do período medieval europeu que, sob a influência da igreja católica apostólica romana, acreditava-se que, o corpo e seus prazeres eram da vida terrena e mundana, portanto, suscetível ao pecado, enquanto a cabeça era onde residia o espírito, que era eterno.

Esta superioridade da cabeça em relação ao resto do corpo continua sustentada pela escolarização nos dias atuais, conforme afirma Ingold, “o homem civilizado, ao que parece, é em cada centímetro, um cientista em cima, mas uma máquina em baixo” (INGOLD, 2015, p.74).

Existe uma educação corporal realizada no cotidiano escolar, ela não é abordada nas resoluções que regem as instituições, nem mesmo nos currículos escolares. No entanto, passam a estruturar a corporalidade dos indivíduos escolarizados. Assim, como a relação que esses estabelecem com o espaço e com a natureza. Essa educação silenciosa define com o que esses estudantes se engajam, o que almejam, como constroem seus projetos de vida e realizam suas escolhas.

Pouco se desenvolveu as reflexões sobre o quanto assentar e calçar os pés limitam as percepções do ambiente. Sabe-se que o tato é uma forma de captar informações, de sentir o

lugar onde se pisa, através dos pés podemos sentir o mundo. Como essa conexão com o espaço é alterada ao sufocá-los em sapatos? Se a cabeça pensa onde os pés pisam, como nos disse Paulo Freire (1996), talvez o pensamento do humano civilizado cheire a chulé! E é sobre o chulé, o mau cheiro civilizatório, que quero tratar agora.

A pergunta sobre indivíduo e sociedade agora se desdobra ao objeto desse trabalho: Como os problemas ecológicos vividos na cidade se relacionam com a escola? Nas escolas se solucionam ou reproduzem problemas socioambientais?

Em 2019, vim morar na cidade de São João del-Rei/MG, a mudança ocorreu após um pedido de transferência dos meus cargos como professora da rede estadual de educação de Minas Gerais para esta localidade, onde passei a trabalhar nas Escolas Estaduais “Dr. Garcia de Lima” e “Professor Iago Pimentel”, lecionando aulas de sociologia para estudantes do ensino médio.

A vivência nesse território despertou uma inquietação: a beleza da cidade de São João del-Rei, a história, arquitetura e serras que a fazem ser reconhecida nacionalmente pelo potencial turístico é contrastada com o lixo espalhado pelas ruas e vielas da cidade. Refletindo sobre a questão, comecei a questionar qual o meu papel enquanto educadora, diante do apresentado. E é desse questionamento que surge a problemática dessa pesquisa, que busca analisar: Como as escolas públicas da rede estadual de educação de Minas Gerais, na cidade de São João del-Rei, se relacionam com a ausência de um programa efetivo de coleta seletiva na cidade?

Ainda em 2019, envolvida com a questão dos resíduos sólidos urbanos e impactada com a ausência de um programa efetivo de coleta seletiva na cidade, iniciei, em parceria com colegas professores (as) da rede estadual de educação de Minas Gerais e com Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de São João del-Rei, um projeto de educação ambiental nas escolas em que trabalho, no qual, os estudantes realizaram a separação dos resíduos de suas casas e trouxeram para a escola. A partir daí, encaminhamos esses resíduos aos catadores de materiais recicláveis do bairro Tijuco. Ao mesmo tempo, esses estudantes também produziram peças publicitárias como *podcast*, vídeos, fanzines para educar e divulgar a coleta seletiva, utilizando da educomunicação para promover e trazer ao debate público a importância da coleta seletiva na cidade. Ao longo do ano recolhemos mais de três toneladas de materiais recicláveis, através de nossa comunidade escolar.

O engajamento com a coleta seletiva na minha prática pedagógica, faz dessa pesquisa uma “pesquisa ação”, na medida em que visa à emancipação e o aprimoramento das práticas e dos sujeitos participantes. As redes de relações surgidas a partir de atividades escolares, tem

grande poder de atuar na vida coletiva, acredita-se que essa pesquisa possa fortalecer a consciência ecológica dos envolvidos e auxiliar na organização da sociedade civil, no sentido de reivindicar um programa efetivo de coleta seletiva em São João del-Rei.

Utiliza-se de formulários, entrevistas e da observação participante para envolver os diversos atores que compõem o universo dessa pesquisa: estudantes, trabalhadores da educação, representantes do poder público e da sociedade civil. O material coletado em campo, é costurado com o referencial teórico desse trabalho, juntamente com o estudo dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas em que foram realizadas a pesquisa e da Lei nº.9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999) e da Lei nº. 12.305/10, que institui a Política Nacional de resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil (BRASIL, 2010).

Espera-se que, a pesquisa contribua com o aprimoramento de iniciativas que surgem nas escolas públicas de educação ambiental, para que essas possam ser fortalecidas e multiplicadas, colaborando com a formação cidadã dos envolvidos e com a limpeza urbana.

A produção e destinação do lixo, estão intrinsecamente ligadas à relação que as pessoas estabelecem com o espaço que coabitam. Nesse sentido, a proposta está em consonância com iniciativas que utilizam a arte, a educação e a comunicação para incentivar a coleta seletiva, como caminho para uma urbanidade mais sustentável. Dessa forma, o trabalho integra os três eixos que compõem o presente Programa de Pós-Graduação, pois, objetiva estudar ações que contribuem para a limpeza urbana, o desenvolvimento sustentável, a valorização da arte, o urbanismo e a sustentabilidade de São João del-Rei/MG.

A proposta vem em acordo com a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil (BRASIL, 2010), se debruça sobre iniciativas que contribuam com a implementação da coleta seletiva nos territórios em que vivemos, sendo um caminho para o desenvolvimento sustentável, na medida em que impulsiona para elevar nosso índice de reciclagem, conforme aventado no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2007), e enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos consequentes da destinação inadequada dos resíduos sólidos.

O trabalho também impele para busca de soluções locais aos desafios políticos, econômicos e sociais enfrentados na atualidade. De acordo com os dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE (2020), o Brasil perde R\$14 bilhões por ano com a ausência de programas de reciclagem efetivos, são 12 milhões de toneladas de recicláveis que, ao invés de gerarem trabalho e renda, acabam sendo descartados no meio ambiente.

O trabalho toma como objeto de pesquisa, escolas públicas da rede estadual de educação de Minas Gerais, na cidade de São João del-Rei e as relações que estas estabelecem com a cidade no âmbito da limpeza urbana.

São João del-Rei é uma cidade histórica, reconhecida nacionalmente pelo seu potencial turístico, com cerca de 90.497 habitantes, segundo o IBGE (2021). Localizada no sudeste do Brasil, região considerada a mais economicamente desenvolvida do país, e em um país que instituiu uma política nacional de resíduos sólidos que inclui a importância da coleta seletiva em lei há mais de 10 anos. No entanto, a cidade não possui um programa efetivo de coleta seletiva.

Diante da ausência deste programa, qual o papel das instituições escolares perante o descaso, a sujeira, a poluição do ambiente em que vive seus alunos? A separação dos resíduos gerados pelas pessoas que compõem a comunidade escolar pode ser uma semente para promoção da coleta seletiva na cidade? Os estudantes que aprendem a separar seus resíduos e encaminhá-los de forma correta, seriam mais ativos no sentido de cobrar do poder público uma solução para o problema vivido em sua cidade? Essas questões são norteadoras nessa pesquisa, que objetiva analisar o papel das instituições escolares diante da ausência de programas efetivos de coleta seletiva na cidade de São João del-Rei/MG.

Alguns pressupostos se apresentam ao trabalho:

1. O espaço escolar é estruturado em salas de aula, fechadas e separadas do mundo exterior. Constitui-se de um espaço distante de toda forma de vida que não a humana, cercada por paredes, muros e grades, a escola se separa da cidade que a rodeia. Essa separação é a expressão materializada do que sugere essa pesquisa ao propor que o modelo de escolarização instituído no Brasil, a serviço da colonização, fomentou a crise ambiental neste território. Ao impor a) um modo de vida deslocado do espaço; b) uma cultura antropocêntrica e utilitarista da vida.

2. As escolas, seguindo o sistema hegemônico que a sustenta, atribuem ao lixo e as problemáticas socioambientais um valor secundário, apesar dos esforços e dos trabalhos realizados de conscientização ambiental nos espaços escolares. Esses trabalhos, frequentemente, apresentam um valor secundário na avaliação do estudante em relação às provas teóricas e preparatórias para os vestibulares, que se tornam o parâmetro para o sucesso escolar.

3. O sucesso escolar é medido pelo desempenho teórico e individual, e não no engajamento dos estudantes em buscar soluções aos problemas coletivos. O que se evidencia

em práticas frequentes nas escolas de premiação dos estudantes, “destaques” com parâmetros exclusivos nas notas das avaliações escolares.

4. A lógica de valorização profissional que perpassa o ambiente escolar também reproduz o sistema de desigualdade que a sustenta. Os Auxiliares de Serviços Básicos (ASBs) da escola, são responsáveis pelos cuidados de limpeza e manutenções dos espaços escolares, apesar da evidente importância do seu trabalho, são os que recebem os menores salários por hora de serviço dentro da escola.

5. A dinâmica escolar permite que os estudantes cheguem na escola e encontrem suas salas de aula limpas e saiam, deixando-as sujas. Como em uma mágica, a sala de aula está limpa novamente no dia seguinte e o lixo desaparece. A limpeza não é ensinada, aliás, ela não é sequer, vista. Afinal, o lixo tem que ser escondido, jogado para debaixo do tapete o quanto antes, pois, evidenciá-lo pode ser perigoso para um sistema que se sustenta sobre o constante estímulo ao consumo, onde o sucesso é medido pelo poder de compra e, conseqüentemente, pela capacidade de produção de lixo.

A dissertação está organizada em três capítulos, a partir desta introdução. Antes do primeiro capítulo, faço uma apresentação do campo de pesquisa, duas escolas estaduais situadas na cidade de São João del-Rei. O capítulo um contém o referencial teórico da pesquisa, onde são apresentados os conceitos de educação, modernidade, colonialidade, pedagogia decolonial, educomunicação, educação ambiental, através de diversos autores (as), entre os quais, destaco: Carlos Rodrigues Brandão, os estudiosos do grupo “Modernidade Colonialidade”; através dos estudos de Oliveira e Candau, Airton Krenak, Filomena Bomfim, para então me adentrar nas leis que instituem a Política Nacional de Educação Ambiental, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a coleta seletiva em São João del-Rei.

O estudo apresenta como o objetivo geral: analisar a relação das escolas públicas da rede estadual de educação de Minas Gerais, na cidade de São João del-Rei/MG, com a ausência de um programa de coleta seletiva na cidade. Para o qual se estabelecem, quatro objetivos específicos: 1. Investigar como as instituições de ensino, historicamente, se relacionaram com o ambiente que a envolve e, conseqüentemente, com a problemática do lixo; 2. Investigar como a problemática do lixo é abordada nos currículos das escolas públicas da rede estadual de educação de Minas Gerais, na cidade de São João del-Rei/MG, contrastando a abordagem proposta nos currículos das escolas com a prática realizada no cotidiano das mesmas; 3. Analisar projetos de educação ambiental sobre a coleta seletiva enquanto potência para promover/fomentar a coleta seletiva na cidade; 4. Identificar os limites

de atuação das escolas públicas em relação a problemática do lixo urbano na cidade de São João del-Rei.

SITUANDO O CAMPO DA PESQUISA: ESCOLA ESTADUAL DR. GARCIA DE LIMA E ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR IAGO

Para realização desta pesquisa foi selecionada duas escolas públicas da rede estadual de educação na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais. A escolha das escolas se justifica pela possibilidade de acessar o campo, uma vez que eu leciono em ambas as escolas. Estas instituições de ensino apresentam diferentes perfis de educandos. Apesar de ambas estarem situadas na mesma cidade e na mesma rede de ensino, o perfil socioeconômico do bairro em que elas estão inseridas são bastante distintos, o que implica em sua clientela.

Enquanto a Escola Estadual Dr. Garcia de Lima é considerada referência em educação pública na cidade e na região, o que atrai estudantes para além do zoneamento oficialmente previsto para a escola; a Escola Estadual Professor Iago Pimentel, é estigmatizada pela pobreza e violência, situada no bairro Tijuco, que se insere na periferia da cidade de São João del-Rei.

Escola Estadual Dr. Garcia de Lima

A Escola Estadual Dr. Garcia de Lima localiza-se na Avenida Leite de Castro, 1384, no Bairro Fábricas, na zona urbana sede do município de São João del-Rei/MG, CEP: 36301-180. Inserida na Superintendência Regional de Ensino de São João del-Rei, oferece o ensino fundamental do 1º ao 9º ano, o Novo Ensino Médio diurno no período da manhã e noturno do 1º ao 3º ano.

Em acordo com o censo escolar de 2021, a escola possui 1375 alunos, sendo 183 matriculados no ensino fundamental 1 (do primeiro ao quinto ano), 480 estudantes matriculados no ensino fundamental 2 (do 6º ao 9º ano) e 757 matriculados no ensino médio. 49% dos estudantes matriculados são do sexo masculino e 51% são do sexo feminino, a distribuição destes estudantes por cor e raça ocorre da seguinte forma: 52% dos estudantes da cor branca; 4% pretos (as); 26% pardos (as), não possuem estudantes amarelos e indígenas e 18% dos estudantes não declararam. A escola conta com um corpo docente composto por 99 professores, sendo 38 no ensino fundamental e 61 no ensino médio.

Em acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, a história da escola se inicia com a doação de terrenos pelo governo federal aos imigrantes italianos logo após a abolição da escravidão no Brasil. Entre os colonos, destaca-se Sr. Lino Montoglio que recebeu o terreno onde hoje se situa a escola, em ampla várzea, as margens do Rio das Mortes e Córrego do Lenheiro, com o seu falecimento e sem filhos ou testamento, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana, e Dr. Tancredo de Almeida Neves, deputado federal solicitaram a posse do referido terreno ao governo federal. Até que a Lei no. 1565, de 08 de março de 1952, promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Café Filho, divide a chácara ao meio.

Neste espaço, Tancredo organizou a Fundação São Joanense de Educação e Cultura (FUNSEC), a partir da qual se construiu o Ginásio Industrial e a Arquidiocese de Mariana. Com a metade que lhe coube, montou uma pequena Escola de Artes Domésticas – Santa Maria Goretti e para atividades catequéticas e obras sociais.

O espaço se constitui em diferentes instituições educacionais até que, em 1984, no governo do Dr. Tancredo de Almeida Neves, houve a extensão de séries na Escolas Estadual Dr. Garcia de Lima, conforme Resolução nº. 4864/84, havendo em decorrência, a aglutinação do Ginásio Industrial. Logo em seguida, criou-se o ensino de 2º grau, na Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, pelo Decreto nº 23436, aprovado em 06 de fevereiro de 1984, publicado no Minas Gerais de 07 de fevereiro de 1984.

De acordo com a Escritura Pública de Doação feita pela Diocese de São João del-Rei, o terreno e suas benfeitorias passaram a pertencer ao Estado. A Escritura Pública de Doação foi registrada no Cartório do 2º Ofício no livro de notas no. 176, folha 106, em 5 de novembro de 1985.

Atualmente, a Escola Estadual Dr. Garcia de Lima é a maior escola do município com uma área de mais de 40.000m², contando com grande parte de área verde, a escola tem capacidade de atender aproximadamente 1.600 alunos em todas as suas seriações.

Segundo consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, a clientela atendida é diversa, a maioria é do bairro onde se localiza a escola, mas grande parte vem de bairros vizinhos e da zona rural. De uma maneira geral, os estudantes desta instituição enxergam a escola como meio de ascensão social, tendo como objetivo conseguir um bom emprego, uma qualificação técnica e/ ou ingressar no ensino superior.

O Projeto Político Pedagógico da Instituição aponta como marco situacional que atualmente vivemos em um mundo bastante tecnológico, individualista e pouco humanizado e

que a escola se relaciona diretamente com isso uma vez que se relacionam com pessoas conforme as palavras do documento:

Atualmente vemos o mundo como intolerante, impaciente, diverso, globalizado, individualista, muito tecnológico e pouco humanizado. A escola se relaciona com esse mundo de forma direta e indiretamente pois trabalha com “pessoas” e recebe suas mais diversas demandas tendo o professor, a difícil tarefa de equilibrar e suprir toda essa demanda, muitas vezes sendo solicitado naquilo que não foi preparado e exigido além de suas condições psicológicas e de sua capacitação (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - MG, PPP - EEDGL, 2022, p.15).

A escola aponta como os principais desafios no processo educacional a superlotação da sala de aula, a falta de investimento no corpo docente e também a falta de autonomia da escola na tomada de decisões, dentre elas a política de aprovação através de progressões parciais, que ao trazer a aprovação automática do estudante faz com que muitos alunos escolham em quais as matérias eles serão reprovados, já sabendo da aprovação para o ano seguinte. Destaca-se também questões externas a instituição como, por exemplo, a ausência da família nas questões escolares dos filhos e a evasão escolar.

Por outro lado, a escola ressalta como aspectos positivos a dedicação do corpo docente, a estrutura do espaço escolar, equipado com recursos de multimídias em todas as salas de aula, acesso à internet, biblioteca com livros literários e 18 computadores para atender alunos e professores, sala de professores também equipada com computadores e supervisão. Máquinas copiadoras profissionais para que professores possam elaborar e imprimir atividades, avaliações e recursos didáticos, sala de multimídia, sala recurso para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, além de área verde para atividades diferenciadas e duas quadras esportivas, com boa localização urbana.

No intuito de atender as necessidades dos educandos, a escola se compromete com uma educação transformadora através de metodologias ativas e diferenciadas, a pedagogia de projetos e uma proposta democrática e inclusiva.

Para isso, a escola institui como marco filosófico contribuir para formação de uma sociedade democrática, de direitos e deveres, onde todos se engajem na “formação cidadã”, para que as pessoas possam ter as informações necessárias para transformar o meio em que está inserido, que respeitem o meio ambiente, não o enxergando apenas como um recurso, ou mercadoria, mas como um lar para o hoje e o amanhã.

A escola se pauta na formação de uma “sociedade democrática”, mas democrática de direitos e deveres, onde todos participem de forma a construir caminhos de “formação” cidadã, contemporânea, com uso consciente dos meios de formação. Em

nossa sociedade atual queremos e devemos almejar homens que possam ter informação para transformar o meio que nos cerca, homens que tenham consciência, que cuidem do meio ambiente que não o veja como captação de recurso e sim como seu lar para o hoje e o amanhã, homens que respeitem o seu eu e o dos outros (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - MG, PPP - EEDGL, 2022, p.16).

A escola constrói seu planejamento, inicialmente, por área de conhecimento e, posteriormente, em grupos interdisciplinares dentro das disponibilidades funcionais da escola. Busca-se articular a educação para além do espaço e tempo da sala de aula, contudo, a escola ainda está fortemente atrelada às provas externas, conteudistas que exigem formalidades. Enfatiza-se a preocupação com a redução da desigualdade na medida em que se almeja oferecer um ensino público no mesmo padrão de qualidade que o ensino privado conforme o Projeto Político Pedagógico propõe:

Sobre o processo de ensino-aprendizagem e de avaliação que desejamos é aquele no qual não haja diferenças entre o ensino público e o privado, ou seja, que tudo ocorra de modo igualitário. Precisamos ter em vista que nossos alunos irão enfrentar o mundo e o mercado de trabalho do mesmo modo daqueles que tiveram a oportunidade de vivenciar as benesses do ensino privado (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - MG, PPP – EEDGL, 2022, p.18).

Quanto a relação da escola com a comunidade destaca-se a importância de se considerar o Índice Socioeconômico da Escola (ISE), o índice é calculado a partir de questionários contextuais anuais das avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE. O índice da escola é considerado alto, ainda assim a escola, em seu Projeto Político Pedagógico, destaca o compromisso em incluir aqueles que estão fora deste padrão.

Um ponto importante para o que tange esta pesquisa, no Projeto Político Pedagógico (PPP), é a educação ambiental que, segundo o documento, implica em despertar a consciência sobre os problemas ambientais consequentes das atividades humanas e como ajudar a combatê-los, através da conservação das reservas naturais e da não poluição do meio ambiente.

A escola aponta desenvolver atividades de cunho ambiental, relacionadas a coleta seletiva do material reciclável, através de gincanas e trabalhos em grupos de diversas áreas de conhecimento. Com o recolhimento e a venda dos materiais recicláveis acreditam estar também promovendo o empreendedorismo estudantil.

A educação ambiental surge com o propósito de despertar a consciência da população global sobre os problemas ambientais consequentes das atividades humanas e como ajudar a combatê-los, conservando as reservas naturais e não poluindo o meio

ambiente. Por isso, a escola desenvolve atividades que permitem aos estudantes a tomada de consciência de sua realidade global, das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza e como elas impactam na aprendizagem. A escola promove várias ações de conscientização quanto ao consumo e produção de materiais descartáveis. Gincanas, trabalhos em grupos nas diversas áreas de conhecimento, envolvendo todos os segmentos da instituição e a comunidade, para arrecadar embalagens e produtos recicláveis. Apresentação de trabalhos no evento “Museu na Escola” onde os alunos promovem debates em diversas frentes. Engajamento de sua comunidade quanto ao consumo consciente, recolhimento e venda de produtos recicláveis, melhoria no desempenho escolar. Este último é parte para a pontuação final das turmas. (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - MG, PPP - EEDGL, 2022, p.59).

O PPP da escola destaca também “o cuidado com o entorno e com o ambiente escolar, de modo a preservá-lo” (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - MG, PPP - EEDGL, 2022, p.59). O reconhecimento dos saberes locais como parte integrante da educação ambiental e o engajamento de toda a comunidade na coleta e venda do material reciclável, além da participação em excursões e atividades de campo de cunho ambiental.

Escola Estadual Professor Iago Pimentel

A Escola Estadual Professor Iago Pimentel está situada à Rua São João, 571, São José Operário, na zona urbana sede do município de São João del-Rei. Na instituição funciona o Ensino Fundamental em tempo integral (EFTI), Ensino Fundamental e ensino médio.

Em acordo com o censo escolar de 2018, a escola tem 624 estudantes matriculados, sendo 137 nos anos iniciais do ensino fundamental; 339 nos anos finais do ensino fundamental e 148 estudantes no ensino médio. A distribuição de estudantes por sexo é de 49% de estudantes do sexo masculino e 51% dos estudantes do sexo feminino. A distribuição dos estudantes por cor e raça é de 29% de estudantes brancos; 17% pretos e 46% pardos, 0% amarelos e indígenas e 18% não declarados.

A escola apresenta como primeiro marco institucional legal de funcionamento com o nome de Escolas Reunidas do Bairro Tijuco através do Ato: MG 29/01/47 – Dec. Nº. 2.393 de 31/01/47, posteriormente recebe o nome de Escolas Reunidas Secretário Iago Pimentel: Data: 09/07/47 e após recebe o nome de Grupo Escolar “Professor Iago Pimentel” através do ato: MG 22/04/52 – Dec. Nº. 3.784 de 06/07/52, posteriormente seu nome é novamente modificado para Escola Estadual “Professor Iago Pimentel” de 1º. Grau através do Ato: MG 07/11/78 – Dec. 19.472 de 17/10/78, em 1986 ela recebe a extensão de séries pela resolução Res. SEE Nº. 5860/86 de 01/02/1986 pag. 20 col. 12. Em 1990 passa a ter autorização de funcionamento para o 2º grau com a Port. SEE nº. 1362/90 G de 17/05/90.

O Projeto Político Pedagógico da escola apresenta em seu marco referencial situacional a preocupação com o meio ambiente principalmente no aspecto da coleta seletiva conforme descrito no documento:

A Escola Estadual Professor Iago Pimentel objetiva conscientizar seus alunos no contexto sociocultural da sociedade moderna e expô-los à uma vivência concreta e real das condições sociais diversas que podem ser observadas no cotidiano de nossa cidade e no mundo em geral, a exemplo disso, um projeto denominado “meio-ambiente, sustentabilidade e gestão” está em andamento na escola. Com este projeto, o que se almeja é torná-los cientes da situação atual de nosso meio-ambiente, principalmente em relação ao excessivo descarte de lixo em condições inapropriadas, e fomentar uma cultura de prática de ações como coletas seletivas e reciclagem, a fim de contribuir socialmente e ativamente de seu cotidiano. Além de aprenderem, deste modo, uma forma de autogestão e de geração de renda (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - MG, PPP - EEPIP, 2022, p. 12-13).

O trecho dialoga com a pesquisa e enfatiza a preocupação e engajamento da instituição em relação a problemática do lixo urbano e coleta seletiva na cidade. No marco filosófico a escola apresenta a intenção de formar cidadãos comprometidos com a realidade social em que estão inseridos, dispostos a contribuir com uma sociedade mais humanitária com respeito ao outro e a natureza.

No ponto sobre educação ambiental, a escola aponta que recolhe materiais recicláveis a fim de conscientizar os educandos e também realiza feiras de trocas, o que favorece a economia solidaria e prolonga a vida útil dos objetos contribuindo também para a redução do lixo urbano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse referencial teórico está subdividido em três tópicos: no primeiro intenciono discutir sobre o significado de educação por uma perspectiva multicultural, através do autor Carlos Rodrigues Brandão, que reflete sobre quando a escola era a aldeia, contexto no qual a aprendizagem não se separava da vida. Trago também os estudos do grupo “Modernidade Colonialidade”, com uma coletividade heterogênea de pesquisadores que se propõem a pensar uma pedagogia decolonial, a colonialidade do poder, as estruturas de dominação colonial que permanecem no imaginário e na subjetividade das culturas colonizadas, mesmo após a independência jurídica administrativa dos territórios colonizados. Neste sentido, entendo olhar a escola como instrumento de imposição de uma cultura desconectada da natureza, do espaço escolar projetado e pensado para separar os alunos de um ambiente vivo.

No segundo tópico, abordo as reflexões de Paulo Freire para pensar a escola já instituída na sociedade moderna e inserida na dinâmica do poder atual. A proposta é pensar a escola com seu potencial na formação cidadã. Converso também com os autores da educação, como Ismar Soares e Filomena Bomfim, reconhecendo as instituições de ensino como um espaço privilegiado para comunicação e difusão de ideias que possam promover a consciência ecológica.

No terceiro tópico, pretendo problematizar a romantização da docência e da escola, reconhecendo os limites da atuação das instituições escolares para solucionar a problemática do lixo urbano. Tenciono também, em relação aos perigos das narrativas vagas advindas de representantes do poder público observado na Audiência Pública: Gestão dos resíduos sólidos urbanos e Limpeza Urbana, ocorrida no dia 02 de maio de 2022, na Câmara Municipal de São João del-Rei e transmitida ao vivo pela página Câmara de São João del-Rei, no Facebook³. Na qual a frequente fala, “precisamos investir na educação ambiental” ou “Só a educação é capaz de resolver o problema do lixo”, é contrastada com o silêncio de ações propositivas do poder público, como, por exemplo, o pagamento efetivo a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAS), pelos serviços prestados à prefeitura e à sociedade sanjoanense.

2.1 Escolarização e o projeto colonial: quando a educação e a crise ambiental se encontram

³Disponível em: https://fb.watch/gTkuC_jHwi/. Acesso em: 18 nov. 2022.

Este tópico inspira a ideia de pensar a escolarização a serviço da colonialidade. Entende-se que, a formação deste país, assim como de outros da América latina, está fundada em um conflito ambiental, de ruptura sociedade-natureza, através da imposição de um modelo “extrativista espoliativo desses territórios” (SALGADO; MENEZES; SANCHEZ, 2019, p.1).

A invasão europeia inventa o racismo, e impõe um modelo de ser humano através de seu sistema educacional, encobre o modo de vida nativo, arrancando as raízes culturais dos povos originários, modificam-se as relações com a terra e território nos confinamentos sedentários dos aldeamentos missionários. Os desdobramentos da lógica colonial reverberam no presente, a colonialidade ainda em curso nas instituições escolares, dá sequência ao projeto de separação sociedade-natureza, que estrutura a crise ambiental na atualidade⁴.

O capítulo inicia com a reflexão sobre o que é educação, amparada pelo autor Brandão (1983), para então pensar em um modelo educacional e suas imbricações na constituição de uma corporalidade eurocentrada, que desloca a cabeça dos corpos, os pés dos chãos e o ser humano de seu espaço. A partir dos estudos do grupo Modernidade Colonialidade, conjuntamente com as contribuições de Krenak (2020), propõe-se transpor o passado no presente e pensar a colonização ainda em curso no sistema educacional que, cercado pelas quatro paredes das salas de aula, insiste em separar o estudante do mundo que o cerca.

Nessa perspectiva separatista, onde é possível dividir o mundo entre o que está fora e o que está dentro das caixas de concretos, nas quais nos colocamos, a limpeza consiste em simplesmente colocar o “lixo” para fora, a partir da saída do espaço de propriedade individual, quando o lixo ocupa um espaço coletivo, o lixo que deveria ser de todos, passa a ser de ninguém.

As reflexões apontam três elementos para serem investigados na relação das instituições escolares com a problemática dos resíduos sólidos. O primeiro, diz como os espaços escolares materializam a separação ser humano-natureza, que fundamenta as crises ambientais da atualidade, dentre elas, a ausência de um programa efetivo de coleta seletiva na cidade de São João del-Rei/MG. O segundo aspecto, fala sobre os conteúdos ensinados na escola, como ela conceitua e atribui valores ao meio ambiente, à limpeza urbana e à coleta seletiva. O terceiro ponto, aborda a questão do tempo, a lógica da produtividade utilitarista

⁴SALGADO, S. D. C.; MENEZES, A. K.; SANCHEZ, C. A colonialidade como projeto estruturante da crise ecológica e a educação ambiental desde elsur como possível caminho para a decolonialidade. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 21, n.1, p. 597-622, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.5025>

descrita por Krenak (2020), que ao estimular o excesso produtivo, gera por consequência, o aumento da produção de resíduos.

2.1.1 Sobre a educação

No livro clássico “O que é educação” (1983), Carlos Rodrigues Brandão se dedica a conceituar educação. O autor reflete sobre a educação em diversas culturas e contextos históricos para dizer de uma educação no plural, “educações”. Para o autor, existem tantas formas de se educar quantas formas de se viver, cada povo em cada contexto histórico, consciente ou não, tem sua própria forma de trocar conhecimento entre si e entre gerações.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 1983, p.7).

Brandão (1983), ao olhar para educação no plural, descreve o reconhecimento da diversidade de saberes entre os diversos povos humanos, dessa forma, ele marca uma posição multicultural. O autor cita a carta de um índio das Seis Nações, entregue aos representantes de Virgínia de Maryland, nos Estados Unidos, na qual, o indígena agradecia o convite dos brancos para que enviassem alguns jovens indígenas para estudar em suas escolas. A carta ficou conhecida após ser citada por Benjamim Franklin e segue o trecho que nos interessa:

Transcrevo aqui uma carta enviada pelos governantes norte-americanos aos índios uma proposta de paz, em que a educação aparece como elemento importante: (...) nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração.

Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa.

...Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida na floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam nossa língua muito mal. Eles eram, portanto totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros.

Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens (BRANDÃO, 1983, p.7).

Neste trecho, Brandão (1983) elucida as questões mais importantes para se pensar a educação. Em mundos diversos, não pode haver um único modo de educar, nem apenas um modelo educacional, cada povo constrói seus saberes e seu próprio modo de passá-los adiante. A educação ajudaria a criar tipos de seres humanos, com um sistema de produção de crenças e ideias próprias ao mundo que a constitui. “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sociedade” (BRANDÃO, 1983, p.10).

Brandão (1983), desenvolve suas reflexões sobre a educação, pensando nela em diversos contextos históricos e culturais, na tentativa de entender seu significado para além das estruturas sociais hegemônicas. Para o autor, a educação ajuda a projetar tipos de seres humanos e, por consequência, tipos de sociedade. Conforme suas palavras:

Ela (a educação) ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e os legitima. Mais ainda a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é sua força (BRANDÃO, 1983, p. 11).

Para Brandão (1983), a educação existe antes e além da escola, onde ainda não existe nenhum modelo de educação formal ou centralizado. O autor retoma os estudos antropológicos sobre o tema, analisando os sistemas de aprendizados em diversos povos nativos da América e outros continentes descritos por antropólogos, que dizem de um modelo de aprendizagem em que, o conhecimento não se separa da vida, ocorrendo no cotidiano através da observação, da imitação dos fazeres daquela comunidade, sem precisar necessariamente de um espaço ou momento destinado especialmente ao ato de ensinar.

Quando os antropólogos pouco falam em educação, eles pouco querem falar de processos formalizados de ensino. Porque, onde os andamaneses, os maoris, os apaches ou os xavantes praticam, e os antropólogos identificam processos sociais de aprendizagem, não existe ainda nenhuma situação propriamente escolar de transferência do saber tribal que vai do fabrico do arco e flecha a recitação das rezas sagradas aos deuses da tribo. Ali, a sabedoria acumulada do grupo social não “dá aulas” e os alunos, que são todos os que aprendem, “não aprendem na escola”. Tudo o que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo-e-a-consciência (BRANDÃO, 1983, p.18).

Brandão (1983) recorre aos estudos de Durkheim sobre a educação para reafirmar que em culturas nativas, a aprendizagem ocorre misturada com a vida em momentos de lazer, amizade, afeto, trabalho, no fazer do que cada sociedade considera importante para

continuidade da vida. Nesses espaços não existem hierarquias especializadas no saber, sendo o cuidado com os mais novos, realizado pelas gerações anteriores.

Sob regime tribal, a característica essencial da educação reside no fato de ser difusa e administrada indistintamente por todos os elementos do clã. Não há mestres determinados, nem inspetores especiais para a formação da juventude: esses papéis são desempenhados por todos os anciãos e pelo conjunto das gerações anteriores (DURKHEIM *apud* BRANDÃO, 1983, p.19).

Para Brandão (1983), seria justamente o momento em que aparece a figura de um especialista em ensinar, com métodos racionalizados e estabelecidos para fazê-lo que surge o ensino formal e a educação se submete a pedagogia, criam-se situações próprias para a sua prática, estabelece-se tempo, prazos e regras. É quando surge a escola, o papel do aluno e do professor. Estes especialistas, em nome de quem os constituem educadores, tomam a tarefa de controlar os modos e os usos do saber, tornam-se “mediadores entre o poder e o saber” (BRANDÃO, 1983, p.33).

Segundo Brandão (1983), a existência do ensino formal não exclui as outras formas de educação: as que acontecem livres nos contextos familiares e ou comunitários através das relações interpessoais em diversos espaços que reúnem pessoas. No entanto, quando a educação deixa de ser totalmente livre e comunitária e passa a ser controlada pelas instituições de ensino, por professores “a serviço de senhores, ela tende a inverter as utilizações dos seus frutos: o saber e a repartição do saber” (BRANDÃO, 1983, p.34). É quando se cria ou reproduz desigualdades sociais, hierarquiza-se as pessoas. Através da escola, os sistemas pedagógicos passam a ser usados para “servir ao poder de uns poucos sobre o trabalho e a vida de muitos” (BRANDÃO, 1983, p.34).

Brandão (1983), sugere que a educação escolar é recente, até mesmo na história das sociedades ocidentais como a nossa, industrializadas e capitalistas. O modelo de escola que conhecemos, surgiu na Grécia e posteriormente, vai para Roma, de onde se deriva todo o nosso sistema educacional. Para o autor, apesar dos séculos de história, poucas são as inovações.

Da maneira como existe entre nós, a educação surge na Grécia e vai para Roma, ao longo de muitos séculos da história de espartanos, atenienses e romanos. Deles derivam todo o nosso sistema de ensino e, sobre a educação que havia em Atenas, até mesmo as sociedades capitalistas mais tecnologicamente avançadas tem feito poucas inovações (BRANDÃO, 1983, p.35).

Segundo Brandão (1983), dos gregos herdamos uma oposição que até hoje não se resolveu no nosso sistema educacional: a separação entre teoria e prática, e as hierarquias sociais delas resultantes, é na Grécia que, oficialmente, o saber e o trabalho intelectual passam a ser mais valorizados do que o saber prático e o trabalho “braçal”.

Esta educação grega é, portanto, dupla, e carrega dentro dela a oposição que até hoje a nossa educação não resolveu. Ali estão normas de trabalho que, quando reproduzidas como um saber que ensina para que se viva seja um tipo de homem livre e, se possível, nobre, os gregos acabaram chamando de teoria. Este saber que busca no homem livre o seu mais pleno desenvolvimento e uma plena participação na vida da polis é o próprio ideal da cultura grega e o que ali se tinha em mente quando se pensava na educação (BRANDÃO, 1983, p.37).

O trecho ilustra a oposição entre teoria e prática, e o grande objetivo da educação grega, formar um cidadão comprometido com a vida da polis, útil a vida coletiva e ao exercício da cidadania. Valorizavam-se a retórica e a oratória, tidas como atividades nobres, de onde vem às reflexões filosóficas sobre os sofistas, mestres de oratória, mais preocupados com os seus discursos do que com a veracidade deles.

Brandão (1983), também enfatiza que a educação grega não favorecia a infância, por não observar ou valorizar o que a criança é, mas olhá-la como um vir a ser. Ao atribuir maior importância ao adulto que a criança, caberia a criança, através da educação, se tornar um adulto o mais depressa possível, útil a vida social, em acordo com os ideais gregos.

A educação grega não é dirigida à criança no sentido cada vez mais dado a ela hoje em dia. De algum modo, é uma educação contra a criança, que não leva em conta o que ela é, mas olha para o modelo do que pode ser, e que anseia torná-la depressa o jovem perfeito (o guerreiro, o atleta, o artista de seu próprio corpo-e-mente) e o adulto educado (o cidadão político a serviço da polis) (BRANDÃO, 1983, p. 47).

Da educação Romana, Brandão (1983) sugere que herdamos o amor ao trabalho, bem como o horror a ociosidade, a separação entre o pensar o trabalho e seu próprio exercício, assim como na Grécia, uma separação entre a força mental e física. Vale ressaltar que, por muito tempo, entre os primeiros reis de Roma, o trabalho era realizado entre todos, os reis também conduziam o arado e lavravam a terra. É com o tempo que vão surgindo as “classes sociais” e os “privilégios” de um pequeno grupo. O que ocorre quando um grupo nobre, enriquecido com a agricultura, troca o trabalho com a terra pela política e passa a criar as regras do Império. Nesse contexto, o saber comunitário dá lugar as agências de educação, que separam os saberes em níveis e tipos, diferenciando a educação dos senhores e dos servos. Estaria também entre os romanos, os primórdios da seriação e as etapas dos sistemas de

ensino bem parecidas ao que usamos hoje, o início da alfabetização aos 7 anos, aos 12 anos iniciava-se a escola de gramática e aos 16 a do *lector*.

A criança, educada em casa pelos pais, aprendia depois dos 7 anos as primeiras letras na escola (loja de ensino) do *ludimagister*. Aos 12 anos ela estava pronta para frequentar a escola do *grammaticuse*, a partir dos 16, a do *lector*. Na sua forma mais simples esta é a estrutura de educação que herdamos e conservamos até hoje (BRANDÃO, 1983, p.52).

A educação escolar romana, inspirada de alguma forma, nos gregos, se espalhou pelo mundo, iniciando na Península Itálica, conquistou a Europa, a Ásia e o Norte da África. Com a proposta de educar os filhos dos soldados nos territórios conquistados, o sistema educacional do conquistador invade a cultura dos povos dominados, impondo a eles as vontades, crenças e visões de mundo dos dominadores⁵.

Esta educação de escola, que os romanos criam em Roma copiando a forma e alguma coisa do espírito dos gregos, espalham primeiro pela Península Itálica e depois por todo o mundo que conquistam na Europa, na Ásia e no Norte da África. Do mesmo modo como o sacerdote, o educador caminha atrás dos passos do general. A educação do conquistador invade, com armas mais poderosas do que a espada, a vida e a cultura dos conquistados. A educação que serve, longe da Pátria, aos filhos dos soldados e funcionários romanos sediados entre os povos vencidos, serve também para impor sobre eles a vontade e a visão de mundo do dominador (BRANDÃO, 1983, p.53).

Brandão (1983), reforça a argumentação com a descrição de Plutarco sobre como o Império Romano utilizou da educação para se impor aos espanhóis: “As armas não tinham conseguido submetê-los a não ser parcialmente; foi a educação que os domou” (PLUTARCO *apud* BRANDÃO, 1983, p.53).

Pensar a educação nesse âmbito menos romantizada para além das palavras bonitas que são ditas sobre elas por filósofos ou mesmo no corpo da lei, é perceber o não dito sobre ela, seus objetivos escusos. Na prática, a educação serve para atender os interesses da sociedade ou de grupos sociais específicos. Se, por um lado, o saber que se troca e transmite permite a melhoria da vida coletiva, ou de cada um, por outro, ele também serve para dominar, “domar”, impor a vontade de minorias sobre as maiorias. Servindo para igualar ou diferenciar as pessoas⁶.

Entre índios e camponeses, o saber deve servir de algum modo a todos, o objetivo da educação na Grécia e depois, em Roma, era formar cidadãos e, portanto, pessoas que de alguma forma fossem úteis ao coletivo. É com a propagação do cristianismo que a educação

⁵BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁶BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

se volta para o indivíduo, para a salvação da alma individual, essa individualização também não vem dos primórdios do cristianismo, ela se deu a partir de Roma, com seu estado cristianizado, quando as elites tomam a “posse da mensagem cristã de militância e salvação, fazendo dela, parte de sua ideologia” (BRANDÃO, 1983, p.69). A apropriação do cristianismo pela elite romana e sua propagação às classes subalternas, consolidaram a posição de domínio econômico e política deste grupo sobre os demais.

Após toda essa reflexão sobre a educação e seus propósitos, Brandão (1983) recorre a sociologia de Durkheim para dizer da importância de se pensar a educação atrelada ao seu contexto social, uma vez que as concepções do que é ideal, do que é ser humano, do que é desejável, está de alguma forma atrelada ao contexto social, histórico e cultural, no qual essas ideias estão inseridas, conforme as palavras do autor:

Se o fim da educação é desenvolver no homem toda a perfeição de que ele é capaz, que “perfeição” é esta? De onde é que ela procede? Quem a define e a quem serve? Por que, afinal, ideais de perfeição são tão diversos de uma cultura para outra? É falso imaginar uma educação que não parte da vida real: da vida tal como existe e do homem tal como ele é. É falso pretender que a educação trabalhe o corpo e a inteligência de sujeitos soltos, desancorados de seu contexto social na cabeça do filósofo e do educador, e que os aperfeiçoe para “si próprios”, desenvolvendo neles o saber de valores e qualidades humanas tão idealmente universais que apenas existem como imaginação em toda parte e não existe como realidade (como vida concreta, como trabalho produtivo, como compromisso, como relações sociais) em parte alguma (BRANDÃO, 1983, p. 70-71).

É a partir desta reflexão, que Brandão (1983) se ancora no conceito de educação, o seu propósito estará relacionado aos interesses sociais daqueles que a propõe. É no coletivo que se criam ideais de seres humanos, normas e regras de comportamento. É ali que se estabelecem códigos, significados e modelos de condutas a serem propagados através dos sistemas educacionais. Para o autor, diferente de filósofos e pedagogos que pensavam ideais de educação e seres humanos, a sociologia estaria mais interessada em explicar o funcionamento da educação, como ela ocorre na vida materializada, a que e a quem servem os sistemas educacionais e os seus princípios de controles sociais.

Para Durkheim (1975), não existe neutralidade na educação, desvendar o sistema educacional perpassa por se atentar que ela é uma prática social, portanto, sujeita a interesses de controle e poder. Nesse sentido, não haveria ideal de humanidade, ideais pedagógicos, ou um único modelo educacional considerado superior. Caberia a sociologia perguntar, quem estabelece esses ideais? A quem ele serve? Para o autor, cada sociedade, em cada contexto na qual está inserida, cria o tipo de educação que lhe é conveniente.

É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos. Há costumes com relação aos quais somos obrigados a nos conformar; se os desrespeitamos, muito gravemente, eles se vingarão em nossos filhos. Estes, uma vez adultos, não estarão em estado de viver no meio de seus contemporâneos, com os quais não encontrarão harmonia. (...) Há, pois, a cada momento, um tipo regulador de educação, do qual não podemos separar sem vivas resistências, e que restringem as veleidades dos dissidentes (DURKHEIM, 1975, p. 36-37).

Ao trazer as discussões sobre a educação para o contexto presente, Brandão (1983) observa que, um pensamento recorrente da atualidade, é a ideia de uma educação para um mundo em constante mudança e de uma educação para mudar o mundo. Reflexões que não faziam parte do arcabouço ideológico dos gregos, dos romanos, nem mesmo dos missionários portugueses do Brasil Colônia. Dessa forma, a educação não serviria apenas a sociedade ou a pessoa na sociedade, mas também, como um instrumento de mudança social, para formação de agentes de mudanças sociais.

No entanto, Brandão (1983) também observa estudos da educação dentro dos contextos capitalistas, nos quais, o saber torna-se produto comprado e vendido em um mercado educacional, os sistemas educacionais se tornam instrumento de controle das classes subalternas, além formar mão de obra para servir aos donos do capital. Dentre os quais, o autor destaca o estudo do estadunidense Wilbur Brookover, que conclui sobre a educação em seu país, os seguintes aspectos:

a) tem seu controle situado em mãos “de elementos conservadores da sociedade; b) é dirigida de modo a impedir mudanças significativas, “exceto nas áreas” em que os grupos dominantes desejam a mudança” c) na melhor das hipóteses, pode atuar como um agente interno de mudanças sociais, não como um agente externo, ou seja, capaz de provocar por sua conta mudanças significativas; d) não é acreditada como criadora de um possível “mundo melhor”, a não ser quando “outra forças também operam como agências de mudanças” (BRANDÃO, 1983, p.83).

Compreende-se que, a educação no capitalismo tende a perder seu valor como bem de uso para se tornar bem de troca. A escolarização, mesmo quando pública e gerida pelo estado na sociedade desigual (sendo o estado mais uma instituição a serviço da classe dominante, reproduzidor das normas de segurança, da garantia da propriedade, e administrador de serviços como saúde e educação), também cumprem o papel de manter a ordem e a coesão necessária para que o capital se multiplique na posse daqueles que já o possuem.

(...) por toda parte, em sociedades como a nossa, grupos nacionais ou estrangeiros, que repartem entre si a propriedade e o controle direto dos meios de produção dos bens de que se nutrem as pessoas e seu mundo, concentram entre si a propriedade e o controle direto dos meios de produção dos bens de que se nutrem as pessoas e seu mundo, concentram entre si o poder de constituírem, em seu proveito, tipo de Estado

que, por sua vez, reproduz serviços e normas de segurança, de propriedade, de direito, de saúde e até de educação, serviços e normas que servem em conjunto para manter coesa e, se possível, em relativa paz a ordem social de que se nutre o capital, ou seja, aquela ordem em que se multiplica (BRANDÃO, 1983, p.92).

A citação diz das duas dimensões do sistema educacional de interesse capitalista, que serve tanto como mercadoria que pode ser comprada ou vendida em um mercado educacional, como instrumento de controle social do qual se nutre o capital. E aí está sua grande contradição, uma vez que quando pensada a partir da filosofia, da lei ou em políticas públicas, a educação aparece “juridicamente como bem de todos, de que o estado assume a responsabilidade de distribuição em nome de todos” (BRANDÃO, 1983, p.94).

No entanto, na prática, a escolarização tende a negar o que afirma em lei, as pessoas que são submetidas aos sistemas educacionais não são sequer, consultadas sobre os conteúdos e currículos a que são subordinados, a “educação” chega pronta em livros, avaliações externas nos mais diversos contextos, frequentemente ignora-se as realidades locais, as quais as comunidades escolares estão inseridas.

Mas sequer as pessoas a quem a educação serve, em princípio, são de algum modo consultadas sobre como ela deveria ser. A educação que chega à favela, chega pronta na escola, no livro e na lição. Os pais favelados dos alunos são convocados a matricular os seus filhos, como se aquilo fosse um posto de recrutamento. Não são convocados, por exemplo, a debaterem com os professores como eles pensam que a escolada favela poderia ser uma verdadeira agência de serviços à sua gente. Mesmo que fossem, as suas ideias por certo não sairiam do caderno de anotações da diretoria. Mas não são só os pais e as crianças faveladas os que não têm direitos de pensar na educação da favela. Mesmo os cidadãos ricos e letrados não tem poder algum sobre as ideias que determinam a educação de seus filhos, e a imensa massa dos próprios educadores da linha de frente do trabalho pedagógico (professores, diretores de escola, orientadores, supervisores educacionais) têm o poder do exercício da reprodução das ideias prontas sobre a educação e dos conteúdos impostos à educação. Mas não tem nem o direito nem o poder de participarem das decisões político-pedagógicas sobre a educação que praticam. Elas estão reservadas aos donos do poder político e às pequenas confrarias de intelectuais construídas como seus porta-vozes pedagógicos (BRANDÃO, 1983, p 95-96).

Brandão (1983), ao refletir sobre as contradições entre a educação pregada nas leis e a educação realizada na prática, conclui: “Afirmar como ideia o que nega na prática é o que move o mecanismo da educação autoritária na sociedade desigual” (BRANDÃO, 1983, p. 97).

As reflexões levantadas a partir deste tópico, nos permitem pensar na educação centralizada, formalizada nas instituições escolares como um instrumento de controle social e mais do que isso, como um instrumento de poder e dominação. Uma vez que, através da escolarização, criam-se tipos de seres humanos, inculcam-se crenças e valores que regem a

ação e a vida prática das pessoas, moldam-se hábitos e modos de viver. Desta forma, pode ser utilizada para a manutenção ou transformação da ordem social, como também para impor a ideologia necessária para que a classe dominante, exerça seu poder.

2.1.2 Escolarização e poder

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral (GRAMSCI, 2002, p. 62).

Gramsci (2002), propõe que a dominação de um povo não acontece exclusivamente pela força, ela se dá também pela cultura. “Hegemonia é justamente a criação de um bloco ideológico que permite à classe dirigente manter o monopólio intelectual” (ALVES, 2010, p. 79). Partindo desse pressuposto, aqui pretendo refletir sobre escolarização no Brasil como grande aliada da hegemonia europeia, ao impor um modelo cultural de relação com a terra e o meio ambiente, calcado nos valores culturais dos europeus, valores esses antropocêntricos e utilitaristas, que fundamentam a crise ambiental enfrentada na atualidade.

A escolarização no Brasil se inicia com os padres jesuítas que serviram ao projeto de dominação colonial através da imposição da hegemonia europeia. “Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada” (GRAMSCI, 2002, p.62) e pela imposição de um monopólio intelectual.

Esse embate entre visões de mundo, concepções de vida e seus sistemas de valores, no qual, por um lado a existência de um povo intimamente ligado a natureza, cuja relação se daria pelo valor da convivência em si; e por outro, uma cultura na qual as relações estão pautadas numa concepção utilitarista da vida e das relações, é abordado por Krenak (2020) em suas provocações a cultura do colonizador em “A vida não é útil”. No entanto, o que quero enfatizar agora, são como essas concepções de vida, sistemas de crenças e valores ensinados e aprendidos através de um sistema educacional reverberam na vida prática em relação ao meio ambiente.

A educação, tendo o poder de nomear, conceituar os objetos, dar nome aos seres vivos e não vivos, atribuindo-lhes também significado, outorgando-lhes valores hierárquicos, torna-se capaz de criar seres humanos com diferentes crenças sobre o mundo, essas crenças implicam nas relações que as pessoas estabelecem umas com as outras, com as coisas e com o ambiente, dessa forma, ela interfere no mundo materializado. Conforme explica Wade Davis, no documentário *Escolarizando o Mundo*, Black (2010):

Uma das coisas que eu vejo no meu trabalho é que diferentes formas de saber, diferentes formas de ser e diferentes formas de aprender, realmente criam diferentes seres humanos. Se você foi criado no Colorado para acreditar que uma montanha é uma pilha inerte de pedras esperando para ser minada, você terá uma relação muito diferente com aquela montanha do que uma criança do sul do Peru que acredita piamente que uma montanha é um espírito Apú, uma deidade protetora, que irá direcionar seu destino ao longo da vida. Mas a observação interessante não é nem que a montanha seja de fato um espírito ou apenas uma pilha de terra. A observação interessante é como o sistema de educação que define o que a montanha é, cria um diferente ser humano com uma diferente relação com a terra. Eu fui criado na floresta da Colúmbia Britânica a acreditar que aquelas florestas existiam para serem cortadas. Aquela foi a base ideológica da ciência florestal que me foi ensinada na escola e que eu pratiquei como madeireiro nas florestas. Foi baseado na ideia de que nós tínhamos que eliminar todo crescimento mais antigo para conseguir o crescimento de plantações saudáveis, porque afinal, o incremento adicional de uma celulose seria maior em uma planta...enfim, isso foi toda uma construção. Mas de maneira drástica, aquele sistema de crenças me fez um ser humano diferente com uma relação muito diferente com a floresta do que meus amigos das comunidades nativas que acreditavam que aquela floresta era a moradia de Hokuk e o beiral torto do paraíso. E por causa da minha ideologia e da minha educação, aquelas florestas não existem mais (DAVIS, Wade Etnobotânico, Explorador Residente, NationalGeografic Society, em *Escolarizando o Mundo: o Último Fardo do Homem Branco*. 11;24min in BLACK, 2010)⁷.

Neste trecho, está um aspecto relevante a esta pesquisa, uma vez que, a fala de Wade Davis⁸, em Black (2010), pode ser transposta para os diversos contextos de escolarização, seja a escolarização imposta aos povos nativos no Brasil colonial, ou mesmo nas escolas atuais. Independentemente do tempo da análise, a capacidade de inculcar conceitos, valores e crenças através de conteúdos e práticas, permanecem nos processos de escolarização.

A cultura escolar presente nas escolas da rede estadual de educação de Minas Gerais, estaria relacionada a formação de pessoas que não consideram a limpeza pública do espaço urbano como prioridade? Como este modelo de escolarização aborda as questões públicas, coletivas em relação às questões individuais e particulares? O que aprendemos sobre o lixo nas escolas? Como aprendemos sobre o lixo? O que aprendemos sobre responsabilidade ambiental? O que a escola ensina sobre a coleta seletiva? Sobre os problemas vivenciados na cidade onde ela se encontra?

Faz-se importante refletir também sobre o não dito deste sistema educacional: o que é valorizado nas escolas? A solução dos problemas coletivos? A sustentabilidade? O que é ensinado em silêncio quando uma escola que funciona sobre a lógica de distribuição de

⁷Trecho transcrito do documentário: de. Carol Black. **Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=53s. Acesso 19 nov. 2022. Minuto 24.

⁸DAVIS, Wade. Etnobotânico, Explorador Residente, NationalGeografic Society. **Escolarizando o Mundo: o Último Fardo do Homem Branco**. 11;24min in BLACK, 2010.

pontos atribui 60% dos pontos em provas objetivas e teóricas preparatória para exames vestibulares e 5% dos pontos para projetos de educação ambiental?

O que ensinam as escolas atuais com suas hierarquias internas, quando reproduzem a lógica do sistema que a sustenta e atribuem aos profissionais da limpeza o menor salário da instituição? O que se ensina e como se ensina essa rede de significados construída por essa escolarização e como ela implica na problemática socioambiental aqui proposta? Essas questões dão direcionamento à pesquisa.

A reflexão sobre o poder de nomear, conceituar e atribuir significado também é problematizado por Krenak (2020), quando o autor ironiza o fato de o povo colonizado ter seus nomes modificados pelos invasores europeus: “(...) Venon, que é um típico nome americano, pois, quando os colonos chegaram na América, além de proibirem as línguas nativas, mudaram os nomes das pessoas” (KRENAK, 2020, p.12). Percebe-se neste trecho que, com imposição à colônia, o colonizador nomeia, e com isso impõe sua rede de significados e seu modo de vida, atribui aos nativos novos nomes e identidades.

O modo de vida nativo é bruscamente abalado com a presença do invasor, a dominação se estende para além do âmbito econômico ou bélico, se impondo na cultura, nos sistemas de crenças, nos modos de existir. Essa imposição cultural se deu através dos padres missionários, pela imposição de um novo modelo de educar e de se relacionar com o espaço, com o ambiente, destruindo os modos de vida aqui encontrados.

A história do contato (...) é sempre a mesma. Extermínio ou degradação. Principalmente porque o vencedor entende de impor ao povo submetido a sua cultura moral inteira, maciça, sem transigência que suavize a imposição. O missionário tem sido o grande destruidor de culturas não europeias, do século XVI ao atual (FREYRE, 2004, p.178).

Freyre (2004), observa como os aldeamentos missionários sufocaram os costumes e a espontaneidade dos povos ameríndios, conta como o modelo educacional aqui imposto procurava “destruir, ou pelo menos castrar, tudo que fosse expressão viril de cultura artística ou religiosa em desacordo com a moral católica e com as convenções europeias. Separaram a arte da vida” (FREYRE, 2004, p.178). As brincadeiras ao sol, os banhos de rio, as brincadeiras com os animais são trocadas pelas práticas de exercício, de caligrafia.

Com a segregação dos indígenas em grandes aldeias parece-nos terem os jesuítas desenvolvido no seio das populações aborígenes uma das influencias letais mais profundas. Era todo o ritmo de vida social que se alterava nos índios. Os povos acostumados à vida dispersam e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e a sedentariedade absoluta (FREYRE, 2004, p. 179).

Essa relação com o espaço que se modifica pela imposição da escolarização, estabelecendo uma segregação espacial entre a vida e o espaço do saber, entre o espaço do saber e a vivência na natureza, é retratada no documentário *Escolarizando o Mundo*, de 2010, que reflete sobre a influência da escolarização na crise ambiental, enfrentada na atualidade. O documentário cita o Ministro da Educação dos Estados Unidos, Wilhan Torrey Harris (1889-1905), que escreveu: “O grande propósito da escola pode ser melhor realizado em lugares feios, escuros e sem ar... É para dominar o ser físico... para transcender a beleza da natureza. A escola deve desenvolver o poder de afastar-se do mundo exterior” (WilhanTorrey Harris. Ministro da educação dos Estados Unidos 1889-1905 in BLACK, 2010).

Este projeto de relação com espaço perdura na atualidade e se faz presente no objeto dessa pesquisa. Não existe neutralidade no espaço escolar. Nas paredes, nos corredores, nas salas e nos portões está declarada uma concepção de educação, uma concepção de ser humano. Vivenciar a natureza é muito diferente de conceituá-la através de livros.

Pertencer ao lugar é uma forma de romper com esse ciclo do oprimido que vem a ser opressor. Indígena é aquele que vem do lugar. Ser do lugar marca a diferença do não- lugar. O sujeito coletivo pertence ao lugar, é o oposto político do lugar que pertence ao indivíduo. Os Kaiowa Guarani lutam pela terra porque pertencem à terra, não porque a terra pertence a eles; a terra não pertence a ninguém. Para o indígena da terra, não há outro lugar, não há outra ecologia. Frente à despossessão, a espoliação e expropriação do desterro da relação ecológica com a Natureza, proteger a terra tem o sentido da existência. O lugar transcende a Natureza em sua percepção como recurso e alcança a dimensão da existência como o sagrado. O lugar espiritual é onde a terra descansa, e se o lugar é sagrado é em razão da transcendência da Natureza da percepção como recurso (KRENAK, 2018, p.2).

Krenak (2018), de face para o que sugestionamos nesta tese, afirma que, a lógica de compreensão do espaço, do lugar imposto pelo colonizador, é atrelada a crise ambiental hoje vivenciada. Ao compreender a terra como uma propriedade, criam-se relações exploratórias e espoliativas sobre esta, em contrapartida, a visão nativa, por ele descrita, inverte a questão. O índio pertence a terra, desta forma a sacraliza.

A ideia da natureza separada dos sujeitos coletivos é resultado dessa violência colonial abissal como um desequilíbrio ecológico. Para uma epistemologia do sul, ecologia é uma ideia que nasce no Norte, e que é colada nos povos do sul como uma carapaça. A ideia de ecologia é dos Brancos. Assim como a Natureza resulta da separação dos sujeitos coletivos do seu lugar de existência por uma interferência externa, violenta, a partir de uma relação desigual de poder. A expressão do poder na apropriação da “Natureza” constrói uma expropriação tão radical que nos joga todos na condição de miseráveis e pobres: empobrece a paisagem e as pessoas (KRENAK, 2018, p 1).

Para Krenak (2018), em acordo com as ideias aqui expostas, a crise ambiental enfrentada hoje, é resultante da herança colonial. A colonialidade que segue em curso na subjetividade de sujeitos construídos por diversos agentes socializadores, entre os quais, destacamos, a escola, que institui um modelo de relação com o espaço baseado na degradação deste, “empobrece a paisagem e as pessoas” (KRENAK, 2018, p 1).

2.1.3 Escolarização e colonialidade do poder

Dentro do que o estudo se propõe, é relevante destacar os estudos do Grupo Modernidade-Colonialidade, tendo em vista o seu potencial crítico para o campo da educação no Brasil, bem como pelos demais países colonizados pela Europa. O grupo formado por intelectuais de diferentes locais “busca construir um projeto epistemológico, ético e político a partir de uma crítica a modernidade ocidental em seus postulados históricos, sociológicos e filosóficos” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.16).

Para esses estudiosos, entre os quais se destacam: o antropólogo colombiano, Arturo Escobar; o filósofo argentino, Enrique Dussel; o sociólogo, Aníbal Quijano, do Perú; o teórico cultural argentino-norte americano. Walter Mignolo; e a linguista norte-americana, Catherine Walsh; entre outras pessoas, a colonialidade serviu para construir a modernidade ao invés de ser somente um produto dela, portanto, elas andam juntas, sendo duas faces de uma mesma moeda. Dessa forma, buscam uma “construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.17).

É a colonialidade que possibilitou a Europa fazer as ciências humanas como um conhecimento tido como universal e único, ao mesmo tempo em que destruiu os vastos saberes dos povos das periferias do ocidente.

Oliveira e Candau (2010), utilizam o estudo de Quijano (2007), que distingue os conceitos de colonialismo e colonialidade, para este autor, apesar de serem conceitos relacionados, o colonialismo diz de um modelo de exploração no qual:

O controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada possui uma diferente identidade e as suas sedes centrais estão, além disso, em outra jurisdição territorial. Porém nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O Colonialismo é, obviamente, mais antigo; no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2007, p. 93 *apud* OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.18).

Segundo Oliveira e Candau (2010), os conceitos também foram diferenciados por Nelson Maldonado Torres (2007) de forma ainda mais esclarecedora, conforme suas palavras:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentimento comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (TORRES, 2007, p.131 *apud* OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.18).

Compreende-se a partir das definições que, o colonialismo vai além da dominação política, jurídica, administrativa ou militar. Ele perpassa a subjetividade das pessoas e perdura depois da emancipação colonial. Assim, a colonialidade sobrevive nas “raízes mais profundas de um povo” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.18).

Na década de 1970, com a emancipação jurídico-política da África e da Ásia, muitos estudos diziam de uma época chamada “pós-colonial” apontando o término do colonialismo, no entanto, para os estudos alinhados ao grupo “Modernidade Colonialidade”, apesar do colonialismo tradicional ter acabado, as “estruturas subjetivas, os imaginários e a colonização epistemológica ainda estão fortemente presentes” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.18).

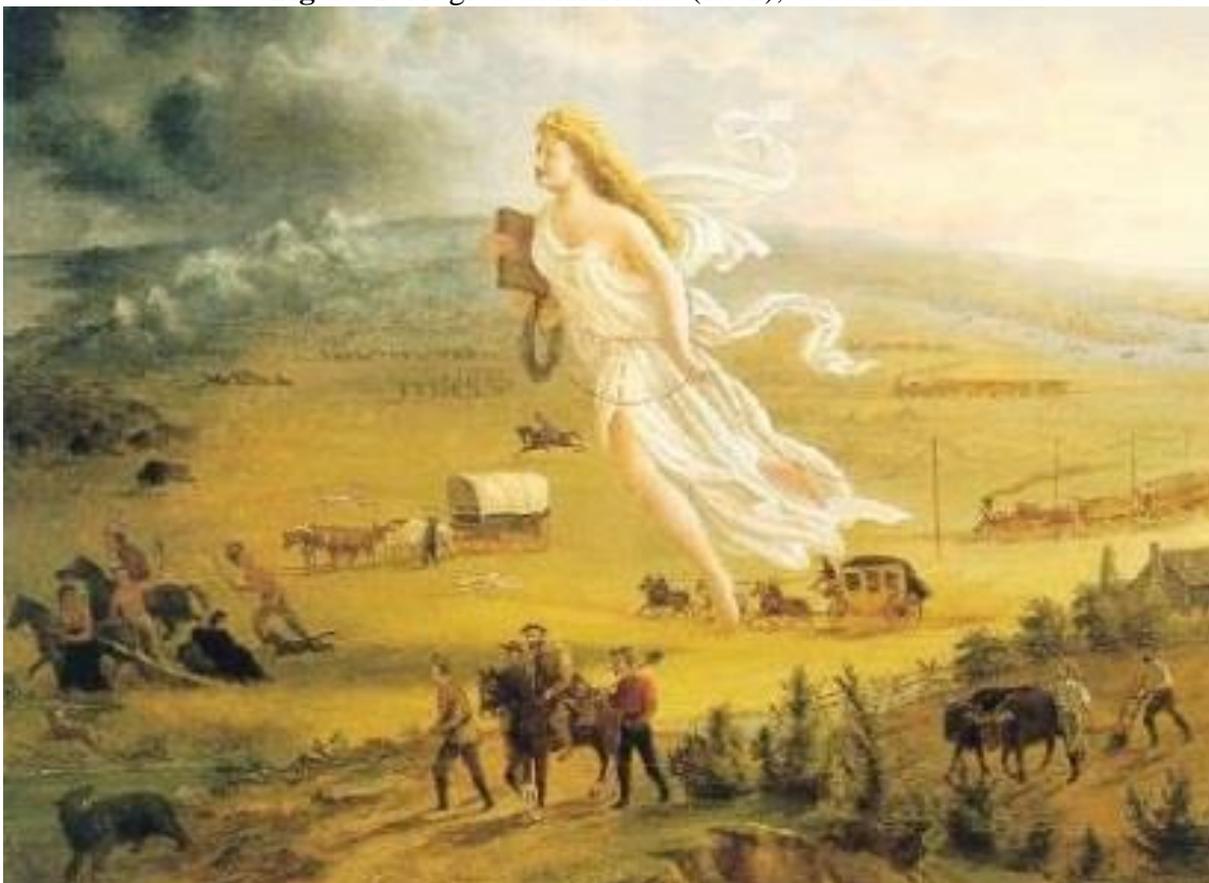
Para difusão e manutenção dessas estruturas subjetivas impostas pela dominação colonial, reforça-se a importância da escolarização. “Para civilizar os índios... ensina-os em nossa civilização... segure-os lá até que estejam completamente imersos”, a fala do General Richard Pratt⁹, fundador da escola de Carlisle, instituição da Pensilvânia, responsável pelo ensino das práticas e assimilação de cultura inglesa e americana – típicas do padrão branco do colono de elite para indígenas, escancara o projeto colonial alinhado a escolarização.

Sendo a escola um lugar privilegiado para a socialização, formação de hábitos e subjetividades, ao promoverem costumes e saberes eurocentrados, elas destroem o imaginário do outro, ao mesmo tempo em que reafirmam o imaginário do colonizador. O que é bem exemplificado no discurso de inauguração da escola citada: “Deixe tudo que for indígena

⁹Trecho transcrito do documentário: de. Carol Black. **Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=53s. Acesso em: 19 nov. 2022.

dentro de você morrer” (Discurso de inauguração da Escola Indígena de Carlisle)¹⁰. Na Índia, escolarizada por ingleses, temos mais um exemplo da colonialidade do poder: “Nós devemos no momento fazer o nosso melhor para formar uma classe de pessoas, indianas de sangue e cor... Mas inglesas em gosto, em opiniões, em moral, em intelecto” (Lord Macaulay em Minuta sobre a Educação Indiana)¹¹.

Figura 1. Progresso Americano (1872), de John Gat



Fonte: disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/Progresso_Americano. Acesso em: 02 março.2023.

A pintura de 1872, chamada “Progresso Americano” apresenta uma mulher branca flutuando sobre as planícies do oeste norte americano. Colonos brancos a seguem enquanto índios e animais selvagens fogem. Em sua testa, a mulher que representa uma professora carrega a estrela do império e na sua mão direita ela traz um livro escolar. A imagem que

¹⁰Trecho transcrito do documentário: de. Carol Black. **Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=53s. Acesso em: 19 nov. 2022. Minuto 24.

¹¹ Trecho transcrito do documentário: de. Carol Black. **Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=53s. Acesso em: 19 nov. 2022. Minuto 24.

representa a colonização de indígenas no oeste norte americano, serve para ilustrar a lógica da dominação colonial nos diversos territórios e povos colonizados¹².

Com os indígenas dessa parte do continente não foi diferente, a escolarização imposta nos aldeamentos missionários se deu de forma violenta e impositiva, utilizando-se dos métodos mais cruéis para a catequização, como se vê nas truculentas palavras de Padre Anchieta: “espada e vara de ferro, que é a melhor pregação” (FREYRE, 2004, p. 217).

O sistema educacional do ameríndio não era institucionalizado nem separado da vida, a educação ocorria no viver cotidiano intimamente ligado a natureza, o que muito se difere da memorização de informações, que se traduz boa parte do sistema educacional aqui imposto. Hoje, a educação moderna praticada no Brasil consiste em um currículo confinado a assuntos “modernos” e disciplinas de tradição europeia, como a matemática e as ciências. E os métodos de ensino, de maneira geral, são limitados às salas de aula, sedentarizou os corpos em carteiras e quebrou-se o vínculo com a natureza.

A escolarização imposta nas colônias, invade o imaginário do outro, impõe sua ocidentalização e pela abundância repetitiva de seus discursos invisibiliza o colonizado, subalternizando-o. “Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de produção do conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe a do colonizador” (TORRES, 2007, p.131 *apud* OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.18).

A percepção de que a escola e os conhecimentos escolares passam a ser critérios para as hierarquias culturais que fundamentam a colonização é descrita por Mignolo (2003), que diz que os espanhóis hierarquizavam a inteligência e o nível de civilidade dos povos, tomando como critério a escrita alfabética. Para este autor, a expansão ocidental após o século XVI foi econômica, religiosa e também nas formas hegemônicas de conhecimento, o que ele chama de colonialidade do saber.

Ao relacionar a colonialidade do saber com a antropologia de Ingold (2015) e a observação do cotidiano escolar, percebe-se que, a colonialidade do saber perpassa o da corporalidade, os indivíduos escolarizados, uma forma ocidentalizada de relacionar com o corpo, com o conhecimento, com o tempo, com o espaço e com a vida.

O grupo Modernidade Colonialidade, nos convida a colonizar a pedagogia através do imaginar e realizar o que chamaram de “pedagogias outras”, trata-se de reconhecer

¹²Sobre isso ver: BLACK, Carol. **Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=53s. Acesso em: 19 nov. 2022.

epistemologias diversas e estabelecer novas formas de compartilhar conhecimento e saberes não eurocentrados.

2.2 A escola como potência transformadora

Se no tópico anterior me propus a pensar a escolarização como instrumento da colonização, ao dizer que seria ingênuo pensar a educação como o discurso bonito sobre os quais ela se impõe, nesse capítulo, pretendo refletir o seu contrário. Seria também ingênuo levantar qualquer narrativa contra a escolarização, em um contexto político que se debate entre livros ou armas, professores ou milicianos, que grupos conservadores são anti-escolas, anti-ciência.

Agora, quero pensar a escola como potência, como espaço de resistência e transformação sociocultural. Trazer as reflexões para o presente, a partir das dinâmicas do poder consolidadas no mundo hoje, onde negar a escolarização implicaria em exclusão social, implicaria em negar acesso a cargos e posição de poder aos que não passam por uma escolarização de qualidade e não podem pagar por ela.

Aqui, defendendo a importância de se colocar o conhecimento disponível a todos e, verdadeiramente, a serviço da sociedade, não como uma abstração, mas como uma possibilidade de melhoria da vida coletiva.

Freire (1979), firma a possibilidade de reinventar a educação, para o autor, a possibilidade de se recriar ocorre pelo fato de a educação ser uma invenção humana, produzida e realizada por humanos e, portanto, se em algum momento foi feita de um modo, em outro momento, pode ser feita de outro.

O autor critica a educação por ele dita bancária, cujo propósito seria a manutenção do capitalismo e a concentração do capital na mão daqueles que já o possuem, e propõe uma educação emancipadora, uma educação popular, um outro modo de se fazer educação.

2.2.1 Educação Ambiental

Tendo em vista o objetivo dessa pesquisa de buscar entender o papel das instituições escolares diante da ausência de um programa efetivo de coleta seletiva na cidade, faz-se necessário recortar o campo da educação ambiental como o espaço que permite as escolas abordarem tal questão, segundo Gelsleichter e Slonski(2012), a educação ambiental pode ser definida como o processo no qual o indivíduo ou a coletividade passam para construir valores

sociais, culturais, conhecimentos, atitudes, habilidades e competências para a conservação do meio ambiente.

O conceito de Gelsleichter e Slonski (2012), está alinhado ao proposto no primeiro artigo da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº9795/99, que aborda a educação ambiental, pensando-a como caminho para conservação e também para recuperação e melhoria do meio ambiente para todos, humanos e não humanos:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

O texto da lei deixa claro os compromissos de todos: o poder público, as instituições educativas, os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, os meios de comunicação de massa, as empresas, as entidades de classe, as instituições públicas e privadas e a sociedade civil como um todo, devem assumir para com a questão ambiental. Dentre estes diversos atores destaca-se, em acordo com proposto por esta pesquisa, a responsabilidade das instituições educativas de “promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem” (Art. 3 inciso 2, BRASIL, 1999).

As instituições escolares são espaços privilegiados no processo de socialização, na formação de valores, hábitos e comportamento de seus educandos. Desta forma, o que é vivido no espaço escolar em relação as formas de abordar, tratar e relacionar com a temática do “lixo” pode exercer alguma influência sobre o comportamento dos estudantes da instituição em relação ao lixo.

A escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz, se diz e se valoriza, representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis (SILVA; LOPES; DANTAS,2013, p.1).

No trecho, Silva, Lopes e Dantas (2013) enfatizam a importância das escolas na formação de uma mentalidade ambientalmente responsável, o vivido na escola reverbera na vida dos estudantes que a frequentam. A responsabilidade das instituições escolares para com a Educação Ambiental é oficializada pela Lei nº 9795/99 (PNEA), que em seu segundo artigo afirma que: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação

nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Segundo Silva, Lopes e Dantas (2013), os debates sobre educação ambiental não são recentes, tendo como um marco a Conferência de Keele, na Grã-Bretanha, em 1965, onde educadores ambientais reunidos já concordavam que a abordagem da questão ambiental deveria ser abordada nas escolas, surgindo então a expressão Educação Ambiental (EA).

Em 1970, a Sociedade Audubon, fundação inglesa que objetiva restaurar os ecossistemas naturais e que atua no Brasil desde 1970, publicou “Um lugar para viver”, que serviu como um manual para professores ao propor a questão ambiental em várias atividades curriculares, tornando-se um clássico da literatura sobre educação ambiental.

Em 1972, foi publicado o relatório “Os limites do crescimento econômico”, pelo clube de Roma, denunciando que o aumento do consumo global causaria um limite ao crescimento, podendo gerar um colapso. A grande repercussão internacional dessa publicação levou a realização Organização das Nações Unidas a realizar um congresso reunindo 113 países, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, Suécia, em julho de 1972. Nela, é exposto pioneiramente as insatisfações com o modelo utilizado para o crescimento econômico, que se apresentava insustentável, uma vez que provocaria rapidamente o esgotamento dos recursos naturais, colocando em xeque a vida no planeta.

Segundo Silva, Lopes e Dantas (2013), a Conferência de Estocolmo inaugura a incorporação da problemática ambiental e a necessidade de se adequar o desenvolvimento econômico com o manejo sustentável dos recursos naturais nas agendas políticas internacionais.

Posteriormente, em 1975, ocorre o encontro de Belgrado, que enfatizou a necessidade de se pensar uma nova ética global comprometida com a erradicação da fome, pobreza, analfabetismo, poluição, exploração e dominação humana. O encontro criticou o desenvolvimento de algumas nações a custas da exploração de outras. Enfatizando a urgência de um modelo de desenvolvimento que beneficiasse a toda a humanidade.

Em 1987, é publicado o Relatório de Brundthand, com o título, “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Nesse relatório, o desenvolvimento sustentável foi definido como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE, 1988, p.18).

Após o Relatório de Brundthand, um marco importante para este campo de estudo, foi a primeira conferência intergovernamental sobre educação ambiental, promovida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), juntamente com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, na cidade de Tbilisi, Geórgia (ex-URSS), em 1997. Segundo Silva, Lopes e Dantas (2013), um fato importante é que nessa conferência a educação ambiental (EA) foi abordada também em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos ampliando o debate que antes se situava mais nas áreas da biologia e ecologia.

No Brasil, a educação ambiental se inicia na década de 1970, percebida em ações isoladas de professores e militantes juntamente com os movimentos pela redemocratização. Nesta década, destaca-se, também em 1973, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, pelo poder executivo federal, como o primeiro órgão institucionalizado brasileiro para gestão integrada do meio ambiente. Em 1976, a educação ambiental foi formalizada no país, quando o Ministério de Educação e Cultura (MEC) firmou protocolos com o Ministério do Interior (MINTER), objetivando cooperação técnica e institucional em Educação Ambiental para o desenvolvimento de ações conjuntas (SILVA; LOPES; DANTAS, 2013).

No mesmo período foi criado os primeiros cursos de Pós-Graduação em Ecologia nas “Universidades do Amazonas, Brasília, Campinas, São Carlos e o Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas – INPA, em São José dos Campos” (SILVA; LOPES; DANTAS, 2013). Em 1981, com os esforços dos movimentos ambientalistas brasileiros foi publicada a Lei nº 6.939, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), através dessa política o governo federal estabeleceu em leis a inclusão da educação ambiental (EA) em todos os níveis de ensino, incluindo a ação da comunidade, com o objetivo de fomentar a participação ativa na proteção do meio ambiente através dessa prática pedagógica (BRASIL, 1981).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº. 9795/99, enfatiza o caráter interdisciplinar epistemológico e metodológico da educação ambiental e regulamenta a lei com a indicação do MEC como gestores das ações políticas. Sorrentino *et al.* (2005) destacam que, no âmbito do MEC, a educação ambiental se torna um incremento a educação pública, enquanto para o MMA, ela se torna uma função totalmente nova.

Sorrentino *et al.* (2005), enfatizam a importância de se pensar a educação ambiental como um exercício da cidadania pela compreensão de que os problemas ambientais hoje vivenciados são coletivos, impactam a vida social de todos do presente e também das gerações futuras, implicando em vários outros fatores com a economia, o valor e a distribuição daquilo que é considerado bem comum, a desigualdade social e etc.

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. Trata-se de construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas — seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil — de forma separada, independente ou autônoma (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 288).

Sorrentino *et al.* (2005), abordam a relação da educação ambiental com valores éticos, com o exercício da cidadania, uma vez que, ao pensar sobre escassez ou distribuição de recursos e apropriação privada da natureza, é importante considerar também os impactos e as consequências dessa apropriação de formas desiguais entre os diferentes extratos sociais. O que reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e integrada a um todo social para se pensar as questões ambientais.

Para Sorrentino *et al.* (2005), educação ambiental se faz de formas diversas, por não consistir em uma disciplina formal, permite experimentações e inovações metodológicas, frequentemente motivadas por paixão e práticas para manutenção da vida. A educação ambiental vem sendo aplicada em diferentes contextos, com uma imensa diversidade metodológica, que busca de alguma forma, preservar, restaurar o meio ambiente e promover a consciência ecológica. De acordo com Silva, Lopes e Dantas (2013), essa diversidade metodológica e os vários campos pela qual a educação ambiental pode permear, fazem dela um conceito em constante construção.

2.2.2 Educomunicação

A Lei Federal 9.795, de 1999, que dispõe sobre Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O Órgão Gestor desta política, por ela estabelecido (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação) recria, em 2003, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA adota, então, como uma de suas linhas de ação, a “Comunicação para a Educação Ambiental” e a descreve: “produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental” (COSTA, 2008, p.1).

Os delegados da 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2003, apresentaram uma moção solicitando uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental ao Ministério do Meio Ambiente, para que esse se responsabilizasse em promover a tarefa.

Em outubro de 2004, ocorreu a 1ª Oficina Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, em Brasília, promovida pelo Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA. Os debates, resoluções e encaminhamentos deste encontro deu origem a um programa de “comunicação socioambiental na perspectiva da Educomunicação” (COSTA, 2008).

Desta forma, a educomunicação socioambiental ainda que não seja capaz de responder a todas as necessidades da construção da política de uma educação ambiental, no ponto de vista de Costa (2008, p. 05), “corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, na perspectiva do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental”.

Destaca-se que a educomunicação surge vinculada as demandas socioambientais, sua origem se dá a partir da necessidade de se realizar uma comunicação educativa em relação ao meio ambiente, e aos desafios socioambientais enfrentados na atualidade. A educomunicação surge como uma área do Pro NEA, interessada em criar uma comunicação adequada para a Educação Ambiental.

Para fundamentar o conceito de educomunicação, que constitui um dos referenciais teóricos deste trabalho, buscamos o respaldo dos pesquisadores Ismar Soares, Rosane Rosa e Adilson Citelli, para pensar a educomunicação como uma ferramenta capaz de construir redes, ecossistemas comunicativos em prol de uma cidadania efetiva em relação aos resíduos sólidos.

A educomunicação se assume um espaço próprio nas atividades do saber. “A inter-relação entre a Comunicação Social e a Educação ganhou densidade própria e se afigura como um campo de intervenção social específico” (SOARES, 1999, p.19). Assim sendo, traz em sua origem um impulso as práticas pedagógicas inovadoras.

Defino, inicialmente, a educomunicação como sendo o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas, e ampliar capacidade de expressão das pessoas (SOARES, 2003, p. 1).

Para o professor Ismar Soares, pesquisador da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e referência no campo no Brasil, a educomunicação se estabelece como uma área do conhecimento autônomo, amparando uma pedagogia que reconhece nos meios de comunicação, possibilidades de gerar reflexão e ampliar a capacidade

comunicativa dos envolvidos. Propõe apoiado em Paulo Freire (2003), que a educomunicação seja um processo dialógico, direcionado para construção de uma educação cidadã, que busca ultrapassar a narrativa hegemônica do cidadão como consumidor. Conforme as palavras do autor:

Estamos (...) diante de um processo, de um *modus operandi* capaz de inaugurar posturas teóricas e práticas que se situam para além das tradicionais paredes paradigmáticas, conceitualizando a relação entre educação e comunicação e direcionando-a para uma educação cidadã emancipatória. O que esperamos é que seja forte para romper com a narrativa dominante de uma cidadania associada meramente ao consumo (SOARES, 2000, p. 21).

Pensar soluções para os resíduos sólidos requer repensar as bases da sociedade de consumo, amparada pelos meios de comunicação de massa e sua constante publicidade, que fortalece o cidadão como consumidor, criando novas necessidades e, conseqüentemente, mais resíduos.

Educar para responsabilidade socioambiental em relação ao “lixo” exige construir novos sistemas comunicativos, nos quais informações transmitidas estejam a serviço da comunidade e não apenas do mercado. Para isso, esse trabalho recorre aos estudos de Rosane Rosa que evidencia o “potencial democrático da práxis educomunicativa na formação de uma identidade cidadã” (ROSA, 2014, p.1); enfatiza a importância do protagonismo nos sujeitos para conduzirem uma comunicação sobre si e sobre o mundo para além dos interesses mercadológicos.

Enquanto a comunicação de massa continuar confiscada por poucos grupos, pensamos, conjuntamente com os pesquisadores do campo da educomunicação, que a grande alternativa para o direito à comunicação é formar e despertar uma consciência, crítica e política sobre o campo, a começar pela infância, para que todos possam assumir o papel de protagonistas de processos comunicativos editando a própria história e coeditando o mundo onde está inserido (ROSA, 2014, p.4).

Portanto, democratizar a informação é dar a possibilidade de as pessoas produzirem seus próprios conteúdos e torná-los acessíveis aos seus pares. Tal situação supõe uma educação para comunicação onde os sujeitos possam ter vida própria, falar de sua realidade, buscar soluções aos desafios enfrentados pela comunidade, difundir a cultura e a identidade local, ultrapassando a reprodução das narrativas dominantes.

Como a rede de pessoas que formam a comunidade escolar pode produzir uma comunicação em prol da coleta seletiva? A organização desse ecossistema comunicativo que

envolve e extrapola o ambiente escolar, pode colaborar com a implementação da coleta seletiva na cidade?

É necessário que as escolas reconheçam os sistemas comunicativos disponíveis e saiam do enciclopedismo, se adequando as mudanças sociotécnicas e tecnoculturais geradas pelos novos meios de comunicação, é o que defende Citelli (2014). O autor reflete sobre o que se pretende com a educomunicação, para que este conhecimento esteja a serviço da construção de uma sociedade mais democrática.

Não basta reiterar a necessidade de levar o debate da comunicação à escola ou mesmo fazer uso das potencialidades dos meios para ampliar as atividades educativas, sendo forçoso perguntar como tudo isto ganha articulação tendo em vista a sociedade que se deseja construir (CITELLI, 2014, p. 23).

A educomunicação, na perspectiva de Citelli (2015), é um campo de pesquisa, práticas e estudos situados no ponto de convergência entre educação e comunicação, onde se deve considerar as novas mudanças dos sujeitos diante da comunicação, do processo de ensino e aprendizagem, da possibilidade de acessar a informação e o conhecimento, entre outras questões.

(o conceito de) Educomunicação, aqui entendida a designação neológica de uma área de pesquisas, estudos e práticas implicadas na interface comunicação e educação, deve ser considerado no interior de contextos histórico-culturais para onde convergem ao menos quatro grandes variáveis: a abrangência dos meios de comunicação; as reconfigurações sociotécnicas e tecnológicas; os requisitos impostos por operacionalidades suscitadas pelos dispositivos comunicacionais; as novas formas de ser e estar dos sujeitos sociais frente à comunicação, aos processos de ensino aprendizagem, aos acessos à informação e ao conhecimento (CITELLI, 2015, p.64).

Bomfim, Andrade e Reis (2017), observam a educomunicação como potência para uma ação educativa e sustentável, reforçam a estreita relação entre esses elementos; os autores dizem de possibilidades de saída para o sistema educacional brasileiro através de uma relação afetiva entre a educomunicação e a sustentabilidade. Para Bomfim, Andrade e De Almeida Filho (2022), a educação é libertadora conforme anuncia Paulo Freire quando inclui os educandos nos processos de aprendizagem, quando é construída em diálogos comunicativos.

Embasados na reflexão dos autores citados, para o desenvolvimento desta dissertação, vamos considerar a educomunicação como um conjunto de ações que objetivam criar e fortalecer ecossistemas comunicativos, ampliar o potencial de comunicar e difundir informações comprometidas com transformação da sociedade no sentido de torná-la mais justa, democrática e sustentável. Assim sendo, a proposta é educar para gerar reflexão e formar cidadãos conscientes da realidade em que vivem capazes de entender e intervir nos

processos de melhoria da vida coletiva, utilizando para isso, os sistemas comunicativos disponíveis em seu contexto histórico-cultural.

2.3 Educação e Política Pública encontros e divergências: A Política Nacional de Resíduos Sólidos

Em 2010, foi instituída no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), pela Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010), o que deu maior notoriedade aos debates e ações para promoção e implantação da coleta seletiva no país. A lei, que tramitou por quase duas décadas e foi sancionada no último ano do segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representou um avanço em relação a regulamentação da gestão de resíduos, que até então estava pulverizada em uma legislação fragmentada. Segundo Bastos e De Oliveira Mattos (2021), a ausência até então de uma legislação específica para tratar da temática colaborou para o “laissez-faire” dos resíduos sólidos, o que dificultava as cobranças do Estado para com o setor privado, bem como a responsabilidade dos governos municipais quanto a gestão dos resíduos.

As diretrizes da PNRS, no 10º art., incumbem “aos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais” (BRASIL, 2010). Segundo a lei, cabe aos municípios a elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), que objetiva garantir a implementação, a nível municipal, de “mecanismos de gestão integrada dos resíduos produzidos localmente, visando, em ordem decrescente de prioridade, a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos” (PHILIPPI; LEWIS, 2017). Os PMGIRS, entre outros instrumentos legais da PNRS, definem as responsabilidades dos municípios as quais a gestão pública deve se adequar para acessar os recursos da União destinados ao manejo de resíduos e aos serviços de limpeza pública. De acordo com a PNRS, a União prioriza recursos para municípios que implementarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis.

Apesar da criação da lei em 2010, a questão dos resíduos sólidos continua a ser um desafio apresentado aos governos e a população em geral. O avanço do modo de produção capitalista, tendo como um de seus pilares o incentivo publicitário constate ao consumo e descarte de forma cada vez mais acelerada, dificulta a problemática dos resíduos. Em 2021 após onze anos da criação da PNRS, as respostas a este desafio ainda não se dão de forma

substancial. Em 2019, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2020), o Brasil gerou 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), observa-se o aumento porcentual quando comparado a 2017 de mais de a 1kg por habitante por dia, o valor se eleva em 2018. Os dados da ABRELPE (2020), também apontam que os “lixões” deveriam ter encerrado suas atividades em 2014, conforme estipulado nos objetivos da PNRS. Porém, estes aumentaram a quantidade de resíduos em todas as regiões do país o que sugestiona o insucesso na implementação da lei.

Em 2021, a Conferência Nacional dos Municípios revelou a ausência de recursos federais investido em gestão de resíduos desde 2016. A descontinuidade no aporte de recursos sugere o sucateamento da PNRS por parte do governo federal, que na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou interesses opostos a “participação popular/ inclusão socioeconômica, responsabilização do poder público e da esfera privada” (BASTOS; DE OLIVEIRA MATTOS, 2020, p.20) valores centrais na PNRS. O cenário dificultou ainda mais a implementação de coleta seletiva em âmbito local.

Este trabalho enfatiza a urgência da coleta seletiva em contexto de crise climática e econômica que afetam principalmente as camadas mais vulneráveis da população, buscando subsidiar debates para o fortalecimento da PNRS. Apesar dos inúmeros desafios para sua implementação, ainda consiste em um instrumento de luta para catadores de materiais recicláveis, ambientalistas, entre outros que compreendem a gravidade da crise climática e a possibilidade de geração de trabalho e renda a partir da correta gestão dos resíduos. Sendo o tema de interesse social, econômico e ambiental, é também relevante aos estudos científicos, já que as universidades e a produção acadêmica devem estar a serviço da sociedade.

A proposta deste trabalho parte da PNRS e se debruça sobre a realidade local, em âmbito municipal, que enfrenta desafios para com a gestão dos resíduos sólidos urbanos e ainda não oferece um sistema efetivo de coleta seletiva. Entre a promulgação da lei de 2010 e sua implementação em âmbito local existem jogos de interesses que resultam em ações ou em omissões da gestão pública.

2.3.2 A Coleta Seletiva em São João del-Rei

São João del-Rei é uma das cidades históricas de Minas Gerais, reconhecida nacionalmente pelo seu potencial turístico, com uma população estimada 90.897 pessoas, segundo o IBGE (2021). Localizada no sudeste do Brasil, região economicamente mais desenvolvida do país, a cidade não possui um programa efetivo de coleta seletiva. Localizada

na macro região do Campos da Vertentes possui uma área de 1.452,002 km² (IBGE, 2021), onde estão situados 273.139 domicílios (IBGE,2021), 85,8% desses domicílios com esgotamento sanitário adequado. O plano diretor da cidade, objetivando garantir a todos os cidadãos um ambiente ecologicamente equilibrado, estabelece as seguintes diretrizes em relação à gestão de resíduos:

Art. 29 - São diretrizes para a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos: I - implantar programa de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, visando a adequada disposição final dos resíduos sólidos, o melhor desempenho e atendimento da coleta e da limpeza urbana, controle e fiscalização da disposição dos resíduos em locais inadequados, entre outros; 13 II - implantar formas sustentáveis de beneficiamento do lixo produzido no município, incluindo instalação de lixeiras, *ampliação da coleta seletiva* e planejamento da disposição e destinação do lixo domiciliar, hospitalar, industrial e da construção civil; III - definir locais adequados de destinação final dos resíduos sólidos de caráter não poluente, evitando áreas próximas a residências, onde haja serviço público, empreendimento turístico e observando o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo; IV - implantar aterros controlados nos distritos não atendidos pelo aterro sanitário; V - estabelecer e implementar programas de rígido controle de fiscalização sobre a disposição de resíduos sólidos de saúde e industriais, monitorando os resíduos sólidos perigosos nas áreas de lixões desativados, aterros e depósitos industriais por meio da realização de coletas e análises químicas dos solos; cadastramento, diagnóstico e mapeamento dos locais de depósitos industriais (SÃO JOÃO DEL-REI, 2006, p.11-12, grifo nosso).

O plano diretor se compromete com uma adequada gestão de resíduos sólidos e a ampliação da coleta seletiva no município. É importante ressaltar que São João del-Rei conta com uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAS), desde 2004 e também possui legislações municipais relacionadas a gestão dos resíduos sólidos dentre as quais destaca-se as seguintes leis e decretos:

- Lei 2.646 de 17 de dezembro de 1990, que estabelece o novo Código de Posturas do Município de São João del-Rei e dá outras providências.
- Decreto 2.371, de 10 de julho de 1997 que proíbe o depósito de lixo em vias públicas, logradouros e córregos.
- Lei 4.546 de 29 de dezembro de 2010, dispõe sobre o recolhimento e destinação dos pneus inservíveis no Município de São João del-Rei e, dá outras providências.
- Lei 4.421 de 21 de dezembro de 2011 dispõe sobre o reconhecimento de pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, disquete, CDs DVD se todo material tecnológico usado, objetivando da destinação final adequada e, dá outras providências.
- Lei 4.821 de 30 de outubro de 2012, que dispõe sobre a coleta seletiva de lixo no Município de São João del-Rei, e dá outras providências (FERREIRA; FIGUEIREDO; ROCHA, 2013, p. 112).

Apesar da existência de legislação voltada para adequada gestão e destinação dos resíduos, entre a lei e sua efetiva implementação na realidade existe inúmeros desafios. Isso é,

o que pode ser contrastado na fala da presidente da ASCAS, Sr. Zulema Dias, em uma mesa redonda sobre políticas públicas ambientais no contexto de São João del-Rei, em 2021¹³.

Na mesa redonda, a Sra. Zulmeia Dias, evidencia o descontentamento com a ausência do poder público em relação a coleta seletiva na cidade. Segundo ela, a única ação do governo em apoio a coleta é pagar o aluguel do galpão da associação. A catadora de materiais recicláveis também enfatiza a necessidade de um caminhão para realizar a coleta.

Bom dia meu nome é Zulmeia e eu sou representante aqui da ASCAS, associação de catadores, eu queria aproveitar e falar aqui para vocês e para a prefeitura que a gente está vivendo uma crise de uma pandemia! Né? Então, aqui nós não temos segurança nenhuma! E até hoje o prefeito não nos procurou! A gente fez um documento, e já foi passado para mão de vereador para a gente marcar um parecer com ele, porque entra prefeito e sai prefeito e a única coisa que ele faz é só pagar o aluguel da associação dos catadores! Não faz mais nada! E também falar um pouco sobre o meio ambiente, porque às vezes a gente tem que recolher uns materiais e a gente não temos como buscar, então a gente está nessa “peleja”, para pelo menos a prefeitura está liberando um caminhão para a gente implantar essa coleta seletiva né? (...) Tem pessoa que não consegue trazer e a gente não tem como deslocar para estar buscando o vidro, né? então nessa live eu queria estar colocando isso para ver o que que a prefeitura e os vereadores poderiam estar fazendo por nós? (Fala Zulmeia, mesa redonda sobre políticas públicas ambientais no contexto de São João del-Rei, 2021).

Após a fala da Sr. Zulmeia Dias, Antônio Venino Lombardi, atual secretário de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, que também estava presente na “live”, se compromete a levar a questão ao prefeito, diz que precisa do apoio do prefeito para conseguir o caminhão, tendo em vista os gastos com o combustível que ele enquanto secretário de meio ambiente não teria autonomia para autorizar:

Eu gostaria de passar para Zulmeia que antes de eu assumir a secretaria de Meio Ambiente, Zulmeia, lá na linha de frente toda vez que o Paulo Cesar que é o parceiro de vocês sempre solicitou o meu apoio nessa logística, porque como eu trabalhava na linha de frente, nós tínhamos o caminhão lá então estando na minha agenda eu sempre me prontifiquei a ajudar vocês, repito, quando eu trabalhava na linha de frente! Agora, como secretário para mim tentar assumir o compromisso com você agora... Mas você pode estar certa Zulmeia que eu vou levar o seu pedido de você como presidente da ASCAS, que eu vou levar para o prefeito, que eu vou me empenhar para a gente estar agendado com o caminhão, eu vou visitá-la pessoalmente aí na ASCAS, e vou batalhar, me empenhar ao máximo junto com o prefeito, para lhe aprovar o apoio, porque eu preciso do apoio dele, porque gera custo, e eu não tenho a prerrogativa quando gera custo, porque envolve combustível não é mesmo? E eu não tenho a prerrogativa porque gera custo, mas vou me empenhar para te dar o total apoio (Fala Antônio Venino Lombardi, mesa redonda sobre políticas públicas ambientais no contexto de São João del-Rei, 2021).

O diálogo relatado, permite retratar a inexistência de um programa efetivo de coleta seletiva na cidade, a ausência e dificuldades do poder público para implementar as leis e

¹³Disponível ao domínio público no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=55I_nyK7MBA.

efetivar as ações propostas no plano diretor do município para ampliação da coleta seletiva e garantia do ambiente ecologicamente adequado aos cidadãos sanjoanense.

3 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa-ação é a metodologia escolhida para a práxis investigativa que, conforme o próprio nome diz, busca unir à pesquisa a prática, tendo como objetivo conhecer para aprimorar as ações. Conforme explica Engel (2000):

A pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto (ENGEL, 2000, p. 192).

Esse modelo de pesquisa surge na década de 1960 com “a ideia de que o cientista social deveria sair de seu isolamento, assumindo as consequências dos resultados de suas pesquisas e colocá-los em prática, para interferir no curso dos acontecimentos” (ENGEL, 2000, p. 192). A pesquisa-ação foi amplamente aceita nas diversas áreas das ciências sociais, como também na psicologia e nas pesquisas sobre a educação. A escolha por esse modelo de pesquisa se dá pelo fato de eu, a pesquisadora, estar implicada com a temática que pretendo estudar, reponde também aos anseios pelo aprimoramento da minha pratica como educadora e nas responsabilidades socioambientais que envolvem o fazer do professor, o que vem de encontro com a proposta metodológica aqui escolhida.

A pesquisa-ação(...)desenvolveu-se como resposta às necessidades de implementação da teoria educacional na prática da sala de aula. Antes disso, a teoria e a prática não eram percebidas como partes integrantes da vida profissional de um professor, e a pesquisa-ação começou a ser implementada com a intenção de ajudar aos professores na solução de seus problemas em sala de aula, envolvendo-os na pesquisa (ENGEL, 2000, p. 182).

Para coleta de dados, buscou-se envolver os diversos atores que compõe o universo da pesquisa intercalando diferentes instrumentos para coleta de dados. Realizou-se entrevistas com os trabalhadores da educação (Apêndice A). Foram aplicados questionários, através da ferramenta *Google Forms* (<https://forms.gle/yC6S2FAx3KK8cpzs5>), aos estudantes das escolas selecionadas, e utilizou-se também da observação participante.

Definimos a observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma 19 investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado

por este contexto (SCHWARTZ; SCHWARTZ, 1955, p. 355 *apud* MINAYO, 1994, p.135).

As observações buscaram detectar o que não foi possível atingir através das entrevistas, o que Malinowski (1975) chamou de “imponderáveis da vida real”. Minayo (1994) retoma o pensamento do antropólogo e propõe quatro pontos a serem observados em campo, que serviram como referência para realização da presente pesquisa.

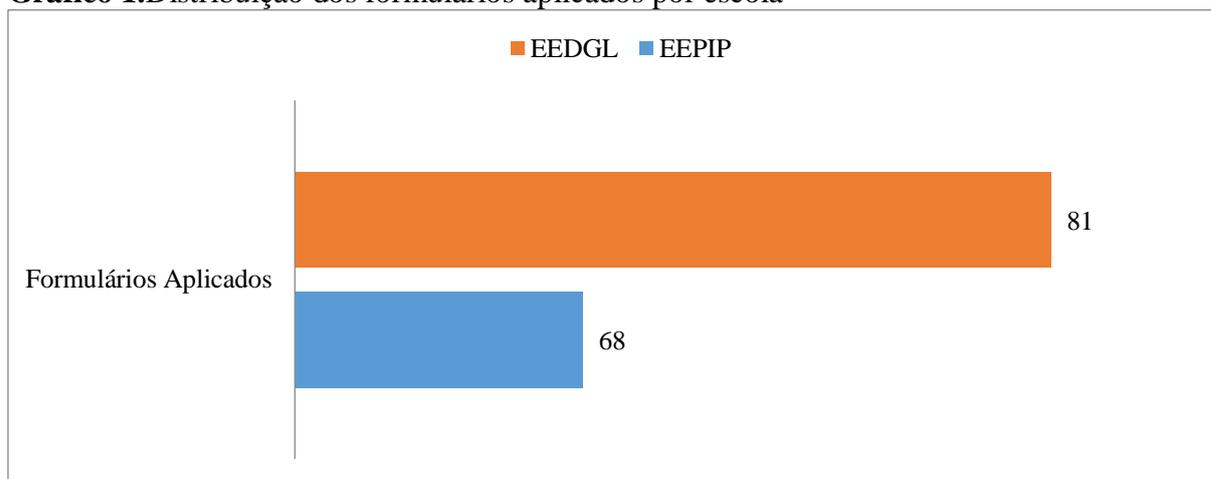
Primeiro, o conjunto de regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social; segundo a forma como essas regras são obedecidas ou transgredidas. Em terceiro lugar, os sentimentos de amizade, de antipatia ou simpatia que permeiam os membros do grupo. (...) É preciso observar o aspecto legal e o aspecto íntimo das relações sociais; ao lado das tradições e costumes, o tom e a importância que lhe são atribuídos, as ideias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados por eles próprios, através de suas categorias de pensamento (MINAYO, 1994, p.138).

Os materiais decorrentes das observações serão registrados em diário de campo, as descrições, percepções e estranhamentos considerados mais relevantes foram selecionados para a análise, somando-se as informações coletadas nas entrevistas e pesquisa bibliográfica, formando um quadro rico em conteúdo, relatos e perspectivas diferenciadas para a montagem de uma boneca analítica. Através da costura das informações destes diferentes atores, busca-se compreender como as escolas públicas da rede estadual de educação, na cidade de São João del-Rei/MG, se relacionam com a ausência de um programa efetivo de coleta seletiva na cidade

3.1 Da coleta de dados

3.1.1 Dos questionários

Para realização desta pesquisa foi realizada a aplicação de 149 questionários através da ferramenta *Google Forms* para estudantes do ensino médio das escolas estaduais “Dr. Garcia de Lima” e “Professor Iago Pimentel”. Buscou-se aplicar o questionário em todas as séries que compõe o ensino médio, 1º, 2º e 3º ano. Resultando em uma distribuição de 68 questionários aplicados na Escola Estadual Professor Iago Pimentel e 81 estudantes da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, conforme observa-se no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1. Distribuição dos formulários aplicados por escola

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

3.1.1 Das entrevistas

Foram realizadas duas entrevistas com trabalhadores da rede estadual de educação de Minas Gerais, sendo uma pessoa de cada uma das escolas selecionadas. As entrevistas tiveram por objetivo atingir uma percepção diferenciada da realidade em relação ao apresentado pelos estudantes. Buscou-se também um olhar mais aprofundado e subjetivo, o que é mais difícil de captar através da aplicação de formulários. A seleção dos entrevistados se deu pelo cargo exercido na escola no caso escolhido o(a) supervisor(a) pedagógico, essa pessoa é responsável por acompanhar as práticas pedagógicas dos professores da instituição e fiscalizar o cumprimento da legislação e resoluções que regem a instituição.

Para preservar a identidade dos informantes da pesquisa eles serão referenciados através dos nomes: entrevistado EEDGL (Escola Estadual Dr. Garcia de Lima) e entrevistado EEPIP (Escola Estadual Professor Iago Pimentel).

3.1.2 Da observação participante

A observação participante ocorreu em duas situações diferenciadas: a primeira se deu no cotidiano escolar durante meu trabalho como docente nas instituições, no exercício de distanciamento para estranhar o familiar escrevi impressões e descrições em diários de campo que serão utilizadas na análise dos resultados da pesquisa. O segundo momento se trata da audiência pública sobre gestão de resíduos sólidos urbanos e coleta seletiva em São João del-Rei/MG, no Plenário da Câmara Municipal da cidade, no dia 2 de maio de 2022. A audiência

foi transmitida ao vivo pela página da Câmara Municipal no *facebook*¹⁴, o que facilitou a transcrição de trechos que também serão costurados com os demais dados coletados na análise dos resultados.

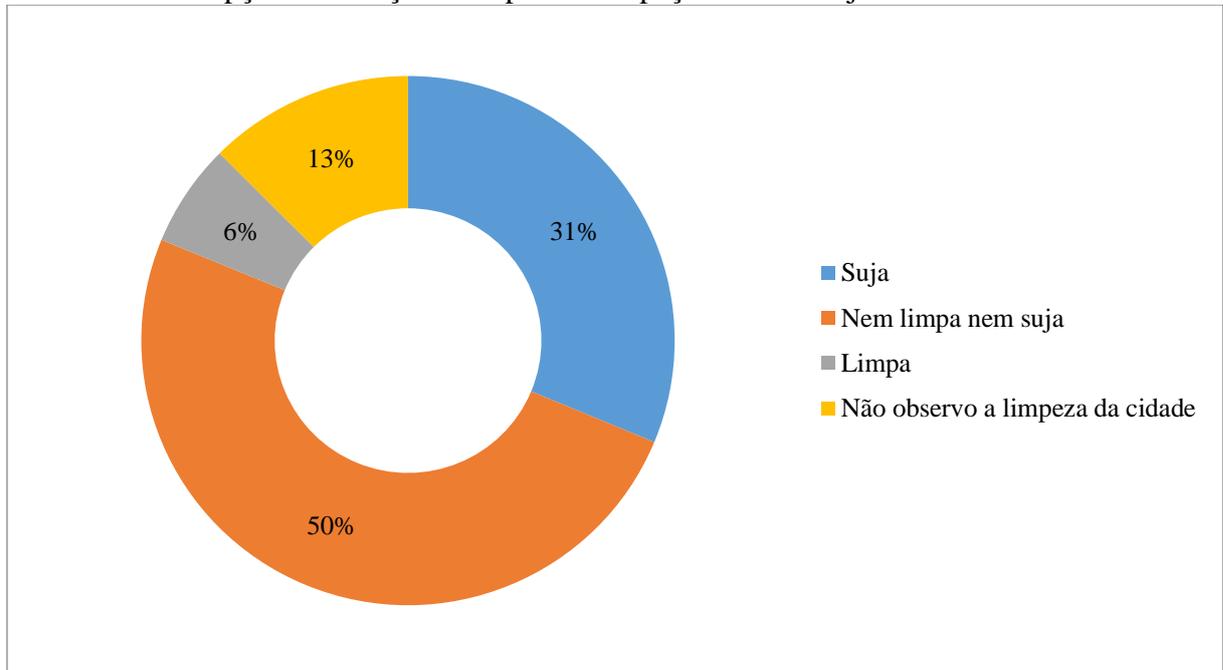
¹⁴Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Corpo espaço e percepção

Uma das coisas que me estigou nos resultados da pesquisa foi o fato de que, quando perguntados sobre a percepção em relação a limpeza do espaço urbano sanjoanense, metade dos informantes percebem São João del-Rei como uma cidade nem limpa e nem suja. Ao analisar este resultado (Gráfico 2), evidencia-se que somente 31% dos entrevistados consideram São João del-Rei uma cidade suja, enquanto 69% parecem não perceber a sujeira espalhada pela cidade

Gráfico 2. Percepção em relação a limpeza do espaço urbano sanjoanense



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Diante a este dado me questionei se era eu que estava criando uma “ideia abstrata de que a cidade é suja”, no entanto, a observação participante da audiência pública sobre o lixo em São João del-Rei mostra o contrário, seja pela presença maciça de participantes na câmara de vereadores sanjoanenses, o que sinaliza que gestão de resíduos na cidade é algo que incomoda a muitos, como também nas falas dos participantes conforme cito a seguir:

O que faremos com o nosso lixo e como faremos o nosso lixo? Quais as medidas necessárias nós teremos que tomar para que a nossa cidade não passe por essa vergonha! Quando estamos recebendo as pessoas: os turistas ou nossa população, eles têm que se desviar das calçadas por que nelas só tem lixo jogado. (...)A situação é deplorável infelizmente você sai de manhã em São João del-Rei o lixo está espalhado pela cidade (AUDIENCIA PÚBLICA SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COLETA SELETIVA EM SÃO JOÃO DEL-REI, 2022)¹⁵.

ADOS DA Eu moro na Avenida Tiradentes, e é tanto lixo na porta da minha casa (...), na minha casa está aparecendo rato, barata e urubu, lá na Avenida Tiradentes! Nunca vi isso! Um absurdo! (AUDIENCIA PÚBLICA SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANA EM SÃO JOÃO DEL REI, 2022)¹⁶.

Os trechos transcritos representam inúmeras outras falas durante a audiência pública que, devido a semelhança no conteúdo não se faz necessário citar aqui, eles dizem da insatisfação com a limpeza urbana sanjoanense, das dificuldades para realizar-se uma gestão de resíduos sólidos qualificada na cidade. O que contrasta com os estudantes que acham que a cidade de São João del-Rei não é nem limpa nem suja, talvez estes estejam tão imersos em suas próprias realidades ao ponto de nem a perceber, naturalizando-a. Numa cultura de não pisarem o chão, nem mesmo sentirem seu ambiente, parecem anestesiados em relação ao espaço.

Fechados em suas pequenas caixas de concreto, das salas de aula, dos quartos, das telas da televisão computadores e celulares, em um mundo quadriculado horas por paredes horas em mega pixel, estes estudantes não foram ensinados a perceber o ambiente que habitam nem mesmo o chão que pisam.

Uma das grandes tragédias da escolarização é como ela arrancou as pessoas na natureza e as trancou em salas durante oito horas por dia. E eu acho que o profundo dano que está nos fazendo, só será reconhecido gerações adiante. Então olharemos para trás e diremos: “Como pudemos ter feito esse tipo de coisa às pessoas?” E pensar que criando prisões de concreto e trancando pessoas lá, e dando livros que falam sobre a natureza, é uma melhor forma de pensar sobre a vida do que realmente passar tempo na natureza (BLACK, 2010).

Não existe neutralidade no espaço escolar, em cada canto da escola está projetado um tipo de sociedade, um tipo de educação e um tipo ser humano a ser formado. A observação do espaço organizado em salas de aula projeta a desconexão com o ambiente exterior, e essa desconexão é um projeto educacional e civilizatório conforme as palavras do ministro da educação de dos Estados Unidos (1889-1906) Wiliam Torrey Harris: “O grande propósito da escola pode ser melhor realizado em uns lugares feios, escuros e sem ar... É para dominar o

¹⁵ Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/>. Acesso em: 05 de mar. 2023

¹⁶ Id.

ser físico, para transcender a beleza da natureza. A escola deve desenvolver o poder de afastar-se do mundo exterior”¹⁷. Além da desconexão com o espaço, a prática escolar também projeta a desconexão entre o pensado e o vivido a desconexão entra a cabeça e o corpo, conforme desenvolverei a partir da observação.

Quando chego à sala de aula no primeiro horário as 7h00 da manhã a maior parte dos estudantes estão sentadas, alguns poucos permanecem em pé conversando próximos a carteira de colegas que estão sentados, a minha entrada na sala gera algum movimento, alguns se direcionam para carteiras vazias enquanto outros se levantam para trocar de cadeira. Então todos se assentam, se calam e me olham como se esperassem por algo (Trechos do diário de campo, da autora 2022).

Nada foi dito, nenhuma ordem foi passada, não existem resoluções ou currículos que estabeleçam que os estudantes devam se assentar, porém, permanecer sentado nas carteiras nas salas de aula é a normativa, cada um tem a sua carteira, tem um local correto para se sentar, previamente prescrito no chamado “mapa de sala”, ali devem permanecer na maior parte do tempo escolar.

Existe uma valorização da cabeça sobre o resto do corpo no sistema escolar que é fruto de uma concepção eurocentrada sobre o corpo que remonta o período medieval europeu, sob a influência da igreja católica apostólica romana acreditava-se que o corpo e seus prazeres pertenciam a vida terrena e mundana, portanto, suscetível ao pecado enquanto a cabeça era onde residia o espírito eterno.

A superioridade da cabeça e mãos em relação ao resto do corpo permanece na modernidade sendo racionalizada e cientificada conforme as palavras de Darwin: “O homem não poderia ter atingido a atual posição dominante no mundo sem o uso de suas mãos”. A superioridade da cabeça e das mãos em relação ao resto do corpo justificaria o antropocentrismo para Darwin, o homem ao se erguer sobre os calcanhares se torna mais evoluído dos primatas, justamente por ter suas mãos livres e com ela conseguir produzir as ferramentas necessárias para dominar a natureza. “A mão fornece todos os instrumentos, e através de sua correspondência com o intelecto confere (ao homem) domínio universal” (DARWIN *apud* INGOLD, 2015, p.76-77).

Existe uma educação corporal realizada no cotidiano escolar que molda a corporalidade dos indivíduos, bem como a relação que estes estabelecem com o espaço e com a natureza. Essa educação transmitida nas entrelinhas define com que esses estudantes se engajam, o que almejam como constroem seus projetos de vida e realizam suas escolhas.

¹⁷Sobre isso ver: BLACK. Carol. **Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=53s. Acesso em: 19 nov. 2022.

As histórias escritas e narradas, os conteúdos escolares levam o imaginário do estudante a outros lugares, espaços e reflexões. São lugares imaginados, as vezes podem ser vistos através da projeção de imagens ou em fotos ilustrativas de livros, no entanto são percebidos somente com a visão, eles não têm cheiro nem tato. A atividade intelectual praticada em escolas de uma maneira geral é separada dos sentidos, é separada do espaço que corpo ocupa e é separada do próprio corpo.

Durante as aulas não é esperado que o estudante se sinta. Que ele sinta seu corpo, se estiver sonolento deve ser acordado, se estiver desconfortável terá que lidar com isso, se quiser levantar para dar uma volta será repreendido, as saídas das salas de aula são permitidas somente para ir ao banheiro ou beber água conforme o horário previsto, sendo os passeios pelo pátio desautorizados e repreendidos.

Se são educados a não sentirem e perceberem os seus próprios corpos como esperar que percebam o espaço? Como esperar que percebam o espaço da cidade? Como esperar que percebam a sujeira espalhada pelas ruas? Essa separação entre cabeça e corpo, a separação entre o lugar que ocupa (sala de aula) e o lugar que se pensa (lugar, coisa, objeto imaginado através dos conteúdos escolares) favorece a falta de percepção observada no gráfico 2 (sobre a percepção em relação a limpeza do espaço urbano sanjoanense).

Não existe nos currículos referências de que os estudantes devam permanecer calçados com sapatos ou botas e pouco se desenvolveu as reflexões sobre o quanto calçar os pés limita as percepções do ambiente e as percepções do mundo. Sabe-se que o tato é uma forma de captar informações de sentir o lugar onde se toca. Através dos pés podemos sentir o mundo. Como essa conexão com o espaço é alterada ao sufocá-los em sapatos?

Tim Ingold (2015), em “A cultura no chão: o mundo percebido através dos pés”, provoca reflexões sobre o processo civilizatório com a imposição do uso do calçado. Reflete sobre a importância dos pés para sentir o ambiente, para o autor a percepção do ser humano se dá através dos olhos, os ouvidos, da superfície da pele, e do corpo todo, apesar de que desde Platão e Aristóteles que a cultura ocidental tem classificado o sentido da visão e da audição como superiores ao sentido do contato com o tato. O autor sugere a importância de uma abordagem mais aterrada de percepção conectada com os pés e com o mundo.

Trata-se quase de um truísmo dizer que não percebemos com os olhos, ouvidos ou a superfície da pele, mas com o corpo todo. No entanto, desde Platão e Aristóteles, a tradição ocidental tem consistentemente classificado os sentidos da visão e da audição acima do sentido de contato do tato. (...), mas o meu primeiro e mais óbvio ponto consiste em que uma abordagem mais literalmente aterrada da percepção deveria ajudar a restaurar o lugar adequado do tato no equilíbrio dos sentidos. Pois é certamente através dos nossos pés, em contato com o chão (embora mediados pelo

calçado), que estamos mais fundamental e continuamente “em contato” com o nosso entorno (INGOLD, 2015, p.77).

A questão levantada por Ingold (2015) em relação a desconexão com o chão e os pés é reforçada pelo sistema escolar, afinal, vestimos os sapatos para ir para escola, alguns chegam a ficar com os pés dormentes após tanto tempo sentado. Nosso sistema escolar é projetado para estimular as mãos e a cabeça, enquanto inutiliza os pés confinados em calçados. Conforme a reflexão de Ingold, “Graças a suas mãos e suas botas pesadas o homem civilizado, ao que parece, é em cada centímetro um cientista em cima, mas uma máquina em baixo” (INGOLD, 2015, p.74).

A classificação da visão e audição como sentidos de percepção superiores também se faz evidente na “pedagogia dos costumes”, de forma geral,Netflix:///app?source_type=1

as aulas são pensadas a usar a visão atenta aos livros e lousas. A lousa fica à frente da sala, num local privilegiado para onde todos os corpos se direcionam, os livros e cadernos apoiados sobre as carteiras, para onde os corpos se curvam para enxergá-los. A audição deve estar atenta a fala do professor, esta é a base da escolarização: visão e audição.

Esse tipo de corporalidade e percepção humana são reforçados pelo uso de carteiras para se sentar, a ideia de que atividades cognitivas devem desenvolver-se com corpos parados é sustentada nas práticas escolares, para Ingold (2015, 2015, p.78): “os seres humanos não precisam sentar-se em cadeiras, mais do que precisam calçar seus pés com botas e sapatos”.

O autor reflete criticamente sobre a “sociedade sentada”:

Provavelmente, não é acidente, no entanto, que a civilização que nos deu a bota de couro também nos apresentou a poltrona (...) nada, ilustra melhor o valor colocado sobre uma percepção sedentária do mundo, mediada pelos sentidos supostamente superiores da visão e da audição, e desimpedida de qualquer sensação tátil ou cenestésica através dos pés. Onde a bota, reduzindo a atividade de caminhar à atividade de uma máquina de pisar, priva os usuários da possibilidade de pensarem com os pés, a cadeira permite que sedentários pensem sem absolutamente perceberem os pés. Entre elas, a bota e a cadeira estabelecem um fundamento tecnológico para a separação do pensamento da ação e da mente do corpo – isto é, para a fundamental falta de fundamentação (...) é como se, para os habitantes da metrópole, o mundo de seus pensamentos, seus sonhos e suas relações com os outros flutuassem como uma miragem acima da estrada em que pisam em sua vida material real (INGOLD, 2015, p.78).

A fala de Ingold (2015) pode ser transposta as práticas escolares centradas em sentar as crianças em carteiras e calça-las com sapatos, a educação da postura e do gesto praticada na escola é integrante de um conjunto mais amplo que acompanham a Modernidade sendo está uma herança do passado colonial. A conexão com o chão é defendida por Ingold ao citar

educação japonesa na qual os pais incentivam engatinhar e também que as crianças limpem o chão com as mãos, para estimular que mais partes táteis do corpo estejam em contato com o solo ampliando-se a percepção sobre este. “Uma criança que experimenta este tipo de movimento “de limpar o chão” (...) “vai entender, mesmo depois de crescer, que outras partes do corpo além dos pés podem ter diálogo com o chão” (INGOLD, 2015, p 81).

A ideia é de que um indivíduo calçado, que aprendeu a utilizar os pés como uma máquina de andar conforme descrita por Ingold (2015) já não precisa observar o chão nem mesmo onde pisa, seu pé está envolto em armaduras que o privam de sentir.

Eles já não precisam escolher o seu caminho, com cuidado e destreza, por ruas esburacadas, calçadas com paralelepípedos ou acidentadas, repletas de sujeira acumulada e excrementos de inúmeras residências e comércios cujas atividades acontecem ao longo delas. A sujeira é o material da sensação tátil (e, claro olfativa) (INGOLD, 2015, p 82).

A desconexão com o chão que se inicia com o calçar quando somada a ideia da sociedade sentada é ampliada com os veículos automotivos modernos que permitem locomover-se sentado. Ingold (2015) extrapola a reflexão ao pensar a pavimentação de ruas e calçadas que impedem que as pessoas deixem seus rastros, suas marcas ao caminhar, passando por caminhos predefinidos como se não existissem. A pavimentação das ruas se estende ao espaço escolar e como dito anteriormente: não existe neutralidade neste espaço. Uma instituição ao preferir pátios acimentados, gramados ou em terra ela escancara um tipo de educação que promove e um tipo de ser humano a ser construído.

Seja para criação de um mundo de concreto e quadrado ou um mundo vivo. A vivência de pisar em pátios gramados, pátios floridos ou pátios acimentados proporciona diferentes interações dos estudantes com o espaço. Por um lado, a terra, a grama ou o jardim mostra um mundo vivo, um solo que respira que pode ser afetado pelo peso dos passos humanos, o caminhar dos que habitam a escola passam a deixar rastros. Por outro lado, o espaço acimentado apresenta um ambiente estéril, sem possibilidade de vida e indiferente aos passos humanos. Conforme a reflexão de Ingold (2015) sobre a pavimentação:

É simplesmente que as botas não imprimem rastros na superfície pavimentada. Quando as pessoas andam pelas ruas, não deixam nenhum rastro de seus movimentos, nenhum registro de suas passagens. É como se elas nunca tivessem passado. Existe, aqui, o mesmo distanciamento entre as pessoas e o chão que ocorre, como já demonstrado, como um fio condutor através da história recente das sociedades ocidentais. Parece que as pessoas, em suas vidas diárias, apenas roçam a superfície de um mundo que já foi previamente mapeado e construído para elas ocuparem, em vez de contribuírem através dos seus movimentos para a sua contínua formação (INGOLD,2015, p.86).

A pavimentação e o calçado desconectam o ser humano da terra, solos que respiram são afetados pelo pisar humano e em contrapartida pés descalços podem sentir o mundo que pisam. A reflexão de Ingold (2015) pode ser transbordada ao sistema escolar, vivenciar a escola pavimentada é de alguma forma vivenciar um ambiente já construído. E sobre isso trago o trecho de uma entrevista realizada durante esta pesquisa, sobre como uma trabalhadora da rede estadual de educação em Minas Gerais percebe o espaço escolar.

Eu acho que os alunos gostam de vim para a escola, mas o espaço a alvenaria não é atrativo, o espaço não é acolhedor. A começar pela pintura da escola, que já está ficando mais “detonada” com o tempo. (...) Tem esse espaço da área verde aqui no fundo da escola, ele tem muito potencial, a escola é muito grande e a área verde dela é enorme, mas eu acho que ele não está sendo utilizado como deveria porque é uma escola enquadrada! Não sei se essa a palavra? Poderia ser um espaço bem mais atrativo e dinamizado. Mas o que eu vejo aqui no Garcia é que as salas são muito formais né? Quadradas? A disposição das mesas e carteiras... Então isso é um geral (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

O trecho narrado em entrevista ilustra o que discutimos até agora, destaco a atenção ao caráter “quadrado”, “enquadrado” da escola descrito pela entrevistada como um símbolo do espaço civilizado, no livro o Papalagi Tuiávii que viveu na longínqua ilha de Upolu, que faz parte do arquipélago de Samoa, na aldeia de Tiavéana Polinésia explica o mundo dos “brancos” para seus conterrâneos após viajar para Europa na década de 1920, Tuiaví estranha a organização encaixotada do espaço civilizado conforme suas palavras.

O papalagi (homem branco) mora, como marisco, numa casca dura; e vive no meio das pedras, tal qual a escalopendra entre fendas de lava, com pedras em volta, dos lados e por cima. A cabana em que se habita parece-se com um baú de pedra em pé com muitos compartimentos e furos (SCHEURMANN, 2003, p. 22).

A descrição feita por Tuiávii permite-nos ver como somos (nós povos escolarizados, submetidos a colonização, “civilizados” e modernos) por um ponto de vista que, frequentemente, já estão naturalizados na estrutura social que vivemos. As falas de Tuiávii destinadas aos seus compatriotas são como um apelo para que os povos nativos dos mares do Sul se libertem dos povos civilizados da Europa.

Quanto a nós, livres filhos do sol e da luz, o que nós queremos é permanecer fiéis ao Grande Espírito e não lhe sobrecarregando com pedras o coração. Só homens loucos, doentes podem viver felizes entre fendas, sem sol, sem luz, sem vento. Deixemos ao Papalagi sua felicidade duvidosa, mas vamos obstar-lhe toda tentativa de construir baús de pedras em nossas praias ensolaradas e de matar nossa alegria de viver com pedras, fendas, sujeira, barulho, fumaça e areia conforme ele pensa e quer (SCHEURMANN, 2003, p. 25).

Tuiávii, filho de uma cultura intimamente ligada a natureza, reconhecia que espaços exalam sentimentos e sensações naqueles que o ocupam, não é diferente com espaço escolar. Mantem-se os habitantes da escola confinados como em granjas, o número de pessoas por sala já é previamente calculado pela secretária de educação de forma a concentrar o maior número de pessoas possível dentro do espaço estabelecido, priva-se do contato com o sol, com a terra, e com o vento, sedentariza-se o indivíduo em cadeiras sufoca-lhes os pés.

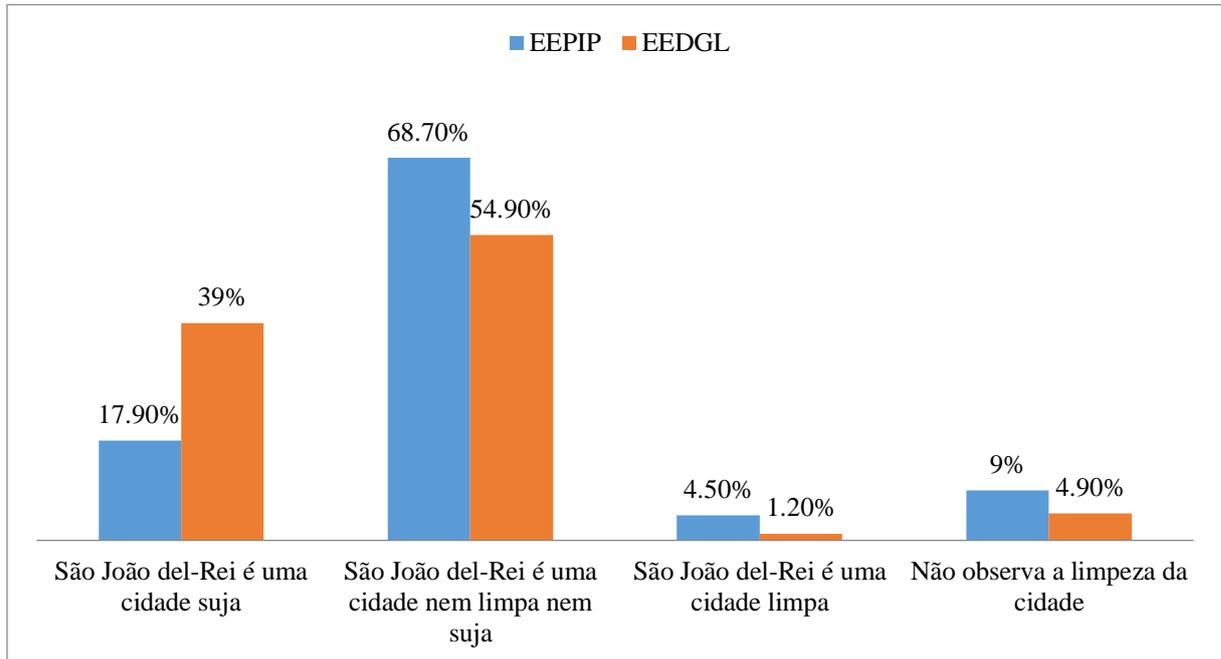
O Papalagui (homem branco) fabrica uma espécie de canoa de bordas altas, justo o suficiente para nele caber um pé; uma canoa para cada pé. Estas canoas são amarradas, são atadas, ao tornozelo de maneira que os pés ficam dentro de um estojo rígido, tal qual o corpo do caracol. O papalagui usa-o do nascer ao pôr do sol, sai nele para viajar e com ele dança; mesmo que esteja quente como após a chuva tropical. Como isso é contraditório a natureza – conforme até o branco percebe – como os pés ficam como se estivessem mortos e começam a cheirar mal, como de fato, quase todos os pés europeus (SCHEURMANN, 2003, p.7).

Se a cabeça pensa onde os pés pisam, como nos disse Paulo Freire (1996), talvez o pensamento do humano escolarizado também cheire a chulé! Desconstruir monoculturas seja nos solos ou nas mentes é criar pedagogias outras como nos inspira o grupo Modernidade Colonialidade, pedagogias com os pés descalços. É preciso ir além dos caminhos pavimentados, se aventurar em trilhas se quiser adentrar, pensar e ser floresta.

4.2 O chão aterrar

Voltando aos gráficos sobre a percepção da limpeza/sujeira da cidade, é possível observar as estatísticas de forma comparativa entre as escolas em que se desenvolveu a pesquisa. Percebe-se que os estudantes da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima são mais exigentes quanto a limpeza urbana quando comparados com os estudantes da Escola Estadual Professor Iago Pimentel. Conforme podemos observar no Gráfico 3 abaixo, existe uma diferença de 21,1 pontos percentuais entre os que consideram a cidade suja, ou seja, os estudantes da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima percebem a cidade mais suja do que os estudantes da Escola Estadual Professor Iago Pimentel. Seguindo esta mesma lógica, os estudantes da Escola Estadual Professor Iago Pimentel consideram a cidade de São João del-Rei mais limpa quando comparados aos estudantes da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, apresentando uma diferença de 3 pontos percentuais neste quesito.

Gráfico 3. Percepção em relação a limpeza do espaço urbano sanjoanense comparado entre as escolas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

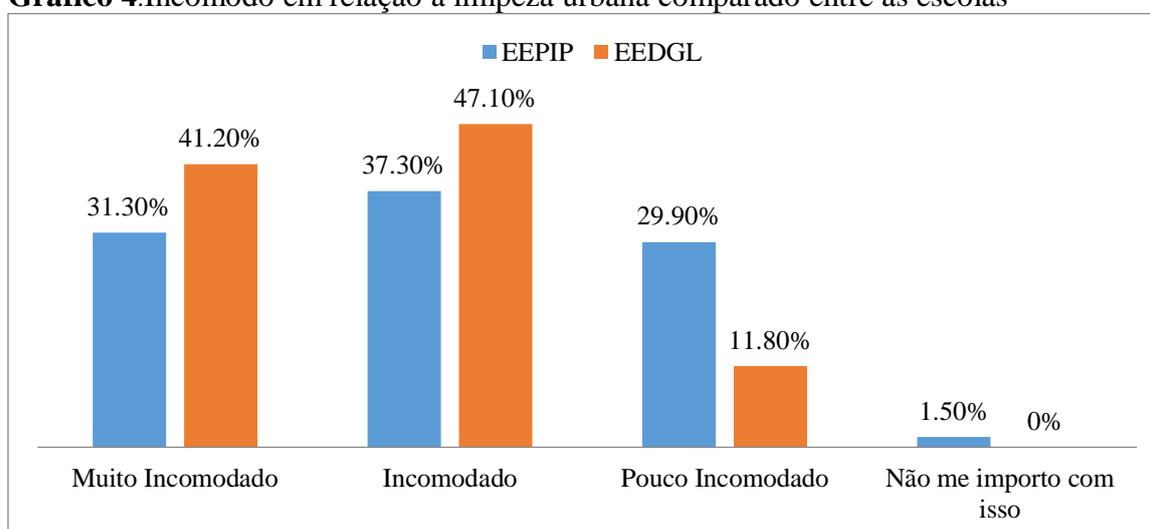
Os dados comparados entre escolas despertam questionamentos sobre quais outras referências estes estudantes teriam de cidade para pensar se São João del-Rei está limpo ou está suja? Sobre essa questão, percebe-se que na escola cuja a clientela é caracterizada por melhores condições socioeconômicas, a percepção da sujeira da cidade é mais evidente. Ou seja, quando o estudante tem oportunidade de viajar, conhecer outros lugares ele tem condições de estranhar o próprio lugar em que vive, ele tem referências para questionar sua própria realidade que antes era tida como natural ou universal. Em contrapartida, percebe-se que na escola caracterizada pelo estigma social da pobreza, a questão da sujeira urbana é menos percebida. Seja pelo que Bourdieu (2003) chama de capital cultural herdado dos contextos familiares cuja limitação do acesso a viagens, ao conhecimento de outros espaços, leva a uma redução de um imaginário de possibilidades sociais ou até mesmo uma percepção crítica sobre o próprio ambiente que vivem.

Essa é uma contradição: os estudantes do Iago Pimentel vivem mais próximos do “lixo” do que os estudantes do Garcia de Lima. Eles têm o convívio social mais próximo com agentes da limpeza, como catadores de materiais recicláveis e coletores do que os estudantes do Garcia de Lima. Os serviços de saneamento e limpeza urbana são mais precarizados no bairro Tijuco, onde se insere a Escola Estadual Professor Iago Pimentel e onde mora a maior parte dos estudantes dessa escola, do que no bairro Fábricas, onde está localizada a Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. No entanto, apesar de habitarem uma cidade aparentemente

mais suja, eles não a percebem e não se incomodam com essa sujeira como os estudantes que apresentam melhores condições econômicas.

O Gráfico 4 compara as escolas sobre o quanto os estudantes se incomodam com a limpeza urbana e nos permite inferir que, proporcionalmente, os estudantes da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima apontam se incomodar mais com a questão da sujeira urbana quando comparados com os estudantes da Escola Estadual Professor Iago Pimentel; com uma diferença de 9,9% a mais no item muito incomodado e apontam também 9,8% a mais na alternativa incomodado.

Gráfico 4. Incomodo em relação a limpeza urbana comparado entre as escolas



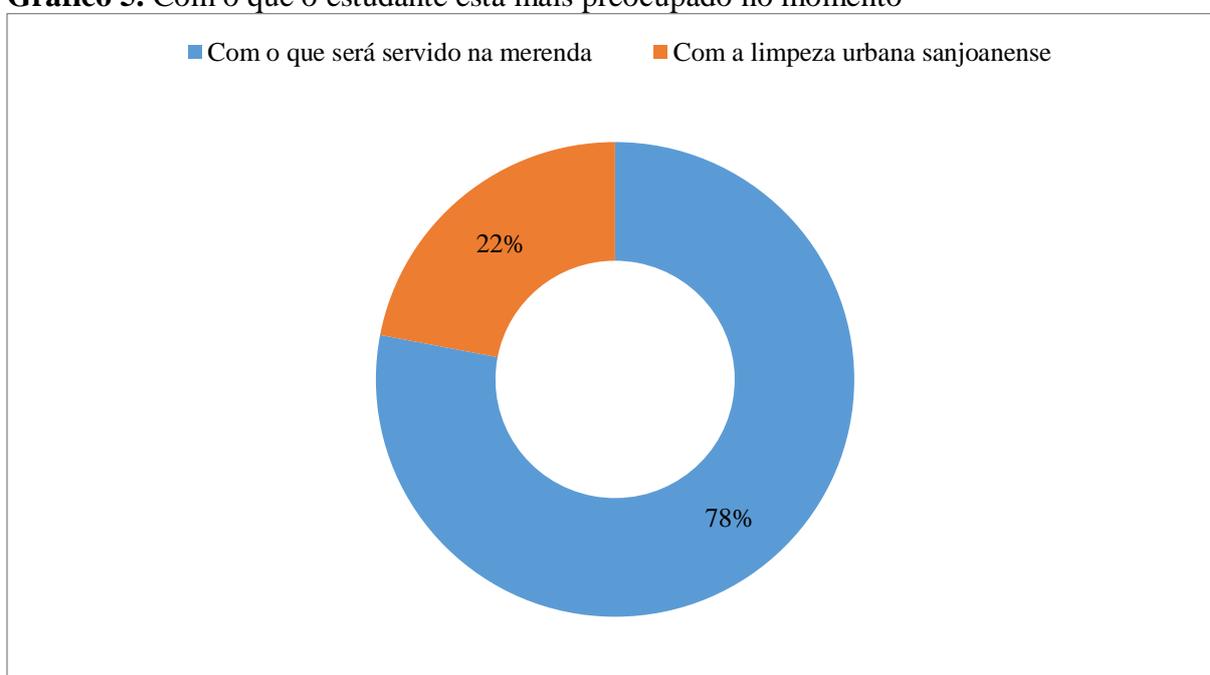
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Gráfico 4 corrobora com a análise feita anteriormente, as escolas estudadas mesmo sendo da mesma rede de ensino, estarem submetidas as mesmas resoluções seguirem o mesmo currículo se diferenciam principalmente pelo perfil socioeconômico do seu alunado. Ambas escolas são estigmatizadas: enquanto a Escola Estadual Professor Iago Pimentel é tida como uma escola periférica de um bairro considerado “pobre” na cidade; a Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, é tida como a escola pública de referência na região, havendo grande procura de vagas até mesmo para pessoas situadas fora do zoneamento em que a escola oficialmente atende.

Por isso é possível inferir que as condições socioeconômicas em que vivem os estudantes se relacionam com o que eles se incomodam. Ou seja, as desigualdades sociais tornam as questões como a limpeza/sujeira urbana, seja mais ou menos incômoda, tendo em vista o ambiente social e econômico em que essas pessoas vivem.

Em realidades duras de existência, onde as condições de sobrevivência estão ameaçadas pela escassez de recursos necessários a vida, as questões coletivas dentre elas a questão da limpeza urbana, parece ser um problema distante diante a urgência que a busca pelo alimento tem para quem tem fome. Transportando a reflexão para o ambiente escolar, observa-se que os estudantes estão mais interessados com o que será servido na merenda do que com a limpeza da cidade. Conforme percebe-se no Gráfico 5a seguir, no qual os estudantes responderam a seguinte pergunta: Com o que você está mais preocupado no momento?

Gráfico 5. Com o que o estudante está mais preocupado no momento



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A priorização das condições materiais de existência sob as demais questões coletivas também aparece nas entrevistas, são muitos os desafios vividos na escola no contexto pós pandemia, os problemas socioeconômicos vividos pelos estudantes e seus familiares acabam por recair sobre a escola:

Até 2019 nós tínhamos certeza de que a nossa escola era uma escola de referência de preparação para o ENEM. Era certo! Todo nosso currículo era pensado para preparação para o ENEM, o aluno que entrava lá no primeiro aninho do ensino fundamental sairia no terceiro ano com essa perspectiva. Após a pandemia nós tivemos um lapso, e depois da pandemia a gente quebrou isso, aí veio o novo ensino médio junto e o retorno presencial e agora nós estamos sem destino. Porque a nossa escola não tem o curso técnico. Não é preparação para o ensino técnico, nós trabalhamos os itinerários formativos que não tem um direcionamento ainda para algo que exista na nossa região. Quando os estudantes foram perguntados no ano

passado sobre quais disciplinas queriam cursar, para a escolha dos itinerários formativos do novo ensino médio, uma turma escolheu educação financeira. Então você pensa o que esse aluno está querendo mostrar para nós? A maioria dos alunos, quase trezentos alunos do primeiro ano escolheram educação financeira! O que você pensa que ele está querendo te falar? Que a situação pós pandemia trouxe uma outra realidade. O Enem já ficou distante, ele que o mercado de trabalho, ele que se sustentar, ele quer organizar essa vida familiar que ficou mexida com a questão pandêmica. Essa é uma situação! Então eu acho que a gente ainda não tem um objetivo. Atualmente eu posso te falar eu não sei quais os objetivos dos nossos alunos aqui se é individual ou se é coletivo. Porque individual eu sei que eles estão vivendo essa situação, muitos querem trabalhar, muitos querem se organizar financeiramente para dar um jeito na vida! Tá! E aí? Como que a escola ficaria nesse coletivo a partir dessas escolhas individuais? A maioria quer sair daqui e trabalhar, ter sua própria vida. Então o coletivo da escola fica sem referência. É sobrevivência! Não estamos com o individual estruturado para dar conta das questões coletivas! (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

A fala da entrevistada diz da complexidade do fazer escolar, as escolas, seus projetos políticos e pedagógicos devem, de alguma forma, corresponder aos anseios daquela comunidade, que no caso citado está ocupada com a própria sobrevivência. Em contextos como esses, falar de solucionar problemas coletivos como a gestão de resíduos urbanos, a coleta seletiva pode parecer distante diante a hierarquia de prioridades desses estudantes.

Para Marx e Engels (1976), a história é feita por seres humanos, as pessoas constroem suas vidas, porém, não exatamente como querem, mas limitadas pela realidade material em que vivem. O que a pessoa almeja, sonha e projeta está de alguma forma condicionado pela sua condição socioeconômica. Nesse sentido, almejar e se engajar com condições básicas a sobrevivência, como alimentação, moradia, empregabilidade, pode ser prioritário em relação a limpeza urbana para aqueles que vivem em condições precarizadas.

A constatação da relação entre as condições econômicas e ambientais é o que fundamenta o ecossocialismo, para esta linha de pensamento de tradição marxista, o progresso capitalista estaria levando o mundo a uma catástrofe social e ambiental sem precedentes. Os problemas ambientais e sociais caminham juntos, resolver a crise ambiental exige reduzir as desigualdades econômicas e vice-versa.

A história colonial se dá com a destruição da riqueza natural do espaço, a extração dos recursos, a destruição de florestas e a imposição monocultural e degradante dos solos e, como resultado disso, tem-se a criação da pobreza. A pobreza do espaço e a pobreza no PIB¹⁸, a questão é que em mundos sintéticos e urbanos, a sobrevivência está deslocada do solo e se dá pela aquisição de dinheiro.

¹⁸Sobre isso ver: Vandana Shiva “Os mitos que mantem a pobreza”.

É necessário dizer que não é possível, na terra dos Brancos, ficar sem dinheiro, em momento algum, desde que o sol se levanta até que se deita. Se estás inteiramente sem dinheiro, não acalmas a fome nem a sede, não encontras esteira para dormir. Te mandarão para o fale pui, pui (4) falarão de ti nos muitos papéis (5) se não tiveres dinheiro. Tens de pagar, quer dizer, tens de dar dinheiro pelo chão em que andas, pelo lugar em que ergues tua cabana, pela esteira em que passas a noite, pela luz que aclara tua cabana. Tens de pagar se quiseres atirar num pombo, se quiseres banhar teu corpo no rio. Se quiseres ir aos lugares em que as pessoas se alegram, em que cantam ou dançam, se quiseres pedir conselho ao teu irmão, tens de dar muito metal redondo, muito papel pesado. Tens de pagar por tudo. (...) Até para nascer tens de pagar; e quando morreres, a tua amiga tem de pagar por ti, por teres morrido e também para o teu corpo baixar à terra; e pela pedra que rola sobre a sepultura em tua memória (SCHEURMANN, 2003, p. 32).

Não é à toa que, na lógica da vida moderna, o dinheiro esteja no centro de tudo, inclusive no centro da preocupação dos estudantes entre os quais se desenvolveu a pesquisa. No entanto, a questão dos resíduos esbarra-se nas questões socioeconômicas. “A reciclagem é para acabar com a fome!”, ouvi essa frase da avó de um aluno que trabalhava como catadora de materiais recicláveis no bairro Tijuco, a senhora que se encontrava em situação de miséria encontrou na coleta de recicláveis uma solução sobreviver.

Apesar da relação entre a gestão de resíduos e a geração de emprego e renda não aparecer tão óbvia para estes estudantes imersos em seus próprios problemas socioeconômicos, uma política pública de gestão de resíduo sólido bem conduzida pode gerar empregos para catadores de materiais recicláveis, coletores, garis entre outras áreas de empregabilidade como, por exemplo, o comércio e turismo.

Em uma cidade que pretende se desenvolver pelo turismo, a sujeira urbana prejudica e afasta turistas, o que esvazia comércios, pousadas, entre outros setores que poderiam estar gerando emprego e renda na cidade. Conforme a fala do representante do sindicato do comércio na audiência pública sobre a gestão de resíduos sólidos e limpeza urbana sanjoanense. “A situação é deplorável o lixo está espalhado pela cidade. Isso não é viável para uma cidade que se propõe a ser uma cidade turística, uma cidade para receber pessoas de todo o mundo” (Representante do Sindicato do Comércio em AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LIMPEZA URBANA EM SÃO JOÃO DEL-REI, 2022).

A questão da limpeza urbana anda lado a lado com as questões socioeconômicas “O nosso lixo deixou de ser uma questão só do lixo para se tornar uma questão social. Porque a gente percebe que o nosso lixo era aberto por cachorros e animais, mas hoje são seres

humanos que estão revirando o lixo” (AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANA EM SÃO JOÃO DEL-REI, 2022)¹⁹.

A partir das discussões anteriores e deste trecho faz-se necessário trazer um outro relevante ator nesse estudo. A gestão pública. Não cabe ao sistema educacional inserido na lógica do poder atuante no mundo hoje questionar aos seus estudantes as suas necessidades socioeconômicas e os quão urgentes elas são, cabe às escolas oferecer condições e conhecimento para que este aluno tenha acesso e possa se inserir em um mercado de trabalho que lhe permita a sustentação com dignidade. No entanto, para o poder público, cuja a função primordial é gerir o patrimônio público, e cuidar das questões coletivas a coleta seletiva se faz urgente, porque esta é uma questão social, econômica e ambiental.

É na coleta seletiva que muitos catadores de materiais recicláveis encontram a saída da miséria e, com uma política pública de gestão de resíduos sólidos urbanos bem feita, catadores de materiais recicláveis vivem com dignidade, a cidade se torna limpa atraindo turismo, crescendo o comércio, gerando emprego e renda a ponto de que o cidadão acostumado com um ambiente limpo perceba a sujeira.

Agora quero voltar ao Gráfico 5 que se refere à encondabilidade com a limpeza/sujeira urbana comparada entre as escolas, não é somente as condições socioeconômicas que refletem essa baixa encondabilidade dos estudantes da Escola Estadual Professor Iago em relação à sujeira da cidade, retomo análise do espaço nos processos de aprendizagem e percepção da realidade. Destaca-se que esta escola, frequentemente, convive com a passagem do esgoto do bairro a céu aberto em seu interior, motivo pelo qual foi a última escola da cidade a fazer o retorno presencial após o período do Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP), decorrente da pandemia de Covid-19.

Aqui na escola tem um espaço que é tipo um dreno de água de chuva, quando chove muito aqui na parte de cima do Tiuco, que é onde cresceu muito o bairro essa água corre aqui para atingir a rede pluvial que é captada aqui na rua de baixo. O que acontece: como houve uma sobrecarga da rede de esgoto aqui nas ruas de cima e não se trocaram os canos, vira e meche, entope e estora e esse esgoto cai diretamente aqui dentro da escola e vai direto para a rede pluvial. Então todo esse esgoto aqui dessa região, como um todo é jogado no córrego do lenheiro, é jogado direto no nosso córrego do lenheiro. Então basicamente aqui é um lugar que era para ser só escoamento de água, mas infelizmente quando sobrecarrega a rede ou estora algum cano de esgoto cai diretamente aqui dentro da escola e aí vira um caos” (ENTREVISTADO EEPIP, 2023).

¹⁹ Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

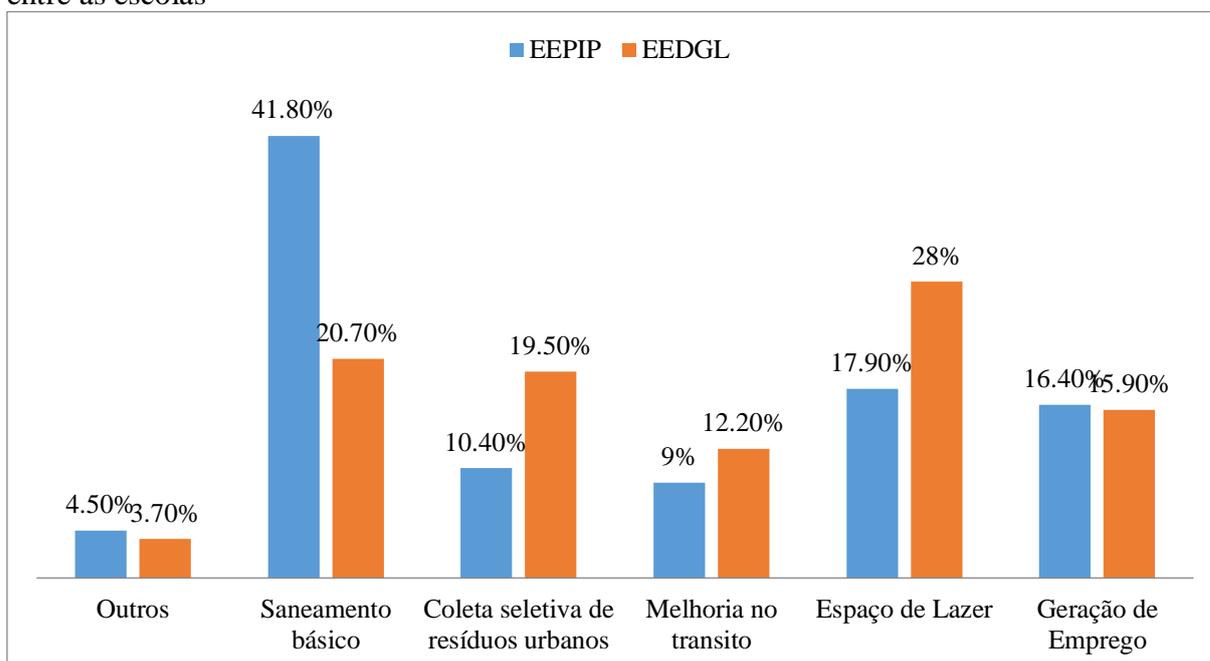
A situação que já está no ministério público ainda não foi solucionada, sendo a alvenaria da escola de responsabilidade do executivo federal e a responsabilidade para com o saneamento do bairro Tijuco de responsabilidade da prefeitura local, a escola sofre, frequentemente, com a presença do esgoto a céu aberto em seu espaço interior. E mais uma vez os problemas da cidade recaem sobre a escola. Se uma escola não tem autonomia para resolver os problemas de limpeza do espaço em seu interior, como irá resolver os problemas de limpeza da cidade?

O que esse descaso do poder público para com o espaço escolar ensina em relação a convivência com o desasseio? Este espaço ensina que é aceitável conviver com sujeira, de forma que apesar de, obviamente, ser um incômodo para toda comunidade escolar, este esgoto se tornou tolerável dentro da instituição de ensino e, portanto, também será tolerável na cidade. Por isso, talvez estes estudantes que dizem não se incomodarem com sujeira na verdade só estejam habituados a ela, afinal, a sujeira já faz parte do convívio cotidiano.

Reforço aqui a responsabilidade do poder público para com essa situação, porque é o poder público que afirma em lei em campanhas eleitorais a importância da educação ambiental e a nega na prática, ao impossibilitar condições básicas de saneamento e limpeza urbana até mesmo dentro das instituições de ensino. Sujeita os estudantes e servidores públicos que precisam estar ali, a conviverem com um esgoto a céu aberto em seu espaço de trabalho ou aprendizagem.

A urgência do saneamento básico é percebida pelos estudantes do Tijuco (Escola Estadual Professor Iago Pimentel), conforme se apresenta no Gráfico 6 abaixo. Quando perguntado sobre o que faz mais falta na cidade de São João del-Rei entre as opções: saneamento básico, coleta seletiva dos resíduos urbanos, melhoria no trânsito, espaços de lazer, geração de emprego e outros; o saneamento básico é o mais apontado e na estatística comparada entre as escolas, observa-se que os estudantes da Escola Estadual Professor Iago Pimentel apontam com uma discrepância 21,1 pontos percentuais a falta do saneamento básico na cidade em relação aos estudantes da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima

Gráfico 6. Percepção sobre o que mais falta na cidade de São João del-Rei (MG) comparado entre as escolas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4.3 Escola e Educação Ambiental

A gente separa o lixo aqui nas nossas lixeiras da escola. E depois? O “lixeiro” vem e coloca tudo no caminhão lá fora! Então? Não faz sentido!

A responsabilidade das instituições escolares para com a educação ambiental é oficializada pela Lei nº 9.795/99 (PNEA), que, em seu segundo artigo, afirma que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” (BRASIL, 1999). Nos Projetos Políticos Pedagógicos das duas escolas em que se realizaram a pesquisa é notável a preocupação com a educação ambiental. Segundo as entrevistas, projetos e ações ambientais são desenvolvidas em ambas as escolas.

Nós trabalhamos cotidianamente a limpeza do espaço aqui na escola, está no nosso projeto político pedagógico é uma cultura que a gente acredita que ela já é trabalhada cotidianamente na nossa escola, mas talvez por achar que isso já é cotidiano falte algumas ações nossas no planejamento para que isso seja mais eficiente. Poque só coleta seletiva e a limpeza das salas é pouco perto de tudo que envolve o meio ambiente e a questão do lixo (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

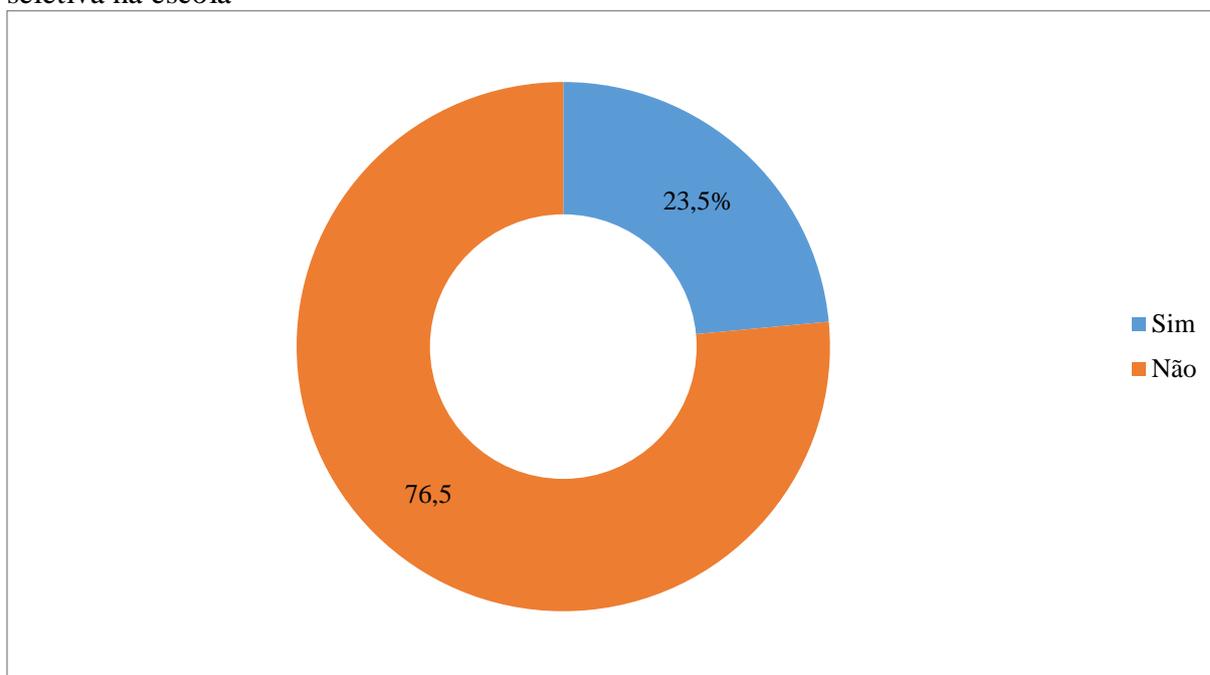
A partir da fala e em acordo com o projeto político apresentado pelas escolas, percebe-se a preocupação com o tema por parte da equipe pedagógica escolar, porém, fica-se a dúvida sobre a eficácia dessa abordagem. O quanto a educação ambiental praticada nessas escolas tem um impacto para além da própria instituição? O quanto os estudantes participam dessas atividades modificam seus hábitos em relação aos resíduos sólidos? Quando perguntado sobre como é feita essa educação em relação ao “lixo” e limpeza do espaço escolar a entrevistada diz que existe uma conscientização já inserida no dia a dia da instituição.

A gente faz uma conscientização os professores falam, a direção fala, quem limpa fala, a gente cria essa rotina na escola de conscientização da escola, de que este espaço é deles também (estudantes) e por isso a gente tem que manter ele sempre limpo. Essa parte é primordial. Funciona? Funciona, mas ainda faltam outros pontos. Então é formação de hábito. As vezes demora para entender que se está sujo é porque eles estão sujando (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

Apesar dos esforços, a entrevistada reconhece limites nas ações praticadas na escola. Mesmo presente na fala de vários segmentos da classe educadora, a educação ambiental, como é realizada, ainda não é suficiente para solucionar o problema dentro da escola, quisá da cidade.

Entre os estudantes que participaram da pesquisa, 76,5% apontam não ter participado de atividades de educação ambiental em relação a coleta seletiva, enquanto 23,5% participaram de atividades de educação ambiental para com a coleta seletiva. Conforme o Gráfico 7 abaixo apresenta:

Gráfico 7. Participação em projetos e atividades de educação ambiental relacionadas a coleta seletiva na escola

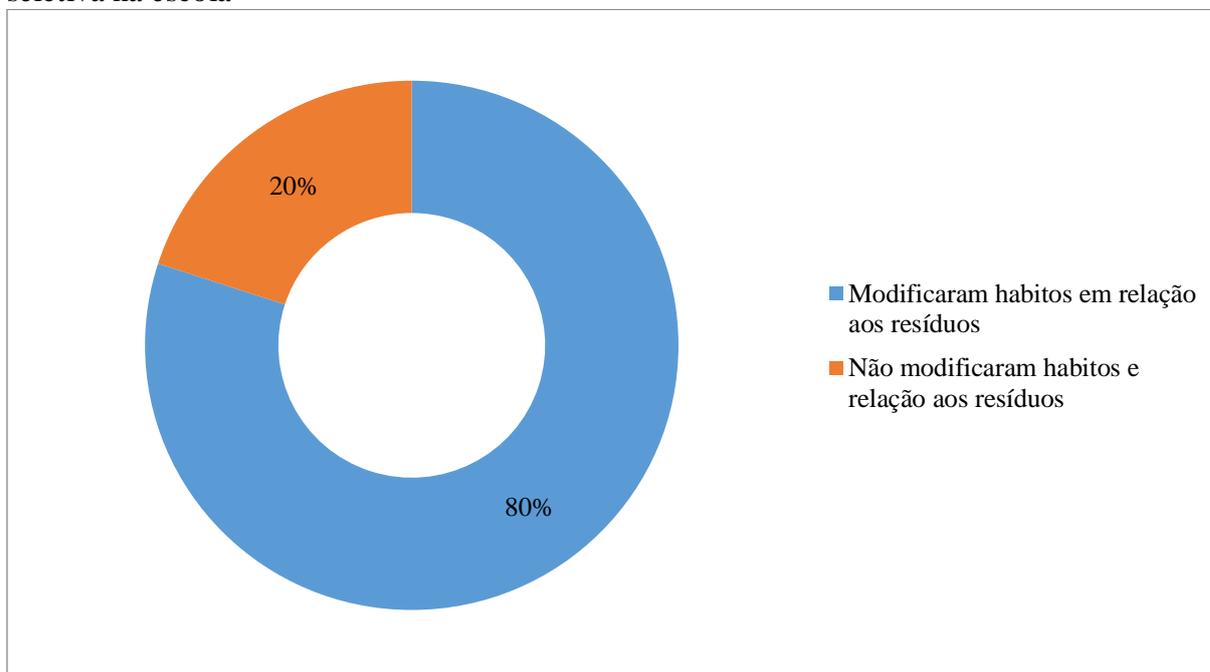


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

É importante lembrar, em relação a essa estatística, que o período em que se realizou essa pesquisa coincidiu com o período do REANP decorrente da pandemia de Covid-19 e também com o retorno gradativo presencial e todas as medidas de precaução e higiene estabelecidas nos protocolos que regem a educação estadual e municipal. O que pode ter interferido em atividades de coleta seletiva (como gincanas de arrecadação de recicláveis a coleta dos resíduos sólidos domiciliares que já foram realizadas em ambas as escolas pesquisadas nos períodos anteriores a pandemia).

O resultado positivo observado é que, entre o grupo de estudantes que disseram ter participado de atividades de educação ambiental para a coleta seletiva, 80% afirmou ter modificado os hábitos em relação aos resíduos, mostrando o potencial dessas atividades (Gráfico 8).

Gráfico 8. Modificação de habito sem relação a coleta seletiva entre os estudantes que disseram ter participado de projetos e atividades de educação ambiental relacionadas a coleta seletiva na escola



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Para a entrevistada, as atividades realizadas pela escola no sentido de promover uma coleta seletiva em seu espaço e incentivar ações para limpeza urbana podem ser uma semente para um programa de coleta seletiva em São João del-Rei, mas apenas “uma semente” ela destaca. Porque a maioria das ações realizadas acontece como eventos, não existe uma ação contínua, nem mesmo parcerias com outras instituições que perdure o suficiente para que algo funcionasse de fato.

Em relação a limpeza urbana eu não vejo a escola sendo convidada a trabalhar temas relacionados a essa situação. As universidades fazem um chamamento a nossa escola as ONGS fazem, mas eu acho que é um pouco distante. Não existe um trabalho continuo. Não é ausência dos professores, porque aqui a gente tem o dia do meio ambiente a gente faz a continuação com os nossos alunos, mas fica só como se uma data comemorativa e não um projeto com continuidade (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

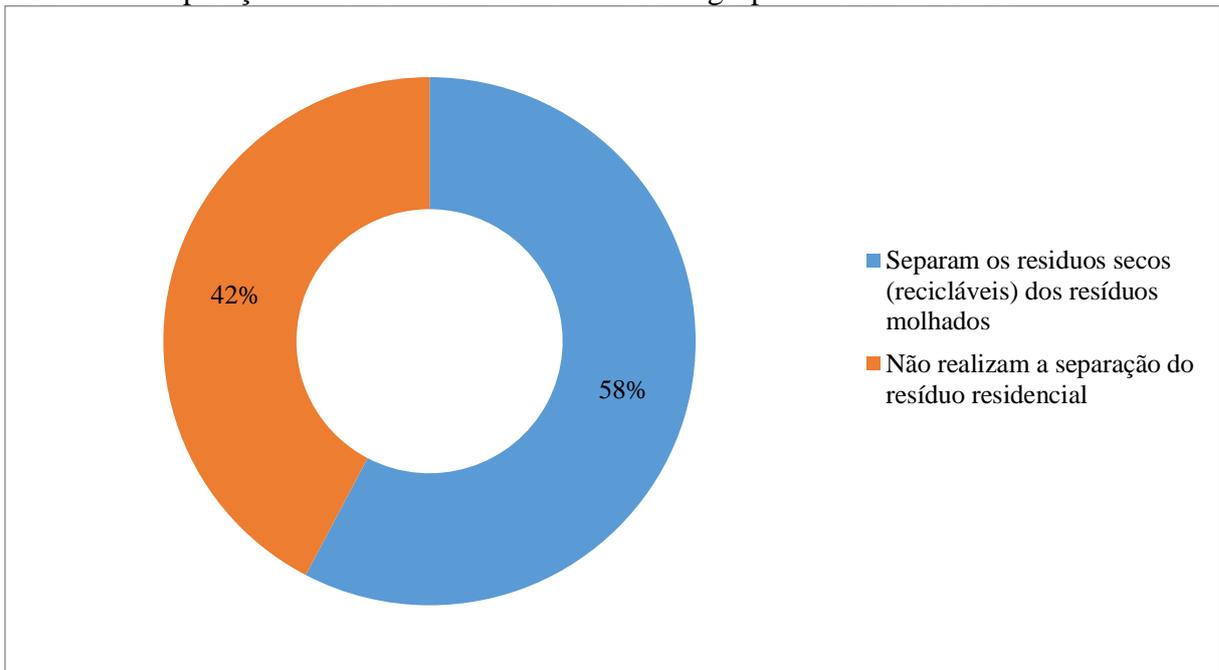
A entrevistada diz dos limites da instituição escolar para alcançar espaços para além da escola, apesar dos projetos já realizados ela acredita que sem as parcerias de outras instituições como a prefeitura, as ONGs e a universidade as ações ambientais frequentemente funcionam como um evento, uma data comemorativa, cumpre-se a lei os protocolos e a burocracia, mas está longe de ir à essência do problema.

Eu acho que falta a prefeitura a universidade, as ONGS, porque eles têm os recursos que poderiam envolver a escola. Porque a escola sozinha pode fazer vários projetos, mas para mudar alguma coisa, para mudar a consciência de uma cidade né? Mesmo que comece aqui no bairro precisa ter essas outras parcerias. Eu acho que falta essa colaboração. A gente recebe o convite, mas não é efetivo, aparece, por exemplo, um convite assim: Olha essa semana vai ter a semana lixo zero, nós vamos fazer a coleta aí na escola, todo mundo que tem eletrônico velho que quer desfazer ou descartar pode trazer. A gente já fez isso, mas e depois? Parece que é só um tema. A gente tem que trabalhar porque está na lei, então a gente trabalha. Pronto! Mas não existe uma continuidade. É o que eu falei lá no início precisa ter uma continuidade dentro da escola e fora dela. Projetos são ótimos quando eles vêm para dentro da escola e a gente consegue fazer esse link com a comunidade. Agora só mandar a data e convidar para uma palestra eu acho que é pouco! Não tem repercussão real! O Máximo que os alunos fazem é separar as latinhas porque vendem né? (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

A entrevistada é descrente em relação amplitude que os trabalhos realizados na escola possam ter na comunidade, os projetos acontecem, mas não mudam muitas coisas. Para ela, as discussões iniciadas na escola em prol de um programa de coleta seletiva na cidade, infelizmente, não passam de mais um tema abordado, um evento ou data comemorativa, elas não tomam maiores proporções a ponto de atingir a cidade como um todo. Sendo a educomunicação o instrumento orientado em lei e em programas governamentais para que se faça a educação ambiental, as redes educacionais parecem estar desarticuladas. Afinal, não adianta separar o lixo na escola se eles irão ser novamente misturados no caminhão da coleta.

A questão do meio ambiente, por exemplo, é muito trabalhada, todo ano a gente trabalha a questão do meio ambiente! A gente trabalha em junho quando tem a semana do meio ambiente, a gente trabalha de novo na semana educação para vida, com temas pertinentes, mas se perde. Porque a gente não tem uma continuidade nem aqui na escola, a gente separa o lixo ali nas nossas lixeiras e depois? O lixeiro vem e coloca tudo no caminhão lá fora! Então? Não faz sentido! Não faz mesmo (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

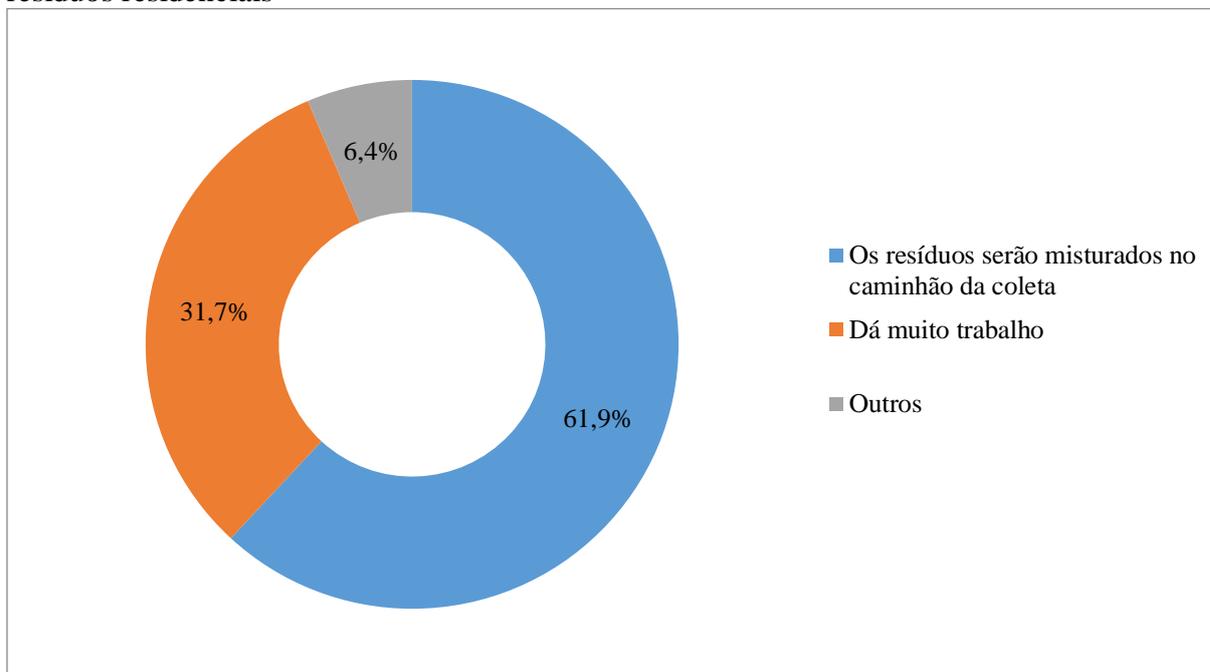
A fala da entrevista vem assentir as estatísticas decorrentes das aplicações de formulários entre os estudantes, 58% dos entrevistados disseram fazer a separação dos resíduos domésticos, enquanto 42% alegaram não fazer a separação (Gráfico 9).

Gráfico 9. Separação dos resíduos domésticos entre o grupo total de informantes

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Entre aqueles que não realizam a separação do resíduo doméstico, observamos as seguintes justificativas: a maioria dos entrevistados 61,9% dizem não fazer a diferença, porque como São João del-Rei não tem um programa de coleta seletiva, tudo será misturado no caminhão de "lixo"; 31,7% disseram que realizar a separação “dá muito trabalho”; enquanto 6,4% apontaram outros motivos descritos por eles com as frases: “não sei o porquê, mas nunca passou em nossa cabeça fazer isso, mesmo sabendo que é errado não fazer”; “nunca pensamos nessa questão”; “não é nosso costume” e “não sei”. O Gráfico 10 abaixo representa os dados:

Gráfico 10. Justificativa apresentada pelos estudantes que não realizam a separação dos resíduos residenciais



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Gráfico 10 relata que os hábitos familiares dos estudantes se assemelham com a fala da entrevistada, que evidencia a ausência do poder público local que, ao não fornecer um programa efetivo de coleta seletiva na cidade, enfraquece as pequenas iniciativas que possam surgir nesse sentido.

A questão dos resíduos impacta a intuição escolar, a entrevistada se queixa de como o descaso com a questão dos resíduos sólidos urbanos impacta a vida social como um todo e da própria escola que, frequentemente, sofre com alagamentos e enchentes que danificam o patrimônio escolar, como por exemplo, a pintura das paredes, além de desfazer todo o trabalho de limpeza realizado pelas auxiliares de serviços básicos responsáveis pela limpeza do espaço escolar:

A nossa escola está sofrendo com uma enxurrada que entra aqui toda vez que tem uma chuva forte porque provavelmente os bueiros estão entupidos, na cidade toda acontece isso e ninguém fala disso! Falam: Alagou! Alagou! Mas ninguém sabe porque né? Não se toma uma decisão em relação a essa situação! (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

Na fala percebe-se como o descaso com a gestão dos resíduos urbanos atinge toda a vida social sanjoanense. É alto o preço de se viver em uma cidade suja, que não possui um programa de coleta seletiva efetivo, perpassando o comércio, o turismo, as precárias condições dadas aos catadores da região (que não são incentivados pelo poder público), ao

alagamento das casas e escola do cidadão sanjoanense. A pergunta que se faz é: Por que uma questão tão urgente de tamanho impacto social não é articulada e organizada pela gestão pública?

Tem uma palestra vamos na escola: “Nossa! Recebemos uma verba para fazer um trabalho de coleta seletiva, vamos equipar a escola de lixeira, vamos lá no Garcia de Lima, porque lá é central e a gente tira umas fotos e vai dar certo” (entrevistada fala imitando ironicamente as ações de outras instituições dentro da escola). Aí eles vêm fazem aquele momento, o trabalho é magnífico, só que tem que ter essa continuidade, a gente trabalha um pré, porque temos muitos materiais bons, os livros vêm com toda essa discussão da coleta seletiva, a gente tem os programas, mas falta os pós. A gente aborda esse assunto, a gente faz um trabalho, mas não tem subsídio para ele continuar, **A gente faz a coleta seletiva aqui na escola, mas a cidade não faz!** A gente faz campanha leva o menino no lixão para poder conhecer aquela realidade, mas a realidade continua lá! Então eu acho que falta o poder público mesmo se movimentar e agir! Porque quando nós falamos a nossas leis são muito impositivas. Elas são impositivas e vêm verticalizadas, mas quando chega aqui na escola ela se perde tanto né? Se perde tanto! Nossa! (Risadas) Essa lei é bonita! Esse número 9597/99 Nossa maravilhoso! Mas ficou ali no papel! Pode ver as fotos que tiram, a ONG veio fez um trabalho, foi lindo! Mas e agora e depois? **A escola continua depositando o lixo em um latão só!** (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023, grifos da autora).

É preciso uma rede educacional funcional para que se implemente a coleta seletiva na cidade, como parte integrante de uma política pública de gestão resíduos sólidos bem feita, conforme remonta os diversos trechos de entrevistas aqui expostos. Em vários momentos enfatiza-se a desarticulação entre os atores envolvidos, o que impede um projeto contínuo.

É também pela ausência dessa comunicação em rede que as atividades que se iniciam na escola ou em outras instituições, frequentemente, se encerram em seus muros. As ações feitas isoladamente e desarticuladas acabam em si mesmo, sendo incapazes de proporcionar uma mudança real.

Ainda assim, os trechos apontam a necessidade de se construir redes educacionais, redes de aprendizagem contínua, que possibilite a comunicação entre os diversos setores, um ecossistema de comunicação funcional em que os resíduos sejam separados nas escolas, no comércio ou residências dos educandos, possam gerar emprego e renda aos catadores da cidade e manter a cidade limpa. Mas a quem cabe costurar essa rede?

A linha que falta para juntar os pontos é o poder público municipal, ele sim tem a prerrogativa para realizar a coleta, com as ferramentas necessárias a ela, nenhuma outra instituição citada tem recurso e poder para disponibilizar o transporte, mão de obra, e espaço

para a coleta e triagem do material conforme sua composição de origem. A solução ao problema parece clara entre os entrevistados conforme o trecho em que segue,

São várias questões, isso não vai ser conseguido do dia para noite. A lei existe! Então é a primeira coisa, temos que ter esse olhar legalista sobre a questão. Então já existe uma lei a dez anos. Ponto. A gente tem que seguir essa lei. O poder público ele tem que organizar junto as instituições da cidade. Então a escola é uma instituição? Sim. Então é lá que a gente vai começar a levar informação, vamos capacitar os alunos e eles vão crescer já com essa consciência. Existe a coleta seletiva? Existe vamos dar continuidade na coleta seletiva! A partir do momento que você fez essa continuidade da coleta seletiva dentro da escola, dos ambientes, dos locais, das casas dos alunos então como está sendo destinado esse lixo? A tem uma associação aqui em São João del-Rei. Esses colaboradores podem fazer essa triagem e após isso o que vai ser feito? Um (...) tem a guarda municipal, polícia, universidade. Vim na escola fazer palestra é ótimo! Mas a gente está levando esses meninos para o campo? A gente está mostrando para eles como é esse caminho do lixo? A gente está ensinando para eles como é aqui na nossa cidade? Que tem todos esses potenciais, mas está perdendo porque o lixo está ficando acumulado em vários locais na cidade. Eu acho que é um conjunto, vai ser fácil? Não sei?

Quando as faixas de pedestre vieram para cá eu lembro que não foi fácil, mas aconteceu. Porque envolveu todos os órgãos a gente teve que ficar fazendo na escola circuito ensinado para os alunos como que atravessava na faixa. Multa! A guarda municipal teve que dar multa. Olha como teve que fazer uma engrenagem em vários setores. Porque a gente não consegue fazer isso com o lixo? Que afeta a todos nós? A política pública ela tem que ser pensada no coletivo as vezes ali só campanha, é só um leiaut para ter um cargo político é pouco! Usar essas questões para fazer uma campanha é bom, mas tem que dar continuidade, porque eu votaria em um candidato que tivesse esse olhar sim! Para a questão do lixo, da sustentabilidade. Porque eu sou de São Joao del-Rei, eu amo essa cidade, mas eu vejo que a nossa cidade não tem um poder público preocupado com o lixo! Não tem! E isso afeta a escola, e a gente não consegue resolver todas as questões! (ENTREVISTADA EEDGL, dados da pesquisa, 2023).

4.5 Dos limites das instituições escolares e da omissão do poder público

Estão me colocando dentro de uma sala de aula com um giz e um quadro para salvar o Brasil? Uma sala de aula super lotada, com os alunos entrando a cada momento com uma carteira na cabeça porque não tem carteiras nas salas! Sou eu a redentora do país? Não! Não posso! Não tenho condições, muito menos com o salário que eu recebo! (AMANDA GURGEL, 2011)²⁰.

A fala da professora Amanda Gurgel que viralizou nas redes do país na década passada e silenciou deputados na audiência pública sobre o cenário da educação no Rio Grande do Norte em 2011, foi considerada uma síntese da situação da educação pública brasileira, infelizmente, a colocação da professora ainda é atual e faz sentido nesse estudo. Na Audiência Pública sobre a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana de São João del-Rei ocorrida no dia 02 de maio de 2022, no plenário da Câmara Municipal da cidade,

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yFkt0O7lceA> . Acesso em: 13 de mar. 2023.

reuniram-se vereadores, representantes do executivo municipal, representantes da ASCAS – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, representantes da ONG Lixo Zero, representantes do comércio, dos setores ligados ao turismo, do segmento dos bares, urbanistas, pessoas ligadas a imprensa local, moradores da cidade, representantes do conselho do patrimônio, representante da empresa responsável pela coleta na cidade entre outros interessados, para discutir a problemática do lixo urbano.

A casa estava cheia e muito se falou sobre o assunto que parecia incomodar a todos, no entanto, agora já passado quase um ano do ocorrido pode-se dizer que pouco se resolveu. Dentro do que foi observado, destaca-se na fala de vereadores e administradores do executivo municipal a importância da educação ambiental praticada nas escolas, para criar a consciência ecológica na cidade. No entanto esse tipo de fala se contrasta com a ausência de ações propositivas do poder público para se resolver a questão.

A partir dos dados já explanados, sabe-se das ações realizadas pelas escolas em relação a educação ambiental para com a coleta seletiva, sabe-se também que os limites dessas ações esbarram justamente quando o poder público municipal não dá continuidade ao trabalho realizado pela escola, afinal depois de separados em casa ou na escola os resíduos são novamente misturados no caminhão da coleta.

A possível articulação das iniciativas escolares com a associação de catadores de materiais recicláveis a ASCAS também é restringida pela omissão do poder público, uma vez que sem um apoio efetivo da prefeitura se torna dificultoso o encaminhamento dos recicláveis para associação, que não conta com o meio de transporte necessário para buscar o material nem com a coleta realizada pela empresa contratada pela prefeitura, uma vez que essa não é seletiva.

A fala da Secretária Municipal de Governo e Gabinete, Adriana Aparecida Rodrigues, que representou o prefeito na audiência, enfatiza a importância da educação ambiental. A secretária afirma o interesse da prefeitura em solucionar o problema e faz um apelo pelo engajamento de todos:

É um problema que eu vejo que é mundial, existem algumas cidades que eu vejo que talvez pelo tamanho da cidade conseguiram encontrar uma solução, mas São João del-Rei a gente precisa encontrar, mas eu acho que para isso a gente precisa encontrar o apoio de todo mundo. Porque como já foi bem dito aqui por várias pessoas, o lixo é uma responsabilidade de todos, com certeza o poder público tem uma grande responsabilidade, mas se cada cidadão não fizer sua parte não adianta nada o poder público tentar fazer alguma coisa. Então eu acho que na hora que todo mundo tiver consciência e educação! Principalmente educação! Para trata a questão

do lixo nós não vamos conseguir chegar a lugar nenhum! (ADRIANA APARECIDA RODRIGUES)²¹.

A fala da secretária de Governo, que parece até um ato falho, ao afirmar que enquanto todos não tiverem consciência e educação nada será resolvido, pode ser verdadeira. Afinal, a pesquisa até agora nos mostra que a recíproca é procedente, as ações dos diversos segmentos da sociedade para a coleta seletiva são enfraquecidas quando o poder público não faz a parte dele.

Uma relevante questão foi levantada pelo vereador Igor Luiz Sandim Gonzaga (Podemos), durante a audiência, a questão gerou polêmica e incomodou alguns que se sentiram acusados, deixando dúvidas quanto ao interesse real do poder público municipal em solucionar a problemática do lixo e da idoneidade da empresa contratada para realização da coleta na cidade, a “Sudeste Brasil”.

A pergunta seria direcionada ao secretário de obras, Jeucemir, responsável por assinar os empenhos relacionados a limpeza urbana sanjoanense, como o secretário não estava presente foi transferida para Adriana, Secretária Municipal de Governo e Gabinete.

Igor Sandim direcionou sua questão para o contrato firmado entre a prefeitura e a empresa Sudente Brasil 39/2018, assinado pelo prefeito Nivaldo José de Andrade (União 2022) e Anderson Luíz, representante da empresa responsável pela coleta na cidade. Segundo o vereador, não fazia sentido falar de conscientização e educação ambiental se o problema estivesse na origem do contrato, nas ações e omissões da própria prefeitura. Conforme suas palavras:

Dentro da audiência pública além de fazer essa conscientização eu sinto que falta um papel importante que eu acho que cabe a nós vereadores e claro a população também, porque não adianta nada a gente fazer uma campanha uma conscientização sendo que tem deveres que a prefeitura é obrigada a repassar para a população. Após eu ler a legislação e o contrato do lixo tenho algumas questões:

A pergunta é para o secretário de obras Jeucemir, ele que é responsável por assinar os empenhos da coleta, eu sinto falta dele aqui e acho que quem terá que responder por ele é a Adriana secretária de governo.

Existe um contrato que foi firmado! Existe uma licitação que foi uma adesão de ata e depois foi feito o contrato 39/2018 que foi assinado pelo representante da empresa Sudeste Brasil que é o Anderson Luíz e o Prefeito.

Dentro da Clausula 4.1 diz o seguinte: “Os pagamentos serão efetuados pela secretaria municipal de finanças no prazo máximo de trinta dias do recebimento definitivo dos serviços prestados mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pela fiscalização juntamente com a cópia do CND do INSS, do CRF e do FGTS” Então dentro desses pagamentos eu senti a ausência dessas certidões! Eu gostaria de entender secretaria Adriana como está sendo feito esses

²¹ Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

pagamentos sem essas certidões? Ou se houver essas certidões que... Por favor, tudo que estou solicitando aqui conste em ata e que se apresentem essas certidões.

E o porquê dessas perguntas? Aí o povo tem que entender.

Através dessa fiscalização dentro da parte burocrática, por exemplo, se dentro do contrato, fala que tem que ter quatro caminhões coletores e em cada caminhão tem que ter quatro coletores, e durante o dia está se fazendo a limpeza da cidade com somente três coletores está faltando um. O contrato poderá ser pago cheio. Então esse um coletor que faltou ele vai demorar na rota e acarretar em atrasos que as pessoas tanto reclamam. Tudo isso que eu estou cobrando vem da raiz, todo o contrato firmado tem que ser respeitado para que lá na frente os quatro coletores consigam fazer a limpeza da cidade e toda a população vai agradecer!

Dentro da cláusula 7.1 em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 866/93 modificado pela lei 883/94 o objeto desse contrato será recebido mensalmente pela secretaria municipal de infraestrutura urbana e obras por meio de medição a cada ordem de serviços emitida. Então de acordo com a minha fiscalização eu busquei todos os empenhos, e todos os empenhos de 2022 foram pagos sem a medição!

O que tem dentro dos empenhos é uma planilha de medição que ela não está totalmente planilhada de acordo com o que o contrato pede. O que o contrato pede hoje? Ele fala que todo o serviço que é feito de limpeza ele é feito por hora. Ele é feito por hora!

Então a gente tem que entender o seguinte: Antigamente falava-se: é cinco caminhões no contrato. Hoje não! Hoje ele fala que toda coleta de lixo feita na cidade é paga através de horário. Então esse horário tem que ter uma pessoa fiscalizando dentro do barracão e anotando na planilha a hora que o caminhão entra e se anota a quilometragem e a hora que ele chega e anota à quilometragem. Então eu senti a ausência dessas planilhas dentro dos empenhos pagos. Esse é outro ponto! Porque que essas planilhas elas não estão anexadas nos empenhos?

Terceiro na cláusula 8.16 os veículos deverão ser apresentados diariamente na secretaria municipal de estrutura urbana e obras na Rua Gomes Pedrosa, S/N, que é no “barracão”, porém, a gente não vê esses caminhões se adentrando dentro do barracão, senti a ausência dessas cláusula que está aqui dentro do nosso contrato. Aí eu volto naquela minha fala, os motoristas foram orientados a anotar as marcações de quilometragem?

Não adianta nada agente falar de conscientização sendo que a origem da prefeitura às vezes pode estar errada. Então a gente tem que resolver o problema do contrato porque não adianta nada se no contrato está falando, por exemplo, que tem que se pagar quatro coletores e se na rua tem três coletores. Onde nós vamos chegar em um resultado comum que é a limpeza da cidade? Está faltando um!

Então isso é uma audiência pública uma reunião ampla para a gente debater vários assuntos: além da conscientização educativa que é muito importante (...), mas a gente não pode fugir nem maquiagem aqui outros problemas que estão na origem do problema do lixo aqui em São João, então que isso fique registrado em ata e eu peço que os senhores secretários, ou representante da arrecadação ou do governo que me respondam isso!

Agora se agente achar necessário se lá na frente continuar com essa falta de documentação é claro que cabe um ministério público e eu não vou correr disso não! Nós vamos encaminhar essa documentação toda, mas essas perguntas são para buscar solução! E essas informações hoje eu não tenho! Eu apontei esses erros, que são erros grosseiros e que vai impactar diretamente na coleta do lixo lá fora!

Dentro da convocação que participação cidadã fez esta assim: A audiência pública tem como finalidade debater um assunto importante, mas não adianta nada a gente falar sobre assunto de conscientização sendo que a origem do problema está na prefeitura! (IGOR LUIZ SANDIM)²²

²²Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

As questões levantadas pelo vereador foram duramente criticadas pelo líder do governo, vereador Stefânio Pires (União Brasil). Para Stefânio, Igor estaria levantando suspeitas e acusando sem provas, caberia a audiência buscar soluções e conscientizar sobre a importância de se manter a cidade limpa, sendo as questões do contrato impertinente ao momento.

Adriana Aparecida Rodrigues, Secretária Municipal de Governo e Gabinete, não soube responder as questões colocadas pelo vereador Igor Sandim, sobre o cumprimento do contrato estabelecido entre empresa Sudeste Brasil e a prefeitura referente a coleta de resíduos na cidade. Para a secretária de governo as questões deveriam ser direcionadas a contabilidade e a controladoria através de documentos oficiais

Em relação aos contratos Igor eu concordo com o Estafanio, porque eu acho que não é nem responsabilidade do secretário de obras confrontarem essas questões. As questões de documentação e eu vejo que a contabilidade e a controladoria da prefeitura estão aptas para verificar essas questões e eu acho que até seria interessante sair daqui dessa audiência pública um documento questionando essas questões que o Igor colocou em relação ao contrato, (...) eu acho mais que prudente que saia um documento daqui questionando essas questões para que seja respondido oficialmente com documentação! Porque eu posso muito bem falar que está e depois vocês vão ver lá na frente e não está. E aí? O certo é fazer essa pergunta por escrito para que se possa ser respondido essas questões. (ADRIANA APARECIDA RODRIGUES – AUDIENCIA PÚBLICA)²³

O vereador, Igor Sandim, insatisfeito com a resposta da secretária de governo, direcionou as questões para Bruno, gerente da empresa Sudeste Brasil, que a representava na audiência. Conforme a transcrição do diálogo entre eles:

Igor: Os veículos são apresentados diariamente no barracão?

Bruno: Não!

Igor: Hoje quantos caminhões fazem a coleta de lixo no município?

Bruno: Eu gostaria de estar aqui hoje para estar ajudando nas soluções. Não para questionamentos. A gente teve uma reunião a uns quizer dias atrás onde foi proposto várias situações e eu com a minha experiência de quinze anos na coleta de lixo, eu tinha muita coisa a somar. Mas eu vi que foi conduzido de outra forma com outros questionamentos. Se eu soubesse que era dessa forma eu teria enviado o representante da parte administrativa da empresa porque eu sou da parte de operação. Mas vamos lá que eu consigo responder algumas coisas que sejam possíveis da questão contratual.

Igor: Ok, então, os caminhões são apresentados dentro do barracão?

Bruno: Não!

Igor: Os motoristas são orientados a fazer uma planilha com os quilômetros e hora do dia a dia da coleta dos caminhões.

Bruno: Sim. Temos todas as planilhas.

Igor: Mas essas planilhas são encaminhadas para a prefeitura?

Bruno: Não. São encaminhados somente relatórios.

²³Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/> . Acesso em: 05 de mar. 2023.

Igor: Ok. Então eu já vou te pedir, porque é o instrumento que o vereador tem para poder fiscalizar, eu já vou te solicitar todas essas planilhas e já vou solicitar por ofício, através da nossa comissão.

Bruno: Ok

(Diálogo entre o vereador Igor Sandim e o representante da empresa Sudeste Brasil, em audiência pública, São João del-Rei, 2022)²⁴

As questões colocadas pelo vereador Igor Sandim, foram reforçadas pelo vereador Fabiano Pinto (União Brasil), durante a audiência que falou de um certo costume da prefeitura local em “passar a mão na cabeça” de algumas empresas que segundo ele não cumprem contrato o vereador sugere a abertura de uma CPI do lixo:

Infelizmente a gente tem uma tradição aqui de passar a mão na cabeça de empresas que não cumprem contrato, como é a zona azul, está sendo a do lixo também! Fica até aberto a proposta aos outros vereadores que a gente abra uma CPI do lixo para ver se a gente consegue investigar isso melhor! Porque não tem como a gente falar de lixo em São Joao del-Rei e não falar de uma empresa que não cumpre contrato! Como que nós vamos falar de lixo se a empresa responsável pela limpeza não cumpre o dever dela? Então eu levo aos vereadores a proposta da gente abrir uma CPI do lixo! (VEREADOR FABIANO PINTO)²⁵

As questões levantadas não se esgotam nessa pesquisa, apontam a necessidade de se debruçar sob os documentos, contratos, planilhas de medições e os pagamentos realizados pela prefeitura, bem como a fiscalização dos serviços prestados pela empresa para a compreensão da ausência de um programa de coleta seletiva na cidade, o que cabe a população e aos vereadores responsáveis também pela fiscalização do poder executivo.

No entanto, essas questões se relacionam com os limites das escolas públicas para resolver a problemática do lixo urbano e promover a coleta seletiva na cidade, uma vez que os trabalhos realizados pelas escolas encontram seus limites justamente na descontinuidade de suas ações por parte do poder público municipal.

A vontade política que Adriana Aparecida, secretária de governo, afirma na audiência “Eu falo aqui em nome do prefeito que é interesse do prefeito resolver sim”, é negada na prática. Diversos setores se engajam com a questão da coleta seletiva, mas tem seus trabalhos minados pela ausência da prefeitura que poderia ligar os pontos da rede e implementar a coleta dentre os quais destaco algumas falas frustradas de pessoas e entidades engajadas com questão:

²⁴ Id.

²⁵ Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

A gente sobrevive disso, então a gente está numa luta para implementar essa coleta seletiva, porque nós catadores carregamos no carrinho e hoje também a gente tem um container de recolhimento de vidro. Tem bairros que pede, que liga para gente para ver se pode ir um catador para ir buscar vidro. Vidro é pesado então eu queria estar aqui vê com o seu prefeito se ele poderia ter mais carinho, olhar por nós e liberasse o caminhão. Ou uma vez por semana ou duas vezes por semana para a gente está fazendo essa coleta seletiva em São João. Nós da ASCAS não temos condição de implantar essa coleta seletiva sozinha. A gente precisa de apoio de ajuda! Você acompanha a gente lá Estafanio você sabe a nossa luta naquele lugar, o tanto que a gente batalha eu tenho dó dos meus companheiros com a quele carrinho pesado sobe morro desce morro então fica aqui meu apelo aos vereadores que estão aqui! Ao prefeito que olhe por nós com carinho porque é desse lixo! Eu não tenho vergonha de falar é da onde a gente tira o nosso sustento. É desse lixo que eu pago o aluguel da minha casa! É desse lixo que meus companheiros sobrevivem! Porque para nós isso não é lixo! É um reciclável. A população tem consciência sim! Tem gente que leva seus materiais para ASCAS, tem gente que não leva quer que a gente vai buscar, mas como que um catador vai subir lá naquele morro do Sr do Monte para buscar um monte de garrafa isso é sacrifica muito um catador então eu faço um apelo aos vereadores que estão aqui, acompanhem nossa luta! Somos catadores estamos aí para o que der e vier estamos para lutar, se é para manter a cidade limpa nós vamos manter! (ZULMEIA – ASCAS, audiência pública, 2022)²⁶.

A fala de Zumeia e toda a luta da ASCAS se contrasta com a omissão do poder público que é incapaz de possibilitar a coleta seletiva e direcionar para associação que deveria realizar a triagem do material conforme sua composição de origem e pagar a associação pelos serviços prestados para a cidade.

Durante a audiência, Edmilson, morador de São João del-Rei, também falou de todo o apoio da Universidade Federal de São João del-Rei dado a prefeitura para se adequar as legislações ambientais pertinentes e, novamente, o trabalho da universidade se contrasta com a omissão do poder público que nada fez com o trabalho:

O departamento de geografia fez um estudo há mais de 6 anos sobre os recursos hídricos do município, serra do lenheiro e inclusive lá encima (professor Léo), Monique a universidade fez um trabalho no governo do Elvéssio através do professor Sálvio Macedo está prontinho! Infelizmente não deram valor! Prontinho! O exemplo para escolher é o bairro do Matuzinhos você procura o professor Slavio Macedo da economia e desde 2010 nós tínhamos dois anos para regulamentar os resíduos sólidos do município, do município não do Brasil inteiro hoje prorrogaram, para você ter uma ideia a cidade de Juiz de Fora não conseguiu fazer porque uma empresa lá pediu setecentos mil na época para fazer esse serviço e nós tivemos a universidade aqui que fez e tem a condição de entregar 0800. Tá! Marcelo desde essa época a função que cabe é a essa casa e a prefeitura regulamentar por lei! Era isso! (Edimilson, audiência pública 2022)²⁷

Retomando a questão ao objeto dessa pesquisa, temos a fala coletada em entrevista sobre o limite da educação ambiental realizada pela escola para implementar a coleta na

²⁶Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/> . Acesso em: 05 de mar. 2023.

²⁷ Disponível em: <https://fb.watch/iS7k7kaOG7/> . Acesso em: 05 de mar. 2023.

cidade: A gente separa o lixo aqui nas nossas lixeiras da escola. E depois? O “lixeiro” vem e coloca tudo no caminhão lá fora! Então? Não faz sentido!

A partir dos dados explanados, observa-se as diversas ações que surgem no interior das instituições que prezam pela limpeza da cidade, no entanto, essas ações são isoladas pelo próprio poder público que deveria dar a devida continuidade aos trabalhos realizando a coleta. Mas, apesar das bonitas palavras pronunciadas na audiência, é omissivo, deixando dúvidas da omissão até mesmo diante de empresas que não cumpre contratos.

Destaca-se que este governo não começou hoje, já está há mais de dezesseis anos na cidade, tempo suficiente para fazer valer a Lei nº. 12305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos a mais de dez anos no país (BRASIL, 2010).

“Precisamos sim fazer esse trabalho de conscientização nas escolas”, é a proposta do vereador “Claudinho da farmácia”, a fala vinda do poder público municipal fica esvaziada de sentido quando convivemos com esgoto a céu aberto nas escolas, decorrente do mais puro descaso da mesma prefeitura para com o bem estar da população.

Iniciamos o trabalho falando de coleta e encerramos falando de esgoto a céu aberto nos espaços escolares, o que mostra a precariedade da situação vivenciada em São João del-Rei/MG. Não serão as escolas a redentora da cidade! Aliás, é sobre essa ideia de salvação que a escolarização se impôs como o último “fardo do homem branco”, como se, por pura bondade, fosse a redentora da humanidade, salvando os povos não civilizados de si mesma. Assim, criou-se a ideia de que determinadas culturas são tentativas falhas de modernidade e determinados povos são tentativas falhas de humanidade, para além de toda complexidade que essa discussão engloba, hoje, colhe-se os frutos do cultivo monocultural dos saberes escolares, do excesso produtivo ensinado nas escolas e da imposição de uma cultura desconectada da natureza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na escola é, de alguma forma, pensar na estrutura da sociedade civilizada, é na força dessa instituição sobre os escolarizados que vemos aquilo o que Walsh chamou de “colonialidade do poder”. Por isso, quando o grupo “Modernidade Escolaridade” faz o convite a pensarmos pedagogias outras, esse trabalho nos aponta que sim, é necessário pensar novas formas de se contruir e compartilhar saberes que levem em consideração a corporalidade, o tempo e o espaço escolar.

Se a doença do “branco” é não ter tempo, uma pedagogia decolonial se faz no tempo das vagarezas, se o corpo civilizado como nos diz Tuiavíifaz “da mão um só trabalho, como se todos os outros membros e sentidos (...) fossem alejados e mortos”, as chamadas “pedagogias outras” devem libertar esses corpos sentados e corcundas das carteiras que confinam.

Ingold (2015, p.94) nos alertou que as “Botas e sapatos apoiam as nossas noções estabelecidas de corpo e de evolução, assim, como a escrita suporta nossas noções de ciência e história”. Sendo a ideia de progresso, evolução, racionalismo e cientificismo, o fundamento do projeto moderno de civilização, “pedagogias outras” se fazem com os pés descalços.

É preciso desatar os nós do sapato para voltar a sentir o mundo, porque a colonialidade do poder vai além dos conteúdos, se faz na forma e estrutura! De que adianta mudar o assunto sobre o qual se escreve e continuar a confinar a escrita? Para reconhecer e criar “histórias outras” é preciso resgatar os traços que foram roubados, substituído pelo *Times New Roman* 12 milímetros, espaçamento 1,5mm entre linhas, formatado pela lógica entediante do conhecimento moderno.

Qual o sentido de se falar em educação ambiental, e consciência ecológica para corpos aprisionados em espaços sintéticos, que são separados de toda a vida não humana?

Esse mundo cinza, cuja a variação cromática é limitada as cores das canetas esfregográficas azul ou preta, não suporta o colorido, não suporta diversidades, não suporta o verde das plantas e ou a beleza das flores. O seu legado é um mundo sujo, cujo os oceanos são feitos de esgoto, os lixos se espalham pelas ruas e vielas das cidades malcheirosas.

Na dinâmica do poder instituído no mundo, hoje, realizar-se uma pedagogia do pés descalços, ainda é uma utopia distante. Mas o caminho é estar atento ao chão, é quando se pisa no chão da escola pública, que ele passa a ser o centro entre os nossos mais elevados devaneios utópicos e as duras realidades criadas pela civilização.

É imerso às diversas mazelas sociais e ambientais que recaem sobre o ambiente escolar que se faz a revolucionária “pedagogia do que tem para hoje”, essa que anda sempre desformatada, ginga e dribla com a “pedagogia dos costumes” buscando algum sentido no fazer escolar. Ocupa as rachaduras dos mundos pavimentados, planta flores em garrafas pet e feijão na embalagem de iogurte.

A “pedagogia do que tem para hoje” não pretende mudar o mundo, pela maturidade adquirida com seus próprios erros históricos enxerga a prepotência que acompanha as ideias de “salvação”. Calejada com a desvalorização e o descaso do poder instituído, tenta colorir seus espaços com papéis de EVA, busca trazer algum conforto, afeto e alegria enquanto aguarda o fim do mundo, já anunciado pela ciência.

A escola criadora e criatura do caos moderno permanece demasiadamente humana, com todos os tipos de contradições. A experiência do isolamento social nos mostrou que se está ruim com a escola, pior é estar sem ela. Essa que está sobrecarregada de responsabilidade e sob a qual recai todo tipo de expectativa de mudança social, faz muito! Mas um muito que ainda é pouco.

Quanto a gestão dos resíduos sólidos, a escola tenta, dentro das contradições aqui explicadas, fazer o que lhe cabe, promover a educação ambiental, realizar palestras, projetos, entregar materiais didáticos sobre o assunto, separar os resíduos em seu espaço. No entanto, a escola é apenas uma, em meio a tantas outras estruturas estruturantes da modernidade.

A ausência de um programa de coleta seletiva na cidade de São João del-Rei, a partir do pesquisado, mostra a desarticulação das redes educacionais da cidade, redes essas que deveriam ser costuradas pelo poder público, responsável pelo cuidado daquilo que é coletivo no município, mas esse deixa dúvidas sobre a vontade política para solucionar o problema. A displicência do poder executivo municipal para com a fiscalização dos serviços fornecidos pela empresa contratada para realizar a coleta na cidade, a ausência de apoio a ASCAS, o descaso com o saneamento básico e esgoto que invadem as escolas, sugere um certo desinteresse com a questão da coleta seletiva relegada a um segundo plano, talvez o poder público também esteja imerso a tanta sujeira ao ponto de não se incomodar mais com ela.

A pesquisa aponta novos temas para investigação, desvendar problema requer adentrar outros campos, pisar o chão das câmaras municipais, das empresas contratadas pela prefeitura e realizar uma análise de *stakeholders* dos resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2020. São Paulo ABRELPE, 2020. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/noticias/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ALVES. A. R.C. O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, v. 80, n.1, p.203-212, 2010.

BASTOS, V. P.; DE OLIVEIRA MATTOS, U. A. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus 10 anos de execução: balanço dos avanços e retrocessos**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital LTDA, 2021.

BLACK. C. **Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=53s. Acesso 19 nov. 2022.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura**. In: Estudos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 06 de mar. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 06 de mar. 2023.

BRASIL. Comitê Interministerial Sobre Mudança do Clima. **Decreto nº6263, de 21 de novembro de 2007**. Plano Nacional Sobre Mudança do Clima. Governo Federal. 2007. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima-brasil-pnmc.pdf>. Acesso em: 06 de mar. 2023.

BOMFIM, F.; ANDRADE, M. J. N.; REIS, S.C. **Redefinições geradas pela MP 746: O papel da Educomunicação no cenário educacional brasileiro**. Anais 40º Congresso Brasileiro de Ciência e Comunicação. INTERCOM. Curitiba 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3056-1.pdf>. Acesso em: 06 de mar. 2023.

BOMFIM, F. M. A.; ANDRADE, M. J. N.; DE ALMEIDA FILHO, O.J. **100 anos de Paulo Freire: Conexões educacionais no terceiro milênio**. Porto Alegre: Editora Simplíssimo, 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Audiência Pública Gestão dos resíduos sólidos urbanos e Limpeza Urbana**. São João del-Rei, 2 de mai. 2022. Facebook: Câmara de São João del-Rei, Disponível em: https://fb.watch/gTkuC_jHwi/. Acesso em 18 de nov. 2022.

CITELLI, A. **Comunicação e Educação: 20 anos**. Uma trajetória para consolidar o campo da Educomunicação no Brasil. São Paulo: ECA/USP-Editora Segmento, 2014.

CITELLI, A. Tecnocultura e Educomunicação. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v.3, n.2, p. 63-75, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE, **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, F. **Educomunicação e o Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2008. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/txbase_educom_20.pdf. Acesso em 06 de mar. 2023.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 10 ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

ENGEL, I. G. Pesquisa Ação. **Educar**, Curitiba, v.1, n. 16, p. 181-191, 2000.

FERREIRA, A.C.; FIGUEIREDO, M.A.; ROCHA, L. C. Resíduos Sólidos: estudo sobre a atual situação no município de São João del-Rei. **ANAP, Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v.01. n. 05, p.107-122, 2013.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra. 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global Editora, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GELSLEICHTER, M.; SLONSKI, G. T. A Educação Ambiental nos cursos do PROEJA Campus Florianópolis-Continente. **Ambiente & Educação**, v. 17, n.1, p. 25-52, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere- O Ressurgimento**. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461p. v. 5.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São João del-Rei**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei/panorama>. Acesso em 30 nov. 2021.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre o movimento, conhecimento, movimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

KRENAK, A. Ecologia Política. **Ethnoscientia**, v.3, n.2, p.1-2, 2018.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2020.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Sagrada Família, ou a crítica da crítica, crítica**. Lisboa: Presença, 1976.

MINAYO, M. C.de S. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

OLIVEIRA, L.; CANDAU, V. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v.28, n. 01, p.15-40, 2010

PHILIPPI, M. G.; LEWIS, S. A. L. B. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios: a complexidade dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos**. São Paulo, JUS, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/57243/a-politica-nacional-de-residuossolidos-nos-municipios>. Acesso em: 18 out. 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CASTRO GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad central – IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

ROSA, R. **Educomunicação e a Experiência Democrática**. São Paulo: Intercom. 2014.

SÃO JOÃO DEL REI. Lei nº 4.068, 13 de novembro de 2.006 Plano Diretor.de São João del-Rei, 2006. Disponível em: https://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/Obter_Arquivo_Cadastro_Generico.php?INT_ARQ=2579&LG Acesso em 30 de março 2022.

SALGADO, S. D. C.; MENEZES, A. K.; SANCHEZ, C. A colonialidade como projeto estruturante da crise ecológica e a educação ambiental desde elsur como possível caminho para a decolonialidade. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 21, n.1, p. 597-622, 2019.

SCHEURMANN, E. **O Papalagi**. São Paulo: Marco Zero, 2003.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**: 31134619 – Escola Estadual Doutor Garcia de Lima. São João del Rei/MG. 2022.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**: 31134716 – Escola Estadual Professor Iago Pimentel. São João del Rei/MG. 2022.

SILVA, C.de O.; LOPES, J.P.I; DANTAS, M.I. Coleta seletiva e reciclagem do lixo: experiência de educação sócio ambiental na cidade de Maceió, Alagoas. **Nature and Conservation**, v.6, n.2, p.26-42, 2013.

SOARES, I.de O. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação**, v.1, n.2, p.19-72, 1999.

SOARES, I.de O. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, v.1, n.19, p.12-24, 2000.

SOARES, I.de O. Alfabetização e Educomunicação: O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. **Anais...Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, 3, 2003, Brasília. Disponível em <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SORRENTINO, M.; TRAIBER, R.; MENDONÇA, P.; JUNIOR, L. Educação Ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro das entrevistas

INTRODUÇÃO

Este trabalho toma como o objeto de pesquisa as escolas públicas da rede estadual de educação de Minas Gerais na cidade de São João del-Rei e as relações que estas estabelecem com cidade no âmbito da limpeza urbana, com atenção especial a ausência de um programa de coleta seletiva na cidade. As análises sobre estas escolas percorrem três aspectos principais: o espaço, os conteúdos, os limites da ação das instituições escolares

BLOCO 1 – SOBRE O ESPAÇO ESCOLAR

- 1- Todo o ambiente exala sensações, impressões e sentimentos. Na sua opinião o que o ambiente escolar desperta em você? A partir de sua vivencia o que você acha que este ambiente desperta nos estudantes?
- 2- Você considera que este ambiente favorece uma conexão ou desconexão com a natureza? Explique
- 3- Me fale um pouco sobre como você percebe a relação da escola com a cidade em relação a limpeza urbana?

BLOCO 2

- 1- O que a escola ensina sobre limpeza do espaço? Como isso é ensinado?
- 2- Como você avalia esse processo? Ele funciona? É eficiente? Porque?
- 3- A partir de sua vivencia enquanto profissional da educação qual a relação as escolas tem com a problemática do lixo urbano?
- 4- Durante a vida escolar os estudantes perpassam por uma jornada de aprendizagens. Dentre os conteúdos e vivencias possibilitadas pela escolarização o que você considera que deveria ser prioritário de ser abordado? Como isso funciona na prática?
- 5- Nossos estudantes são mais estimulados ao sucesso individual ou ao sucesso coletivo? Você consegue exemplificar isso com algumas situações observadas?
- 6- O que você considera ser mais valorizado na escola conhecimento teórico para aprovação em exames e vestibulares ou o engajamento prático com solução de questões coletivas? Fale sobre isso. Provas ou Projetos?
- 7- Como o público e o privado são trabalhados na escola?
- 8- Sabe-se que o aprendizado se dá nos exemplos, nas entrelinhas do vivido. O que a escola ensina quando atribui aos profissionais da limpeza o salário mais baixo por hora trabalhada entre os trabalhadores da educação? Fale sobre isso e como isso é percebido pelos alunos?
- 9- A responsabilidade das instituições escolares para com a Educação Ambiental é oficializada pela lei (PNEA – lei 9795/99) que em seu segundo artigo afirma que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” (BRASIL, 1995). Como isso é vivenciado na escola? Essa educação acontece? Como?

10- São João del-Rei é uma cidade histórica, reconhecida nacionalmente pelo seu potencial turístico, com cerca de 90.497 habitantes segundo o IBGE 2020, localizada no sudeste do Brasil região considerada a mais economicamente desenvolvida do país, e em um país que institui uma política nacional de resíduos sólidos que inclui a importância da coleta seletiva em lei a mais de 10 anos, no entanto a cidade não possui um programa efetivo de coleta seletiva. Diante da ausência deste programa qual o papel das instituições escolares perante o descaso, sujeira, poluição do ambiente que vive seus alunos? O que você nós enquanto escola temos haver com isso?

11- A separação dos resíduos gerados pelas pessoas que compões a comunidade escolar pode ser uma semente para promoção da coleta seletiva na cidade?

12- Os estudantes que aprendem a separar seus resíduos e encaminhá-los de forma correta seriam mais ativos no sentido de cobrar do poder público uma solução para o problema vivido em sua cidade?

13- Sabe-se que a escola é um espaço privilegiado para comunicação, as redes comunicativas, a discussões formadas a partir de projetos em prol da redução do lixo urbano, pode auxiliar na organização da sociedade civil no sentido de reivindicar um programa efetivo de coleta seletiva em São João del-Rei?

BLOCO 3 – DA SOBRECARGA

14- Existe um imaginário de que todos os problemas e mazelas sociais seriam solucionados com a educação. O que acaba por sobrecarregar a responsabilidade da escola e dos profissionais da educação. A partir disso me fale um pouco de qual é esse limite da educação para educar para coleta seletiva.